

05/02/2020

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Matemática e indústria precisam conversar no Brasil](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Câmara e Senado querem ouvir Weintraub](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Ação entre amigos](#)

TIROTEIO

[O que temem os que temem a liberdade acadêmica?](#)

[Exportação e indústria estão com vírus, que ainda não é o da China](#)

[MEC quer prova federal para crianças a partir de 6 anos e planeja mudar Enem](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Capitalismo social](#)

[MEC quer testar rapidez de leitura de estudantes](#)

[Em Sobral, prova é feita semanalmente](#)

[Deputados pedem explicação sobre Enem a Weintraub](#)

O GLOBO - RJ

[Investigado no Planalto](#)

[Comissões da Câmara são alvo de disputa entre partidos](#)

[Nota de corte do Sisu atrapalhou candidatos](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Dupla jornada de estudo e trabalho ganha força entre jovens brasileiros](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[Resultado do Prouni liberado](#)

[Weintraub sofre novas críticas](#)

[Zambelli quer reprovação](#)

[Serafim pede união pela ZFM](#)

CORREIO DO POVO - RS

[MEC divulga manual para escolas cívico-militares](#)

[Inscrições para o Fies e P-Fies abrem hoje](#)

[Comissão abre os trabalhos de 2020](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Lançado edital para construção do novo Hospital Júlio Muller](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[As novas gerações e os desafios educacionais](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Inscrições para cursos do IFRR no Bonfim seguem até quinta](#)

[Ufr divulga edital para aluno especial para mestrado](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[MEC quer prova para crianças a partir de 6 anos](#)

GAZETA DE ALAGOAS - AL

[O Enem e o sonho dos jovens](#)

[AL REGISTRA MAIS DE 19 MIL INSCRIÇÕES NO PROUni](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Inscrições para o Fies começam hoje](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

[Divulgado resultado da primeira chamada do ProUni](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

CLIPPING



[Governo convoca mais 600 novos professores para a rede pública estadual](#)
[Candidata comprova erro no Sisu e Justiça garante vaga em Medicina na UFRN](#)
[Resultado do ProUni está disponível para consulta](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[A educação oprimida](#)

[Matemática e indústria precisam conversar no Brasil](#)

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[Matemática e indústria precisam conversar no Brasil](#)

[A educação oprimida](#)

O TEMPO - MG

[Cabo Verde inspira trabalhos dos grupos Kriol e Coladera e de Marco Scarassatti](#)

TÉCNICO DE AGRONEGÓCIO

[Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias](#)

ZERO HORA - RS

[Deus e Darwin podem conviver harmoniosamente na escola](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Eduardo Bolsonaro: Weintraub é o melhor ministro da Educação de todos os tempos](#)

[Doria acusa Eduardo Bolsonaro de publicar fake news sobre escolas cívico-militares em SP](#)

[Partidos disputam comissões da Câmara: CCJ e Educação estão entre as mais visadas](#)

[Comissões da Câmara são alvo de disputa entre partidos](#)

CONGRESSO EM FOCO

[Ministro da Educação pode errar português, diz Eduardo Bolsonaro](#)

G1

[Inscritos no Enceja com pendências relacionadas a área de conhecimento devem comparecer à Seduc](#)

[Escola de SP atingida por árvore em dezembro segue sem telhado; aulas começam nesta quarta](#)

[Inscrições do Fies e do P-Fies do 1º semestre de 2020 serão abertas nesta quarta](#)

[Reitor e vice eleitos da Uesc tomam posse dos cargo](#)

[Escola municipal será construída em Londrina com dinheiro repassado por empresa processada por fraudar licitação, diz prefeitura](#)

[Governo do RN anuncia convocação de 600 professores](#)

[Educação básica registra queda de 1,2% nas matrículas, aponta censo do Inep](#)

[GDF divulga resultado das vagas remanescentes em escolas públicas](#)

O DIA - RJ

[Inscrições para o próximo vestibular terão início em abril](#)

PORTAL VEJA

[Salles muda de postura para não acabar no time de Onyx e Weintraub](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Aluno-xerife, beijo punido, hino de cor: um dia em uma escola militar](#)

[Weintraub tornou-se fusível que queima o dono](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SENADO

[Comissão de Educação quer ouvir Weintraub sobre erros no Enem](#)

FUNDACRED

[Bom sinal na pesquisa](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Capes lança edital para doutorado pleno nos Estados Unidos](#)

CLIPPING



SEGS - PORTAL NACIONAL

[Capes seleciona 15 projetos de estudo e combate ao derramamento de óleo nas praias](#)

THE INTERCEPT BRASIL

[Quem são os evangélicos calvinistas que avançam silenciosamente no governo Bolsonaro](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Comissão do Senado convida Weintraub para explicar erro na correção do Enem](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Comissão aprova convite para ministro falar sobre problemas no Enem](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Senado convida ministro da Educação a esclarecer erros no Enem](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC quer lançar novo teste para estudantes, mas pareceres técnicos alertam que não há recursos](#)

PORTAL VEJA

[Depois do “aval” de Maia, Câmara fecha o cerco ao ministro da Educação](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO POVO - RS

[Bom sinal na pesquisa](#)

[Weintraub na mira da Câmara](#)

Agências de notícias e sites

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[Cientistas brasileiros isolados do mundo?](#)

GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[CAPES prorroga prazo para cadastramento de professores](#)

[Lançado edital para doutorado pleno nos Estados Unidos](#)

GR NEWS

[Capes promete dialogar com academia e defende liberdade de pesquisa](#)

RORAIMA HOJE

[Inscrições para cursos do IFRR no Bonfim continuam](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Governo estuda criar fundação estatal para flexibilizar gastos de universidades e institutos](#)

AGÊNCIA FOLHA

[O orçamento e o Fundeb](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Sisu: nota de corte caiu em relação ao resultado final nas universidades federais](#)

[Confusão com nota de corte do Sisu atrapalhou candidatos a universidades federais](#)

AGÊNCIA VALOR

[Maia diz que Weintraub representa a bandeira do ódio](#)

G1

[UFSCar recebe inscrições para Master in Business Sustainability em Sorocaba](#)

[Matrículas para candidatos aprovados na Unemat pelo Sisu encerram nesta terça-feira \(4\)](#)

[UFRN tem 2 mil vagas abertas para segunda chamada no Sisu](#)

[Inscrições são abertas para seleção de 340 professores bolsistas do programa Paraibatec](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Termina hoje prazo para matrícula e lista de espera do Sisu](#)

[MEC exige cabelo preso em escola cívico-militar](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA CORRIDA

Matemática e indústria precisam conversar no Brasil

Atividades econômicas com alto conteúdo matemático geram cerca de 15% do PIB

O Brasil da época percebeu e fez o dever de casa, construindo um sistema científico nacional (CNPq, Capes, a que se seguiriam Finep, Ministério da Ciência e Tecnologia, as fundações estaduais), ao mesmo tempo em que desencadeava sua industrialização.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloviana/2020/02/matematica-e-industria-precisam-conversar-no-brasil.shtml>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Câmara e Senado querem ouvir Weintraub

As falhas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) colocaram o ministro da Educação, Abraham Weintraub, na alça de mira do Congresso. O líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ), protocolou ontem requerimento para que Weintraub vá a plenário da Câmara justificar "a divulgação dos resultados (...) cercados de problemas e desinformação, (que) causou enorme preocupação entre as quase 4 milhões de pessoas que realizaram o exame". Horas antes, no Senado, o ministro foi convidado a prestar os mesmos esclarecimentos, mas na Comissão de Educação do Senado.

Caso seja aprovado, o requerimento de Molon tem precedência sobre a ida de Weintraub para dar explicações. Segundo Molon, "durante o recesso, o governo praticou absurdos, barbaridades, que causaram sérios prejuízos à população brasileira, como o desastre do Enem, o caos do INSS e a improbidade do uso das verbas da comunicação. Por isso, no primeiro dia de trabalho, nós entramos com todos os requerimentos de convocação, e vamos chamar o governo à responsabilidade", afirmou, acrescentando que protocolou requerimentos para que sejam convocados o ministro da Economia, Paulo Guedes, para dar explicações a respeito da paralisação do INSS, e o chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Fabio Wajngarten, para falar das denúncias de suposto conflito de interesse entre o cargo que ocupa e a sua empresa, a FW Comunicação e Marketing.

No caso do Senado, trata-se de convite para Weintraub prestar esclarecimentos na Comissão de Educação. Ele pode recusar, mas, segundo o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), se isso ocorrer, será convocado e não poderá se negar a atender.

"Esse foi o Enem mais bagunçado da história. Milhares de estudantes, por todo o Brasil, estão prejudicados porque não conseguiram entrar no SisU. Esse senhor (Weintraub) não teria condição nenhuma de continuar como ministro da Educação. É despreparado. Conduz a pasta de forma ideologizada".

ComissõesA lista de convocações de integrantes do Congresso vai além. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, será chamado para falar à CPI do Óleo no Nordeste. Já Damares Alves, ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; o assessor para assuntos internacionais da Presidência, Felipe Martins, além de Fabio Wajngarten serão chamados para depor na CPI das Fake News.

De acordo com o presidente da CPI, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), Damares já

havia sido convidada, mas se negou a comparecer e, por isso, será convocada. A ministra deverá falar sobre cyberbullying. Felipe Martins será questionado a respeito do chamado "gabinete do ódio", que controlaria uma rede de desconstrução de reputações nas redes sociais, segundo denúncias dos deputados Joice Hasselmann (PSL-SP) e Alexandre Frota (PSDB-SP), de dentro do Palácio do Planalto.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Ação entre amigos

Governo poupa militares do ajuste fiscal e destina à área 28% dos investimentos

O balanço das contas do governo federal de 2019 surpreendeu até mesmo os responsáveis pelo controle do gasto público no Tesouro Nacional. De repente, em dezembro, brotou uma despesa imprevista de cerca de R\$ 10 bilhões.

O valor equivale a todo investimento federal em obras e equipamentos dos ministérios da Saúde e da Educação, por exemplo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/02/acao-entre-amigos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

TIROTEIO

As escolas cívico-militares impõem padrões de comportamento que já levam à evasão de alunos; são um arremedo de política

De Priscila Cruz, presidente do Todos pela Educação, sobre a aplicação do modelo de escolas de inspiração militar e com regras de conduta

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/02/05/deputados-defendem-retorno-de-colega-afastado-pelo-stf/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

O que temem os que temem a liberdade acadêmica?

Sem a liberdade de perguntar, investigar e ensaiar respostas, resta-nos o senso comum e a opinião do mais forte

Sem pesquisa acadêmica, não saberíamos como classificar Bolsonaro na história universal da infâmia política. Não saberíamos dimensionar qualquer perversão moral, diagnosticar distúrbio psíquico, detectar raízes ideológicas ou mensurar impacto econômico de suas cruas intuições. Nem de qualquer outro personagem que interesse. Nem Lula, nem FHC; nem JK, nem GV.

Vimos o MEC cortar bolsas a pesquisadores de todo país; rejeitar pedido de apoio para congresso com base explícita em motivo ideológico; predeterminar, sem critério, o número de pesquisadores que pode viajar a trabalho.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2020/02/o-que-temem-os-que-temem-a-liberdade-academica.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - VINICIUS TORRES FREIRE

Exportação e indústria estão com vírus, que ainda não é o da China

País vende menos do exterior, fábricas batem pino: recuperação ainda é frágil

Jair Bolsonaro faz espuma diversionista, culpando os governadores pelo preço alto dos combustíveis (se o ICMS baixar, o governo federal vai bancar as contas de estados arrebitados, quase todos?).

O governo não tem prioridade clara no Congresso, onde já começa a levar tundas, na primeira semana legislativa. Passou janeiro quase inteiro dando tiros no pé, criando crises de moto próprio (Cultura, Educação, Ambiente, Casa Civil, Justiça etc.).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2020/02/exportacao-e-industria-estao-com-virus-que-ainda-nao-e-o-da-china.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC quer prova federal para crianças a partir de 6 anos e planeja mudar Enem Mudanças não têm respaldo da área técnica do Inep; governo ainda enfrenta ações sobre exame do ensino médio

Brasília

O governo Jair Bolsonaro quer promover mudanças no sistema federal de avaliação da educação básica, o Saeb, e ampliá-lo para todas as séries da educação básica, incluindo o 1º ano do ensino fundamental —o que significa aplicar provas para crianças de 6 anos. A cúpula da pasta insiste nas mudanças, que não têm respaldo da área técnica do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/mec-quer-saeb-para-todos-as-series-da-educacao-basica-e-mudar-enem-a-partir-de-2024.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Capitalismo social

Equipe de Guedes usa expressões como “capitalismo social” para designar propostas de combate à desigualdade.

Paralelamente à fase dois das reformas econômicas, o governo Jair Bolsonaro começa a mirar o social a partir deste ano. A preocupação é da ala política, mas já chegou à equipe de Paulo Guedes, que passa a usar expressões como “capitalismo social” para designar um conjunto de propostas que começam a ser desenhadas para tirar da oposição o discurso de que Bolsonaro não combate a desigualdade.

O capitalismo “social” ou “popular”, como vem sendo chamado nos briefings do governo, significa “transferir riqueza para as pessoas, não só renda”. Vem aí, nesse espírito, o anúncio do remodelamento do Minha Casa Minha Vida, que já começou a ser debatido entre os ministérios do Desenvolvimento Regional

e da Economia e representantes das construtoras. O nome-fantasia que vem sendo usado nesses encontros é Casa Amada Brasil, que remete ao slogan de pegada “militar” do governo. Não é definitivo, me dizem os participantes das conversas.

Também ainda não há consenso sobre o modelo de financiamento das novas moradias:

se mantendo o que vigorava no Minha Casa Minha Vida, ou adotando os vouchers, saída que é defendida pelo ministro Gustavo Canuto, mas tem resistências na equipe econômica e nas próprias empreiteiras.

A intenção, como sempre, esbarra na realidade: se nem as reformas que vão aprofundar o ajuste fiscal estão garantidas, e o teto de gastos é ainda mais restrito neste ano, dificilmente sobrar dinheiro para o capitalismo social sair do discurso.

Congresso volta cobrando os ‘boletos’ de 2019

Não são poucos os queixumes regionais de deputados e senadores na “volta das férias” do Congresso. Acumulam-se nos ouvidos dos ministros queixas de que emendas prometidas não foram liberadas, e soluções encaminhadas para problemas de prefeitos e governadores ficaram esquecidas nas promessas de anônimo. Nesse clima, o governo pode até ter uma trégua para aprovar medidas emergenciais como a da quarentena do coronavírus, mas as reformas tendem a dormir em algum escaninho.

Ministros ‘tocadores’ tentam minar poder dos ‘combatentes’

Uma nova divisão vai se configurando na Esplanada dos Ministérios, à medida que avança o mandato de Jair Bolsonaro e alguns resultados vão se consolidando. Existe hoje o grupo que se autointitula dos “tocadores”, e se contrapõe ao dos “combatentes”, cuja influência junto a Bolsonaro é inversamente proporcional à capacidade de gestão. Ministros da primeira ala, que inclui militares, técnicos e políticos, aconselharam Bolsonaro a demitir Abraham Weintraub (Educação), Ricardo Salles (Meio Ambiente) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil). Bolsonaro chegou a ser convencido a tirar Weintraub, mas mudou de ideia diante do “combate” (daí o apelido do grupo) que ele trava com “inimigos” do presidente. Um ministro dá o código da lógica bolsonarista: quanto mais a imprensa bater, mais Bolsonaro fortalecerá o grupo, ainda que haja problemas concretos. O temor dos ministros do outro lado é de que o desastre seja debitado depois na conta reeleitoral de Bolsonaro.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC quer testar rapidez de leitura de estudantes

Plano é ter prova no fim de 2020 para aluno do 2º ano; parte dos especialistas defende modelo, por acreditar na ênfase para os sons das letras na alfabetização; outros educadores veem pressão desnecessária e dizem que fluência não reflete nível de compreensão

O objetivo seria medir quantas palavras por minuto são lidas pelas crianças do 2.º ano do ensino fundamental (8 anos). O teste, que está sendo chamado de Avaliação Nacional de Fluência, divide os especialistas.

O Ministério da Educação (MEC) quer lançar uma avaliação ainda este ano para medir quantas palavras por minuto são lidas pelas crianças do 2.º ano do ensino fundamental (8 anos). O teste está sendo chamado de Avaliação Nacional de Fluência e faz parte de um novo programa de alfabetização. O ‘Estado’ teve acesso ao texto deste programa, que também menciona reformular a escolha de livros didáticos e premiar professores por desempenho ao ensinar a ler e escrever.

Segundo o texto, a “fluência em leitura é um dos mais fortes indicadores de sucesso na alfabetização”. A prova deve medir se a criança lê com “bom ritmo, precisão e

velocidade”. Testes de fluência são usados por redes de ensino ou educadores que acreditam que a leitura é uma decodificação e são mais ligados ao método fônico de alfabetização, em que há ênfase nos sons das letras. Outros grupos criticam esse tipo de avaliação por considerarem uma pressão desnecessária à criança. Também acreditam que a velocidade não demonstra que ela compreende o que lê.

A ideia é fazer a prova por meio de uma gravação da leitura da criança, no fim de 2020. Essa gravação seria enviada a uma entidade, ligada ao MEC, que faria a medição e daria o resultado. Ela ocorreria em redes estaduais e municipais que aderirem ao programa, batizado de Tempo de Aprender. Segundo fontes, o MEC pretende lançá-lo antes do carnaval.

A cidade de Sobral (CE) já faz testes do tipo com os alunos desde o 1.º ano (leia mais nesta pág.). Já escolas particulares de elite de São Paulo não usam avaliações de fluência. “É discutível dizer que leitores fluentes compreendem melhor o que leem, especialmente quando se fala em crianças”, diz a especialista em alfabetização e professora da Universidade de São Paulo (USP) Silvia Colello.

“Às vezes um leitor que hesita, gagueja, demora, que retoma a leitura, faz isso em função de procedimentos internos que podem ser muito mais inteligentes e eficientes para a construção do significado do que a criança que decodifica super bem”, diz Silvia.

Já o Instituto Alfa e Beto, que pesquisa o tema e produz materiais

sobre alfabetização, defende esse tipo de teste. Em seu site afirma-se que a fluência é a “ponte entre o reconhecimento de palavras e a compreensão de um texto”. Isso porque, segundo pesquisas citadas, o reconhecimento automático permite que o cérebro concentre atenção na compreensão.

Estados. O Estado apurou que entidades que reúnem secretários de educação não foram consultadas para a elaboração do programa. Mesmo assim, os nomes da União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação (Undime) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) fazem parte da versão à qual o Estado teve acesso.

Segundo o presidente da Undime, Luiz Miguel Garcia, os secretários defendem política que leve em conta a diversidade e não apenas focada em um método. O vice-presidente do Consed e secretário de Pernambuco, Fred Amâncio, disse que não conhecia o documento. “Temos a preocupação de que não desarticule programas de alfabetização que já existem e o andamento de parcerias entre Estados e municípios.” Hoje, bons resultados em alfabetização vêm de Estados que se articularam com os municípios.

O documento do programa fala ainda em “formação prática” de professores, sem detalhar como seria feita, e não cita a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de 2017 que é referência para currículos das escolas. A BNCC considera que crianças aprendem de diferentes maneiras e não indica só um método para alfabetizar.

O Tempo de Aprender também indica que premiará professores que melhor alfabetizarem, mas não cita recursos. E sugere mudar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que avalia os livros oferecidos às escolas. A ideia é escolher materiais alinhados com a vertente que o MEC pretende seguir, excluindo outras, como

a construtivista. Em dezembro, o governo Bolsonaro aprovou decreto que permite que a Secretaria de Alfabetização produza o próprio material, independentemente do PNLD.

Procurado, o MEC afirmou que não comentaria o documento mencionado pelo Estado e que o programa de alfabetização será lançado em breve, conforme cronograma já previsto.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Em Sobral, prova é feita semanalmente

No ano passado, o Estado acompanhou um teste de fluência em Sobral, cidade do interior do Ceará que se transformou em exemplo de educação. Javé, de 7 anos, aluno 1.º ano, é chamado para fora da sala pela coordenadora Luziane Rodrigues. Sozinho com ela no pátio, o menino recebe o primeiro papel com várias palavras. Meio apreensivo, questiona Luziane se vai acertar tudo dessa vez. A coordenadora dá força e o chama de “superleitor”. O teste é semanal nas escolas da cidade.

“São, santo, sapeca, onça, seu, sino, açai, unha, nossa, saúde, sã, múmia, sonso, meus”, lê o menino. Nessa prova, a intenção é checar a fluência do som do S. Mas também há palavras como “unha” e “múmia”, cujos sons não estão totalmente memorizados e também são incluídos. Luziane intercala palavras carinhosas de incentivo com momentos de seriedade. Tudo é gravado e cronometrado.

Em seguida, ela apresenta outra folha para Javé com palavras que a coordenadora chama de “malucas”. “Samia, mesana, mozica, menessa, lisana, zimeni, solama, sussoi”, lê o menino, com um pouco mais de dificuldade. Apesar de não terem significado algum, explica Luziane, elas ajudam verificar como está leitura de um som específico.

O menino também lê um texto e Luziane faz perguntas já estabelecidas em cartões sobre o texto lido. O teste dura poucos minutos e Javé volta para a sala. As respostas são colocadas em uma planilha e passadas depois à professora. Essa é uma das maneiras de medir o progresso na leitura. A expectativa é que no 1.º ano uma criança de Sobral leia ao menos 60 palavras por minuto. No 2.º ano, de 80 a 90.

O ensino é todo calcado em avaliações e as crianças estão acostumadas a serem testadas desde pequenas, por isso a pressão não pareceu incomodar Javé. Professores e coordenadores são treinados para ensinar e avaliar alunos. Além disso, há material didático estruturado, interação com as famílias e principalmente um trabalho que é continuado há décadas.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Deputados pedem explicação sobre Enem a Weintraub

Deputados apresentaram ontem requerimentos para exigir o comparecimento do ministro da Educação, Abraham Weintraub, no plenário da Câmara. Os pedidos foram apresentados pelo deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA) e pelos dez representantes do PSOL na Casa. A ideia é que Weintraub preste esclarecimentos sobre problemas na correção das provas do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).

A falha – que segundo o MEC afetou cerca de 6 mil provas – causou impasse no Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O Sisu seleciona estudantes para vagas em

universidades de acordo com a nota no Enem. A divulgação da lista de aprovados chegou a ser suspensa pela Justiça.

O MEC diz que a falha não afetou a seleção. Ontem, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) defendeu Weintraub na Câmara, afirmando que ele fez “o melhor Enem de todos os tempos”.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Investigado no Planalto

PF abre inquérito sobre atuação de Wajngarten à frente da Secom

BRASÍLIA

A pedido do Ministério Público Federal, a Polícia Federal investiga se o secretário de Comunicação da Presidência, Fabio Wajngarten, praticou corrupção passiva e peculato no cargo. Ele é sócio de empresa que tem contratos com emissoras de TV que recebem verbas publicitárias da Secom.

A Polícia Federal (PF) abriu um inquérito para investigar o titular da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Fabio Wajngarten. É a primeira vez no governo do presidente Jair Bolsonaro que um integrante do Palácio do Planalto passa a ser formalmente alvo de investigação. A abertura atendeu a um pedido do Ministério Federal (MPF) e o objetivo é apurar se o chefe da Secom praticou atos de corrupção passiva, peculato e advocacia administrativa à frente do cargo.

A abertura da investigação foi antecipada pela colunista Bela Megale, do GLOBO. As informações que deram origem ao inquérito foram reveladas no mês passado pelo jornal “Folha de S. Paulo”. A apuração ficará a cargo da Superintendência da PF em Brasília.

Wajngarten é sócio da FW Comunicação, empresa que tem contratos com emissoras de televisão (Band e Record) e agências de publicidade (Propeg, Artplan e Nova S/B) que recebem verbas do governo federal. A distribuição dessas verbas faz parte das atribuições do secretário como titular da Secom.

A legislação estabelece que fica configurado conflito de interesses quando é praticado “ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possa ser por ele beneficiada ou influir em seus atos de gestão”. Uma das penalidades previstas é a demissão do cargo.

RESPOSTAS NEGATIVAS

Ontem, reportagem da “Folha de S. Paulo” mostrou que Wajngarten não informou à Comissão de Ética da Presidência (CEP), ao ser nomeado para a Secom, que é sócio de uma empresa que tem relações comerciais com emissoras e agências destinatárias de verbas de publicidade do governo federal.

Ao assumir o posto, em abril do ano passado, Wajngarten foi questionado sobre participações societárias em companhias que atuam na área de competência do cargo dele e que poderiam gerar conflito de interesses.

O secretário respondeu negativamente a duas perguntas específicas: se “exerceu atividades econômicas ou profissionais, públicas ou privadas, nos 12 meses anteriores à ocupação do cargo, em área ou matéria afins às atribuições públicas, que possam gerar conflito de interesses” e se “nos 12 meses anteriores à posse no cargo, recebeu suporte financeiro de entidades privadas que desenvolvem atividade em área ou matéria afins às atribuições públicas, ou firmou acordos ou contratos com estas para recebimentos futuros, que possam gerar conflito de interesses”.

A declaração foi assinada por Wajngarten no dia 14 de maio e entregue à Comissão de Ética da Presidência da República. O procedimento é padrão para quem assume cargo no governo federal e tem objetivo de prevenir conflito de interesses.

Na comissão, a orientação nos bastidores é aguardar a resposta de Wajngarten ao pedido de informações enviado pelo relator dos processos contra o secretário, o conselheiro Gustavo do Vale Rocha — ex-ministro do governo Michel Temer e atual secretário de Justiça e Cidadania do Distrito Federal. Como o chefe da Secom dispõe de dez dias de prazo e foi notificado na semana passada, a resposta deve chegar nos próximos dias.

A próxima reunião do colegiado está marcada para o dia 19, quando o relator pode apresentar o seu parecer. Em reservado, um dos seis integrantes do colegiado disse ao GLOBO ter entendido que Wajngarten mentiu por ter dito que havia prestado todas as informações à CEP antes de assumir o cargo.

Há também um processo em andamento no Tribunal de Contas da União (TCU) que apura o suposto uso de critérios políticos, em detrimento de fatores técnicos, para a distribuição de verbas de publicidade para emissoras de televisão.

OUTRO LADO

Em nota, Wajngarten afirmou que a abertura do inquérito é “mais um passo na rotina do processo de investigação solicitado” pelo MPF. Ele disse que terá a “oportunidade de provar” que não há irregularidades em sua gestão na Secom. Wajngarten acrescentou que não há qualquer relação entre a liberação de verbas de publicidade e os contratos da FW Comunicação, e disse ainda que se afastou da empresa “conforme a legislação determina” e que os contratos firmados por sua empresa foram anteriores a sua posse na Secom.

Senadores querem ouvir Weintraub

> O Senado aprovou, ontem, convite para que o ministro Abraham Weintraub (Educação) compareça à Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Parlamentares querem ouvi-lo sobre os “problemas na correção e atribuição de notas do Enem”. É mais um ingrediente do desgaste do ministro no Congresso.

> O requerimento do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) previa a convocação de Weintraub, que seria obrigado a comparecer. Após negociação com a base do governo, ficou acertado um convite para a próxima semana. > O pedido para ouvir o ministro traz uma cronologia dos problemas relatados por estudantes, incluindo erros na correção das provas. “Parece, com o devido respeito, tratar-se de mais uma daquelas diversas questões negligenciadas pelo Governo Federal na área da Educação”, diz o pedido.

> Na segunda-feira, Weintraub já havia sido alvo do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que disse não negociar com o ministro porque ele carrega a “bandeira do ódio”. A oposição da Casa também tenta convocar Weintraub.

Bolsonaro, por ora, dobra a aposta com Weintraub e Wajngarten

MIGUEL CABALLERO

Um presidente que faz vista grossa a problemas públicos de seus auxiliares assume para si ao menos parte do desgaste. É assim na velha ou na nova política, e o presidente Jair Bolsonaro, por enquanto, dobra a aposta com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o secretário de Comunicação, Fabio Wajngarten, mantendo ambos nos cargos.

O caso de Weintraub é mais técnico do que moral. A crise do Enem custa ao presidente o maior percentual de comentários negativos nas redes sociais, sabidamente um importante termômetro no Planalto.

Já Wajngarten viu sua situação se agravar. Depois de revelado que sua empresa tem contratos com emissoras e agências que recebem verba de publicidade sob sua gestão no governo, agora a Polícia Federal abriu inquérito para apurar se a prática configurou corrupção passiva e peculato. Além disso, o secretário de Comunicação informou à Comissão de Ética da Presidência, ao assumir o cargo, que não mantinha relações comerciais com empresas que recebem da Secom, como informou a “Folha de S.Paulo”.

No Brasil, demissões de ministros costumam ser definidas mais pelas conveniências políticas do que por um critério de credibilidade para o cargo. Em fevereiro de 2017, Michel Temer anunciou que afastaria provisoriamente o auxiliar que fosse denunciado pelo Ministério Público à

Justiça. Se a denúncia fosse aceita, o ministro estaria demitido. Em setembro, Temer descumpriu a promessa, quando Eliseu Padilha e Moreira Franco, seus principais aliados, foram denunciados e permaneceram nos cargos.

Eleito com discurso anticorrupção, Bolsonaro evitou se comprometer como o antecessor. Mas o presidente adota uma espécie de rigor flexível, ajustando o sarrafo da tolerância a suspeitas de desvios a depender de quem é o envolvido. Em outubro passado, o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, foi denunciado pelo MPF sob acusação de comandar o esquema de laranjas no PSL de Minas Gerais. Nada ocorreu ao auxiliar que trabalhou pela campanha de Bolsonaro em um estado-chave para as eleições presidenciais.

Já na semana passada, o presidente demitiu o número 2 da Casa Civil por usar um avião da FAB — o que é previsto legalmente — para viajar à Índia.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Comissões da Câmara são alvo de disputa entre partidos

Educação é cobiçada, e PSL deve perder comando da CCJ; demora na escolha de presidentes atrasa tramitação de projetos

BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados terá, nas próximas semanas, uma negociação acirrada dos partidos pelas comissões da Casa, colegiados onde geralmente são iniciados os debates dos projetos e que também atuam na fiscalização do Executivo, com medidas como a convocação de ministros. Além da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Câmara, que deixa de ser do PSL e é alvo de cobiça pelo centrão, deve haver disputa acirrada pelo comando do colegiado que trata de Educação, especialmente pelas sucessivas crises envolvendo o ministro da área, Abraham Weintraub.

Por ter a maior bancada e ter apoiado a eleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, o PSL teve o direito de indicar o presidente da CCJ no ano passado. Neste ano, porém, a comissão deve ficar com um parlamentar do Republicanos, MDB ou PDT, conforme um acordo firmado por Maia no ano passado.

Para complicar a equação, porém, o PP também tem a pretensão de ficar com a CCJ. O partido não foi citado por Maia entre os que tinham negociado um “revezamento”, mas é o primeiro na fila para escolher a comissão depois do PSL, na ordem definida no ano passado. Por isso, vai tentar exercer essa preferência.

Todos os presidentes das comissões serão trocados com o início do ano legislativo. Só após a definição de quem vai ficar com a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) os demais partidos conseguirão negociar os outros colegiados, alguns deles também cobiçados por diversas siglas. Eduardo Bolsonaro, atual líder do PSL na Câmara, diz que a legenda ficará com a comissão de Finanças e Tributação.

— A princípio, a CFT (Comissão de Finanças e Tributação) ficará com indicação do PSL. Isso é o que está pintando. A CCJ, até onde eu sei, existe um acordo em que o presidente muito provavelmente virá do Republicanos.

No Republicanos, o principal nome para assumir o colegiado é o deputado Lafayette de Andrada (MG). João Campos (GO), no entanto, tenta convencer seus colegas a indicá-lo para a vaga.

O DEM, oitavo partido na fila para escolher sua presidência de comissão, quer ficar com Agricultura ou Seguridade Social e Família, hoje respectivamente com PP e PSD. O PSD, porém, está em segundo lugar na fila e quer manter controle sobre a comissão de Seguridade, que discute assuntos previdenciários e de Saúde. Já o PL quer tomar Minas e Energia do Republicanos.

LIDERANÇA DO PSL

Pedro Cunha Lima (PSDBPB), atual presidente da Comissão de Educação, prevê que o PSDB terá dificuldades para manter o colegiado, já que é o nono partido na fila para escolher sua indicação. A comissão tem sido ainda mais cobiçada por ser uma vitrine política diante da atuação do governo na área.

O PSL, ainda comandado por Eduardo Bolsonaro na Câmara, deseja ficar com o colegiado para tentar blindar o governo. No entanto, o partido enfrenta sua própria disputa interna. Caso a Justiça confirme as suspensões partidárias decididas pela sigla, Joice Hasselmann pode assumir a vaga de líder. Essa indefinição tem impedido a escolha de indicados do partido.

Com esse imbróglio, os trabalhos nestes colegiados só devem começar depois do Carnaval, na previsão de líderes. Rodrigo Maia já avisou a interlocutores de que a estimativa é de definir os postos apenas no dia 17 de março, tornando ainda mais curto um ano legislativo que será interrompido pelas eleições municipais no segundo semestre. Sem comissões instaladas, alguns projetos de lei que tramitam por elas não irão adiante.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Nota de corte do Sisu atrapalhou candidatos

Análise em 51% de cursos de federais mostra que, em 87% deles, dados usados para escolher vagas não eram os reais

Um levantamento feito por O GLOBO em 3.353 cursos de universidades federais mostra que, em 87% (2.908), anota de corte do resultado final do Sistema de Seleção Unificada(Sisu) foi menor do que a registrada no último dia de inscrições ao programa. A diferença indica que os números usados pelos candidatos para escolher seus cursos não eram confiáveis. O Sisu ofereceu 6.481 cursos. A amostra do GLOBO cobriu 51% deles.

Anota de corte é o resultado do candidato com o menor desempenho aprovado em cada curso. Durante o período de inscrição no Sisu, ela é atualizada diariamente e serve de base para o aluno saberem que curso poderá conseguir vaga.

Quando anotado candidato é maior do que a de corte, ele permanece na lista do curso escolhido. Se for menor, ele pode trocar o curso, turno ou universidade por outro com nota menor, compatível com sua própria nota. Também pode permanecer no mesmo curso e tentar uma vaga na lista de espera.

Neste ano, porém, uma mudança que não havia sido anunciada pelo MEC inviabilizou o uso da nota de corte como referência.

Cada estudante se inscreve em dois cursos. O novo modelo não excluiu da segunda opção alunos que tinham garantido vaga no primeiro curso escolhido. Isso fez com que anota de corte subisse artificialmente — já que contabilizou resultado de candidatos que não iam se matricular, pois passaram na primeira opção.

O GLOBO comparou anota de corte do último dia—quando os candidatos aprovados nos dois cursos escolhidos ainda ocupavam ambas as vagas —com o resultado final, quando os aprovados na primeira opção foram excluídos da segunda alternativa. Todos os dados são relativos apenas à modalidade de ampla concorrência (não considera cotas).

A análise mostrou que anota de corte do último dia de inscrições era, em média, dez pontos maior do resultado do último aluno que conseguiu vaga em cada curso.

Gustavo Moraes, de 21 anos, teria a chance de aguardar na lista de espera pela vaga no curso que desejava. Mas trocou a opção porque a nota de corte estava 40 pontos acima do seu resultado. Porém, após o fechamento do Sisu, quando a nota de corte real apareceu, ela era apenas dois pontos acima do que ele havia conseguido.

PROUNI E FIES

O MEC foi procurado, mas não respondeu aos questionamentos da reportagem. Durante o Sisu, o ministério argumentou que o novo modelo “deu mais transparência” ao processo.

Ontem, a Justiça determinou que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) garanta a matrícula no curso de Medicina a uma estudante que questiona a classificação no Sisu. Ela teve nota 769,21, maior que a dos três últimos colocados na ampla concorrência para o curso. A decisão é liminar. A UFRN afirmou que já foi notificada e aguarda orientações do MEC.

Ontem também saíram os resultados do Programa Universidade para Todos(Pro uni), que concede bolsas de estudos nas universidades privadas. A lista já pode ser consultada no site do programa.

As inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), no qual os alunos só começam a pagar o governo após a formatura, começam hoje. Elas ficam abertas até a próxima quarta-feira.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Dupla jornada de estudo e trabalho ganha força entre jovens brasileiros Estagnação das vagas nas faculdades públicas e mercado de trabalho ultracompetitivo explicam movimento, dizem especialistas

Cresce no Brasil o número de jovens em idade universitária que estudam e trabalham ao mesmo tempo, particularmente entre aqueles que frequentam instituições de ensino privado. Para especialistas, a estagnação no número de vagas nas instituições superiores públicas e um mercado de trabalho ultracompetitivo, que exige cada vez mais formação dos jovens, explicam por que uma maior parcela deles tem recorrido à dupla jornada para pagar por cursos superiores privados.

Senkevics destaca que, na educação superior brasileira, o ensino privado é majoritário, com mais de 70% das matrículas. Então o ensino pago concentra o maior número de alunos, sejam mais ricos ou mais pobres.

No entanto, os mais ricos têm perdido participação no total de alunos, tanto no ensino público, como no privado, devido ao avanço no acesso dos mais pobres, por meio de políticas como cotas, expansão das universidades públicas nos anos 2000 e interiorização de campi. Os 20% mais ricos eram 54% dos estudantes de universidades públicas em 2005, caindo a 36% em 2015. No ensino privado, essa participação foi de 67% a 37%.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/02/05/dupla-jornada-de-estudo-e-trabalho-ganha-forca-entre-jovens-brasileiros.ghtml>

topo ↕

A CRÍTICA - AM - GERAL

Resultado do Prouni liberado

Os estudantes terão até o dia 11 de fevereiro para apresentar a documentação solicitada e garantir o acesso à universidade

Agência Brasil

BRASÍLIA O resultado da primeira chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni) está disponível na página do programa, dando início ao prazo para que os estudantes interessados em assegurar a bolsa de estudos comprovem as informações fornecidas no ato da inscrição. Os estudantes terão até o dia 11 de fevereiro para apresentar a documentação solicitada.

Neste ano, o Prouni registrou 1.507.807 inscrições, feitas por 782.497 estudantes. O número de inscrições é maior que o de inscritos porque cada participante pode escolher até duas opções de instituição, curso e turno.

O curso com o maior número foi Direito, com 137.507 inscritos, seguido de Administração, com 121.871, e Enfermagem, com 102.902 candidatos. Medicina liderou com o maior número de inscrições por vaga ofertada, 54, logo à frente de Artes Cênicas, com 50 candidatos por vaga, e Comunicação Social - Cinema, com 41.

PROUNI

O ProUni é um programa que oferece bolsas de estudos, integrais e parciais, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições particulares de educação superior.

Podem participar estudantes que tenham cursado todo o ensino médio na rede pública, ou na rede particular na condição de bolsista integral; estudantes com deficiência; professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrantes de quadro de pessoal permanente de instituição pública.

Para concorrer às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as parciais, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Só pode se inscrever no ProUni o estudante que não tiver diploma de curso superior, que tenha participado do Enem mais recente e obtido, no mínimo, 450 pontos de média das notas, e nota acima de zero na redação.

Crise no Enem fez secretário cair

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, pediu desligamento do cargo que ocupava há nove meses. Lima era um dos principais integrantes da equipe do ministro Abraham Weintraub. De acordo com o MEC, o pedido foi feito na noite do último dia 30.

[topo](#)

A CRÍTICA - AM - POLÍTICA

Weintraub sofre novas críticas

Ministro da Educação, Abraham Weintraub, virou alvo de pedidos de convocações na Câmara e no Senado para explicar falha

Congresso em Foco

BRASÍLIA Os erros no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019 devem causar mais dor de cabeça para o ministro da Educação, Abraham Weintraub, que virou alvo de uma série de pedidos de convocações na primeira semana dos trabalhos legislativo deste ano. Só na Câmara são cinco, além de outros dois no Senado.

Um desses requerimentos foi analisado ontem, no primeiro dia de trabalho da Comissão

da Educação do Senado. Proto colada pelo líder da Oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), a solicitação foi alterada para um convite, após sugestão do presidente da comissão, Dário Berger (MDB-SC).

A convocação, no entanto, pode voltar a pauta, caso o ministro Weintraub não compareça com o convite. "Na hipótese de ele não comparecer com o convite, evidentemente nós faríamos a convocação", explicou Berger sobre a modificação.

Além do requerimento analisado pela comissão de Educação, o ministro da Educação é alvo de um pedido de convocação de Randolfe na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado, que ainda não foi analisado.

CINCO PEDIDOS

A situação do ministro é ainda mais complicada na Câmara, onde Weintraub é alvo de cinco convocações. A primeira delas, da deputada Tabata Amaral (PDT-SP), foi protocolada ainda durante o recesso, em 24 de janeiro, cinco dias depois de o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela aplicação do exame, admitir falhas nas correções da prova de 5.974 alunos.

Nos dias seguintes ao anúncio do MEC, a Justiça Federal acolheu um pedido da Defensoria Pública da União (DPU) e suspendeu a divulgação dos resultados do Enem.

STF avalia que falhas foram corrigidas

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STF), ministro João Otávio de Noronha, disse entender que os erros na correção das provas foram resolvidos pelo MEC e pelo Inep e que as falhas não justificam a paralisação de todo o calendário universitário no Brasil.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - POLÍTICA

Zambelli quer reprovação

Deputada protocolou pedido sobre o fim da aprovação automática de alunos nas escolas públicas

A deputada federal Carla Zambelli protocolou na Câmara um projeto de lei (PL) para acabar com a progressão continuada nas escolas brasileiras. Para a congressista, este sistema "é uma tentativa fracassada de regularizar o fluxo dos alunos ao longo dos anos na escola, camuflando o fracasso escolar e as altas taxas de reprovação".

A deputada deseja combater o analfabetismo funcional, que ainda atinge 38 milhões de jovens e adultos no país - isso é o equivalente a três em cada dez. Os dados são do Indicador do Al-fabetismo Funcional (Inaf) 2018. "Acabar com a progressão continuada é a gente começar a ouvir as nossas crianças, de modo a saber se elas realmente estão aprendendo. Porque as crianças não estão aprendendo e estão sendo obrigadas a passar para o ano seguinte e ver uma coisa mais complexa ainda, e no ano seguinte mais complexa ainda. Elas acabam ficando para trás, não estão sendo preparadas. A autoestima fica baixa. Matemática é uma coisa, por exemplo, que se você não tiver base você não consegue fazer uma equação de segundo grau", afirma a congressista.

Zambelli também acredita que acabar com a progressão continuada pode fazer com que se diminua o índice de automutilação infantil. O Brasil ainda não tem uma base de dados sobre o número de jovens que se automutilam, mas a deputada acredita que este

número venha crescendo nos últimos anos.

"Eu acho que isso tem uma relação direta com o excesso de crianças sendo automutiladas nas escolas", diz a deputada.

A progressão continuada é adotada no país desde 1996 e pressupõe que o aluno deva obter as competências e habilidades em um ciclo completo, não apenas em uma série. Sendo assim, por mais que o aluno não consiga a nota necessária para ser aprovado, a progressão continuada prevê que ele passe de ano, mas tenha recuperação através de aulas de reforço.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - POLÍTICA

Serafim pede união pela ZFM

Parlamentar alerta que qualquer um dos projetos que colocados à mesa são ruins para o Amazonas e para o modelo

O debate em torno da Reforma Tributária e seus impactos na Zona Franca de Manaus exigem atenção da classe política no Amazonas, demandando união entre parlamentares, Governo do Estado e Suframa.

A opinião é do deputado estadual Serafim Corrêa (PSB). "Começa agora a discussão intensa no Congresso Nacional da Reforma Tributária, e qualquer um dos projetos que estão colocados à Mesa são ruins para nós. Portanto, nós, e me refiro aos senadores, deputados federais, estaduais, vereadores, Governo do Estado e Suframa, precisamos estar uni dos, pois divididos nós não iremos a lugar nenhum", disse Serafim.

A avaliação foi feita em entrevista à imprensa na manhã de ontem, durante a abertura do ano Legislativo.

"Temos demanda no Congresso, temos demandas no Judiciário e todas elas são relevantes. Agora, este ano promete ser muito intenso, porque haverá provavelmente a Reforma da Previdência no estado e isso interessa há um número enorme de funcionários públicos. Para completar, nós temos as eleições municipais, que prometem muitas articulações a nível local e a nível nacional", completou o parlamentar.

MANUTENÇÃO DO FUNDEB

Principal fonte de recurso para o custeio dos salários de profissionais do magistério nos estados e municípios, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) tem prazo para acabar este ano.

No dia 31 de dezembro de 2020, o Fundeb perderá a validade. "Pela lei, o Fundeb termina em 31 de dezembro de 2020. Existem propostas em tramitação no Congresso, que aumentam a parte do Governo Federal em 10%, em 20%, em 30%, em até 40%. De outro lado, o Governo Federal está sem fazer nada, quieto no lugar dele pedindo a Deus que chegue 31 de dezembro para soltar o foguete e dizer para governadores e prefeitos: "Se virem que o filho é teu—, disse Serafim durante a entrevista.

Pauta principal

Prioridade tanto do governo Bolsonaro quanto do Congresso Nacional, a reforma tributária deve ser a matéria mais comentada e trabalhada no Ano Legislativo. Há hoje dois textos tramitando, um na Câmara e um no Senado, e parlamentares farão uma comissão mista para avaliar a proposta. No escopo principal está a simplificação de tributos, com a criação do Imposto de Valor Agregado.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

MEC divulga manual para escolas cívico-militares

Documento, além de estabelecer funções e obrigações dos servidores dentro das escolas, lista regras que devem ser seguidas pelos alunos

Mesmo iniciando o ano letivo sem a presença dos militares e sem uma definição de todas as unidades que receberão o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, um manual com 324 páginas de orientações sobre o modelo já foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC). O documento, divulgado ontem, tem como base a gestão das áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa. A partir destas três linhas prioritárias são abordados temas como normas de apoio pedagógico, avaliação educacional, conduta e atitudes, uso de uniforme, apresentação pessoal dos alunos, entre outros.

Segundo o MEC, para cada grupo de 60 alunos, haverá um monitor capacitado, que contribuirá "na formação e no desenvolvimento humano dos estudantes". As capacitações promovidas pela pasta são voltadas para militares das corporações estaduais e das Forças Armadas.

A próxima capacitação será em Porto Alegre, entre 10 e 14/2.

O documento discorre, ainda, sobre regras de vestuário, apresentação e comportamento dos alunos. Para os meninos, o uniforme obrigatório em dias letivos normais, é camisa meia-manga com ombreiras, calça comprida, cinto, meia e sapatos sociais. Bermudas só podem ser usadas nas atividades físicas. O cabelo, deve ser cortado de modo a "manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço" e ainda, devem estar "bem barbeados, com cabelos e sobrancelhas na tonalidade natural e sem adereços, quando uniformizados".

Para as meninas, o manual orienta uso de saia-calça, camisa com ombreira, sapato social e cabelo "cuidadosamente arrumado", para uso correto da boina. Alunas com cabelos médios ou longos, devem mantê-los presos, penteados e bem apresentados.

Quanto ao comportamento dos estudantes, é previsto que haja uma escala, que classificará os alunos em seis faixas: mau, insuficiente, regular, bom, ótimo ou excepcional. A nota deverá ser composta pelo reconhecimento de bom desempenho, da mesma forma, pontos serão subtraídos se o aluno sofrer "medidas educativas", como repreensões e suspensões.

Com orçamento de R\$ 54 milhões, o programa prevê que 54 escolas recebam o modelo este ano, a meta do governo é chegar a 2023 com 216 instituições de ensino nestes moldes. No RS, as quatro escolas confirmadas até agora, para receber o programa, estão em Alvorada, Caxias do Sul, Alegrete e Uruguaiana.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Inscrições para o Fies e P-Fies abrem hoje

As inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e para o Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) para o 1º semestre de 2020 começam hoje, e vão até 12/2. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), serão ofertados 70 mil contratos na primeira modalidade e para a segunda não há limite de vagas. Os estudantes podem se inscrever para o Fies em <http://fies.mec.gov.br/>, onde devem seguir à sessão "Minha inscrição" e "Primeiro acesso".

Podem se inscrever no fundo todos os alunos que fizeram Enem desde 2010, obtiveram nota acima de zero na Redação e média aritmética igual ou superior a 450 pontos. O resultado de alunos selecionados para o Fies e para o P-Fies no 1º semestre de 2020 será divulgado em 26/2. O Fies financia, com juro real zero, no mínimo 50% da mensalidade em cursos de universidades privadas para alunos de baixa renda. O P-Fies atende estudante com renda familiar bruta mensal de até cinco salários mínimos e as condições são negociadas com o agente financeiro.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Comissão abre os trabalhos de 2020

A Comissão de Educação da ALRS, presidida pela deputada Sofia Cavedon, abriu ontem os trabalhos de 2020, com a presença de diretores e professores que criticaram a política de fechamento de turno nas escolas estaduais do RS. Ao longo dos relatos, um ponto comum surgiu entre as constatações: a maioria das escolas estão localizadas em ambientes de vulnerabilidade social. Como encaminhamento, a deputada informou que está agendada para segunda-feira, 10/2, reunião com o Ministério Público sobre o tema do fechamento nas escolas de Canoas e da Capital. A parlamentar ainda propôs a realização de audiência pública em São Leopoldo para contemplar as escolas da Região Metropolitana.

topo ↕

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT - CIDADES

Lançado edital para construção do novo Hospital Júlio Muller

Da Reportagem

O edital de licitação para retomada da construção do novo Hospital Universitário Júlio Müller foi lançado, ontem (04), pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra). O documento será publicado no Diário Oficial do Estado, bem como Diário Oficial da União e ficará disponível para consulta no site da pasta por 45 dias úteis.

Pelo fato da obra contar com recursos da União, a sessão pública será realizada pelo sistema eletrônico de licitação do governo federal, o CompraNet, e está marcada para acontecer no dia 13 de abril de 2020. Vencerá o certame a empresa, ou consórcio, que comprovar habitação técnica (compatível com objeto licitado) e melhor preço.

“Como o governador Mauro Mendes anunciou durante a entrega do Centro Olímpico de Treinamento da Universidade Federal de Mato Grosso (COT UFMT), estamos lançando o edital para retomarmos a obra do Hospital Júlio Müller. Iniciamos as tratativas com a Universidade ainda no começo de 2019 e trabalhamos em conjunto com eles, que são responsáveis pelo projeto da obra, até fecharmos o edital. E agora, nos próximos 45 dias úteis deixaremos a publicação na praça para os interessados”, explicou o secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Marcelo de Oliveira.

Conforme informações da Comissão Permanente de Licitações (CPL) da Sinfra, que coordena o processo, a obra será licitada modalidade do RDCI (Regime Diferenciado de Contratação Integrada), no qual a empresa ou consórcio vencedor da concorrência será responsável pela elaboração do projeto básico e executivo, segundo previsto na lei no artigo 1º, inciso V e X, da lei federal 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

De acordo com técnicos da pasta envolvidos na elaboração do documento, o RDCI é o

mais indicado à obra porque reduz o prazo de implantação e funcionamento do hospital, bem como proporciona celeridade e transparência ao processo.

O edital trará ainda o instrumento de “orçamento sigiloso”, no qual o valor estimado para obra será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação. A prática está prevista no artigo 6º da Lei nº 12.462, de 2011. “Optou-se pelo orçamento sigiloso por que dessa forma o Poder Público pode chegar o mais perto do valor real de execução da obra, o que evita paralisações e não conclusão do projeto”, explica a presidente da CPL, Geissany Giulia Martins Silva.

As obras do novo Hospital Universitário Júlio Müller foram iniciadas em 2012, após o governo do Estado firmar convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) no ano de 2011. À época, o consórcio Normandia – Phoenix – Edeme, formado pelas empresas Normandia Engenharia Ltda, Construtora e Incorporadora Phoenix Ltda e Edeme Construções Cíveis e Planejamento Ltda, foi vencedor da licitação e assumiu a obra.

Em 2014, ano em que o hospital deveria ter sido concluído, a execução dos serviços acabou sendo paralisada e posteriormente o contrato com a empresa foi rescindido por não cumprimento de cronograma. Para se ter uma ideia, apenas 9% do projeto foi executado.

A construção do hospital tinha um investimento previsto, em 2012, de R\$ 116.501.424,47, sendo que 50% são recursos do Governo do Estado e 50% do Governo Federal, orçamento proveniente do Ministério da Educação (MEC). No total, já estão assegurados em conta R\$ 96 milhões (recurso federal) para retomada dos trabalhos.

A obra do complexo está localizada no km 16 da rodovia Palmiro Paes de Barros, que liga a Capital a Santo Antônio de Leverger (32 km de Cuiabá). À época a área foi doada pelo Governo estadual para a construção do Campus II da UFMT, onde também seria instalado o novo prédio da Faculdade de Medicina, cuja a edificação foi concluída.

A nova unidade do Júlio Müller, além de atender a população, foi concebida para funcionar como hospital escola voltado à formação de profissionais de toda área de saúde, principalmente médicos.

O projeto atual, que foi revisado pela UFMT e analisado pela equipe de engenharia da Sinfra, mantém a concepção de hospital escola e terá uma estrutura composta por 228 leitos de internação, 68 leitos de repouso, além de 63 leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), sendo 25 para adultos, 18 voltados a atender crianças (pediátrico) e 20 para recém-nascidos (neonatal). O hospital contará também com 12 centro cirúrgicos, 85 consultórios, 45 salas de exame, 21 para banco de sangue e triagem e outras 53 salas administrativas.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

As novas gerações e os desafios educacionais

Palestrante, conferencista e consultor em liderança educacional, autor de livros e presidente do Instituto Renato Casagrande

A nova geração, chamada de geração Z, tem mente empreendedora, curiosidade

ilimitada e é muito conectada, apesar de muitos acharem que estamos diante de pessoas alienadas. Pesquisas indicam que esses jovens são mais conscientes do ponto de vista político e mais questionadores se comparados com aqueles que os precederam.

Argumentam o tempo todo e não se contentam com respostas evasivas. No entanto, essa nova realidade trouxe inúmeras dúvidas para pais e professores quanto ao futuro dessa geração. O que os levará ao sucesso? Como prepará-los para o sucesso na vida em sociedade e na vida profissional?

Especialistas costumam dizer que não temos respostas à maioria das perguntas, mas que é possível antever que esses jovens precisarão, e muito, de habilidades como paciência, tolerância, humildade, resiliência, saber ouvir e tantas outras virtudes clássicas de todos os tempos. E por que essas virtudes ganham destaque agora e voltam a ser discutidas? É que há muita probabilidade de essas gerações trabalharem lado a lado, e por muito tempo, com as gerações Y, X e com as novas que estarão por vir.

Ou seja, com as mudanças sempre mais céleres, cada vez mais gerações diferentes trabalharão juntas. Isso exige o desenvolvimento dessas competências comportamentais ou de virtudes para um êxito satisfatório no ambiente profissional e na vida em sociedade.

Estima-se que mais de 2 bilhões de indivíduos da geração Z estão no mercado de trabalho. É muita gente que traz expectativas novas e exige uma reconfiguração social contínua. Essa entrada impacta comportamentos, hábitos e posturas de todos os profissionais.

O novo cenário exige, cada vez mais, a capacidade de fazer coisas ao mesmo tempo, fortalecer as relações hierárquicas mais horizontais, rever continuamente as formas de organização do trabalho e, principalmente, a comunicação. Segundo pesquisa elaborada pela consultoria de carreira Robert Half, 30% dos profissionais do mundo corporativo acreditam que a comunicação é a principal diferença entre as gerações e um dos grandes desafios para as organizações.

Se estamos falando da geração dos "porquês", é lógico que toda atividade, tarefa ou projeto deverá ser muito bem explicado e ter um propósito extremamente claro para que seja capaz de engajar e obter deles excelentes resultados.

As novas gerações, assim como as anteriores, buscarão sempre oportunidades e espaços de aprendizagem, desafios constantes no trabalho, integração de sucesso profissional e pessoal, além de ganhos competitivos. O que mudou foi a forma de realizar essas buscas.

Portanto, vivemos na era da inteligência volitiva. A partir dessas reflexões permeadas por análises dos comportamentos das novas gerações e os desafios que esperam os professores diante desta realidade, incluo um dado dicotômico nas compreensões sobre a percepção de professores e alunos sobre o que seja um processo de aprendizagem significativo.

Quando perguntei aos professores do ensino fundamental 2 de uma escola se suas aulas eram estimulantes e despertavam a motivação e o interesse dos alunos, cheguei a um

percentual surpreendente: 91% dos professores consideraram suas aulas extremamente estimulantes. Quando fiz a mesma pergunta para os alunos desses professores, ou seja, o quanto as aulas ministradas por eles são estimulantes, o percentual caiu para 58%. Vemos aí uma diferença de 33%.

Eu diria que todos os motivos, e mais alguns, justificam essa diferença de percepção entre professores e alunos. Será que não chegou o momento de refletirmos realmente o modelo educacional que estamos usando? Será que esse modelo praticado vem ao encontro das necessidades e dos desejos do ser humano em sua essência? Em síntese, nosso modelo educacional é capaz de responder os "porquês" que naturalmente acompanham a pessoa humana como ser investigativo?

Ou continua sendo um modelo preocupado em passar informações insignificantes, focado em fazer do cérebro um armazém de informações que ficam ali guardadas para serem simplesmente repetidas na hora de uma avaliação? Se for esse último motivo, precisamos ter a humildade de nos rever como profissionais da educação.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

Inscrições para cursos do IFRR no Bonfim seguem até quinta

Moradores do Bonfim e das proximidades podem se inscrever, até dia 6 de fevereiro, em um dos três cursos presenciais de formação inicial e continuada (FIC) do Campus Avançado Bonfim do Instituto Federal de Roraima. São ofertadas gratuitamente 35 vagas em cada um dos seguintes cursos: Auxiliar de Secretaria Escolar, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Agricultor Familiar, com o mínimo de 160 horas de carga horária.

As inscrições para uma das 105 vagas devem ser feitas presencialmente, até esta quinta-feira, 6, no horário das 8h às 12h e das 14h às 17h, na sede do CAB, que fica na Avenida Tuxaua de Faria, s/n, Bairro 13 de Maio. A escolaridade varia de acordo com o curso pretendido. Para o de Auxiliar em Secretaria Escolar, é exigido ensino médio completo; para o de Libras, ensino fundamental completo; e para o de Agricultor Familiar, o fundamental incompleto.

Conforme o cronograma do edital, a seleção dos inscritos será realizada no dia 13 de fevereiro por meio de sorteio. As matrículas devem ser feitas de 19 a 21 de fevereiro, das 8h às 17h, e no dia 26 de fevereiro, das 14h às 17h. O início das aulas está previsto para o dia 3 de março. É fundamental que os interessados acompanhem o edital e os resultados no link a seguir: <http://bonfim.ifrr.edu.br/processo-seletivo/edital-02-2020-cursos-fic/edital>.

Para se inscrever, além do formulário de inscrição preenchido, o interessado deverá apresentar o original e a cópia dos seguintes documentos: certificado ou declaração de escolaridade, comprovante de residência, Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento, RG, CPF, Título de Eleitor e o último comprovante de votação ou Certidão de Quitação Eleitoral, além de Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (para os candidatos do sexo masculino). Também é necessário levar duas fotos 3x4 (originais e recentes).

No caso dos estrangeiros, além dos documentos citados, é necessário levar original e cópia dos seguintes documentos: Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) – visto

permanente ou de estudante; Histórico Escolar, com tradução juramentada; declaração de equivalência de estudos feitos no exterior, acompanhada do original, emitida por instituição devidamente credenciada; e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) – nos países em que o teste não é aplicado, a prova é realizada pela **Capes** –, exceto para os cidadãos oriundos de países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

Ufrir divulga edital para aluno especial para mestrado

O programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM/UFRR) divulgou o edital da Seleção Simplificada de Aluno Especial para o Mestrado com ingresso para no primeiro semestre de 2020. São ofertadas 04 vagas.

As inscrições devem ser realizadas nos dias 06 e 07 de fevereiro, das 14h às 18h na coordenação do PPGCOM, localizada na sala 129 do bloco I.

De acordo com o edital, o aluno especial que ingressar no curso regular do PPGCOM poderá ter aproveitados os créditos das disciplinas cursadas, com validade de dois anos.

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

MEC quer prova para crianças a partir de 6 anos

Brasília - O governo Jair Bolsonaro quer promover mudanças no sistema federal de avaliação da educação básica, o Saeb, e ampliá-lo para todas as séries da educação básica, incluindo o 1º ano do ensino fundamental - o que significa provas para crianças de 6 anos. A cúpula da pasta insiste nas mudanças, que não têm respaldo da área técnica do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

A avaliação do 1º ano ocorreria ainda neste ano. O cronograma para chegar a todos os anos segue até 2025, de forma gradual.

Os planos vêm à tona enquanto o governo ainda enfrenta na Justiça questionamentos sobre as falhas nas notas do Enem. A reformulação planejada pelo MEC (Ministério da Educação) também prevê alterações no exame a partir de 2024. Até lá, o Enem deve continuar com o mesmo formato e, até o fim deste ano, um grupo de trabalho vai definir as alterações.

O grande desafio para o Enem é adequá-lo à luz da reforma do ensino médio, ainda em fase inicial de implementação. A reforma prevê que parte da grade curricular seja de escolha dos alunos em uma das cinco seguintes áreas (se houver oferta): linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e ensino técnico.

O currículo dessas áreas ainda está em construção nos estados. Uma das ideias em análise é que os alunos possam fazer uma prova adequada para a área que estudou.

Hoje, o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) testa o 5º e 9º anos do ensino fundamental e o 3º do médio. Os resultados são cruzados com dados de fluxo escolar (repetência e abandono) para se chegar ao Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

O governo divulga um Ideb por escola porque a aplicação é feita para todos os alunos.

As mudanças planejadas também preveem que isso ocorra para todas as séries.

Essa prova avalia hoje língua portuguesa e matemática - em 2019, a disciplina de ciências foi incluída de forma amostral. Há a intenção de incluir outras áreas do conhecimento gradualmente.

Os planos para alterar o Saeb começaram a ser desenhados no ano passado. As falhas com as notas do Enem reduziram o ritmo dos trabalhos no Inep, mas o tema já foi apresentado no Conselho Nacional de Educação.

Técnicos da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep são contrários a essas alterações, conforme a reportagem apurou. Há questionamentos sobre a viabilidade logística, pedagógica e tecnológica.

O Saeb mais recente, do ano passado, teve um custo de cerca de R\$ 500 milhões. Não há informações sobre o impacto financeiro que a medida provocaria. Com a mudança, o público avaliado passaria de 6,8 milhões para 29,2 milhões de estudantes da rede pública. A área técnica recomenda que alterações ocorram somente após 2021, quando se encerra o ciclo de metas do Ideb.

A gráfica que imprimiu o Enem, chamada Valid, também tem contrato para imprimir as provas dessa avaliação, que ocorrem a cada dois anos. Na edição de 2019, por causa de atraso nas impressões, o cronograma de aplicação teve de ser estendido.

O Inep conta com o avanço gradual de aplicações feitas por computador para viabilizar o projeto até 2025. A medida tem entraves técnicos e de infraestrutura. "Por enquanto é uma ideia não claramente planejada e definida. Não há as definições necessárias para a implementação de uma mudança tão grande", diz Maria Helena Guimarães de Castro, integrante do Conselho Nacional de Educação e presidente da Abave (Associação Brasileira de Avaliação Educacional).

Há especialistas em educação que desaconselham provas para crianças do 1º ano, ainda com 6 anos. No Saeb 2019, o Inep aplicou uma prova amostral para crianças do 2º ano do ensino fundamental para testar o nível de alfabetização - a avaliação federal dessa etapa era antes aplicada no 3º ano.

topo ↕

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO

O Enem e o sonho dos jovens

presidente da Academia Alagoana de Letras

Mesmo nutrindo grande preferência pelas ciências exatas, nunca deixei de crer fosse pelo prazer de estudar ou simplesmente para tomar conhecimento das coisas do mundo, ser a prática da leitura responsável por aprimorar o vocabulário, dinamizar o raciocínio, a interpretação e, acima de tudo, fortalecer a escrita.

Sempre digo ser engenheiro por formação, mas, sobretudo, docente por vocação. Ainda muito cedo, com os cabelos pendentes nos ombros e barbas negras a cobrir o rosto, lecionei em escolas de línguas estrangeiras, colégios diversos de Maceió e, por fim, na UFAL, a centenas de futuros Arquitetos e Engenheiros. Quando nas salas de aula, sempre busquei inspiração na poesia de Renato Russo: "ainda que eu falasse a língua

dos homens, ainda que eu falasse a língua dos anjos, sem amor, eu nada seria”.

Naquelas situações específicas o sentimento amor sempre esteve representado por extremo respeito aos sonhos de meus alunos. Adotei como norma mostrar, aos futuros colegas de profissão, ser essencial eles jamais esquecerem seus sonhos porque trazem saúde às emoções, fazendo forte o frágil, renovando as forças do ansioso, animando os deprimidos e transformando os inseguros em seres humanos de raro valor, sendo capazes de levar os tímidos a adquirir golpes de ousadia tornando-os construtores de oportunidades. Seguindo esta linha de raciocínio, ao ver o Brasil como foco de notícias capazes de abalar o emocional de milhares de alunos que, após estudarem bastante, na expectativa de conseguir uma vaga em Instituições de Ensino Superior, tristemente se depararam com manchetes, publicadas nos mais importantes periódicos do país, criando dúvida sobre o resultado do certame: “Funcionários do Inep e do próprio MEC disseram à Folha de São Paulo não ser possível ter 100% de confiança nos resultados do Enem 2019”. O pior, contudo, além do escândalo de hoje é constatar a similaridade do mesmo com o acontecido em anos anteriores. Tantas repetições negativas fazem a sociedade burocrática brasileira, aquela que cuida dos exames de admissão às Universidades, criar uma perigosa estufa intelectual destruindo a capacidade de sonhar de uma geração. Recordo, na época em que prestei Exame Vestibular, inúmeros serem os que compravam gabaritos de provas, conseguindo aprovação nos cursos mais diversos. Esta era uma prática constante. Eu sabia ter de aprender muito, torcendo para que a fraude não fosse tão profunda em minha área específica. Nos dias atuais, segundo reportagens divulgadas nacionalmente, “ao identificar erros em notas do exame, o Inep refez a conferência dos desempenhos dos participantes, mas não recalculou a proficiência dos itens usados nas provas do certame”. Décadas atrás, infelizmente, já era assim! Minha angústia aconteceu no Século XX. Absurdo. Importante é sabermos ser a vida um jogo. Perdemos em muitos momentos, mas, o que nunca devemos é admitir ficar no banco de reservas. Os prejudicados de hoje, desde que fortaleçam seus sonhos, serão os heróis de amanhã. Exemplos existem aos montes...!

topo ↕

GAZETA DE ALAGOAS - AL - CIDADES

AL REGISTRA MAIS DE 19 MIL INSCRIÇÕES NO PROUni

O Ministério da Educação (MEC) divulgou, nesta segunda-feira (3), um balanço geral de inscrições do Programa Universidade para Todos (ProUni), com dados nacionais e regionais acerca do número de inscrições e cursos mais concorridos em todo o território nacional.

Segundo dados do MEC, o ProUni registrou 1.507.807 inscrições à nível nacional. Em Alagoas, este número foi de 19.155, sendo cerca de 10.363 de alunos inscritos no processo. O registro de inscrições no programa é maior do que o de alunos em razão da possibilidade de um estudante se inscrever em mais de uma opção de instituição, curso e turno.

No estado de Alagoas, os dados do MEC apontam que Pedagogia e Administração são os cursos que registraram maior procura pelos estudantes. Já em nível nacional, o curso de Direito foi o mais escolhidos entre aqueles que se inscreveram no Programa Universidade para Todos.

As inscrições puderam ser realizadas pelos estudantes até às 23h59 do último sábado (1). Aqueles que se inscreveram no processo seletivo, concorrem à maior oferta da história do ProUni para um primeiro semestre. São 252.534 bolsas, das quais 122.432

são integrais e 130.102, parciais (50%).

Foram feitas 1.226.797 inscrições para o benefício de 100% do valor e 280.290 para o de metade. Apesar de o período de inscrições ter chegado ao fim, os inscritos devem se manter atentos ao cronograma, que segue, ainda, extensa programação; Cronograma do ProUni 2020 - Comprovação das informações e eventual processo seletivo próprio das instituições (primeira chamada): 4 a 11 de fevereiro; - Registro no SisProuni e emissão dos termos pelas instituições (primeira chamada): 4 a 14 de fevereiro; - Segunda chamada: 18 de fevereiro; - Comprovação das informações e eventual processo seletivo próprio das instituições (segunda chamada): 18 a 28 de fevereiro; - Registro no SisProuni e emissão dos termos pelas instituições (segunda chamada): 18 de fevereiro a 3 de março; - Adesão à lista de espera: 6 a 9 de março;

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Inscrições para o Fies começam hoje

As inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e para o Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) para o primeiro semestre de 2020 começam hoje e vão até o dia 12. Conforme o Ministério da Educação (MEC), serão ofertados 70 mil contratos na primeira modalidade. Para a segunda, não há limite de vagas.

Com os erros que afetaram cerca de 6 mil alunos na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Ministério Público Federal havia pedido o adiamento das inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do ProUni e do Fies. Ainda assim, a lista de aprovados no Sisu foi divulgada no dia 28 de janeiro, e o calendário do Fies não sofreu alterações.

Os estudantes podem se inscrever para o Fies no site <https://fies.mec.gov.br/>, no qual devem seguir à sessão "Minha inscrição" e "Primeiro acesso". Podem se inscrever todos os alunos que fizeram Enem desde 2010 e obtiveram nota acima de zero na redação e média de 450 pontos.

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - GERAL

Divulgado resultado da primeira chamada do ProUni

Estudantes terão até o dia 11 para apresentar a documentação; Neste ano, o Prouni registrou 1.507.807 inscrições, feitas por 782.497 estudantes

BRÁSILIA - O resultado da primeira chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni) está disponível na página do programa, dando início ao prazo para que os estudantes interessados em assegurar a bolsa de estudos comprovem as informações fornecidas no ato da inscrição. Os estudantes terão até o dia 11 de fevereiro para apresentar a documentação solicitada.

Neste ano, o Prouni registrou 1.507.807 inscrições, feitas por 782.497 estudantes. O número de inscrições é maior que o de inscritos porque cada participante pode escolher até duas opções de instituição, curso e turno.

O curso com o maior número foi Direito, com 137.507 inscritos, seguido de Administração, com 121.871, e Enfermagem, com 102.902 candidatos. Medicina liderou com o maior número de inscrições por vaga ofertada, 54, logo à frente de Artes Cênicas, com 50 candidatos por vaga, e Comunicação Social - Cinema, com 41. A divulgação dos resultados da segunda chamada sai no dia 18 de fevereiro.

ProUni

O ProUni é um programa que oferece bolsas de estudos, integrais e parciais, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições particulares de educação superior.

Podem participar estudantes que tenham cursado todo o ensino médio na rede pública, ou na rede particular na condição de bolsista integral; estudantes com deficiência; professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrantes de quadro de pessoal permanente de instituição pública.

Para concorrer às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as parciais, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Só pode se inscrever no ProUni o estudante que não tiver diploma de curso superior, que tenha participado do Enem mais recente e obtido, no mínimo, 450 pontos de média das notas, e nota acima de zero na redação.

topo ↗

TRIBUNA DO NORTE - RN - NATAL

Governo convoca mais 600 novos professores para a rede pública estadual

O novo ano letivo da rede pública estadual que se inicia no dia 17 de fevereiro, contará com mais 600 novos professores que irão compor o quadro efetivo da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC). Os novos convocados vem se somar aos 14.098 professores ativos, segundo dados da Secretaria de Estado da Administração. A convocação será publicada nesta quarta-feira (05) no Diário Oficial.

Foram convocados professores de diversas disciplinas

Esta é a segunda convocação anunciada pela chefe do Executivo estadual, que em 2019 autorizou a contratação de 510 professores efetivos. Ano passado foram convocados 600 professores em caráter temporário, a fim de suprir o déficit causado por aposentadorias, licenças-prêmios e afastamentos por problemas de saúde.

O secretário Getúlio Marques, que estava acompanhado da secretária adjunta Márcia Gurgel, informou que a quantidade de professores convocados foi definida a partir de um amplo estudo feito com as Direcs. A convocação de novos professores se soma também à implantação da modalidade de tempo integral em 15 escolas da rede pública estadual, anunciada para o ano letivo de 2020, chegando ao número de 74 unidades de ensino, beneficiando mais de 15 mil alunos.

A governadora Fátima Bezerra, falou que a nova convocatória é um investimento para o desenvolvimento do RN. "Quanto mais a gente disponibiliza recursos para a Educação, seja pela via salarial, ou através dos investimentos em infraestrutura e em materiais, temos o entendimento de que não é gasto, e sim um investimento para darmos prosseguimento ao que compreendemos ser o caminho para o desenvolvimento econômico e social do nosso Rio Grande do Norte", disse.

Os novos educadores convocados vão atuar nas unidades de ensino espalhadas por todas

as Direcs do RN, em diversas áreas de conhecimento, tais como pedagogia (anos iniciais e educação especial), matemática, física, química, ciências biológicas, sociologia, geografia, filosofia, história, artes e línguas (portuguesa, espanhola e inglesa). Após a convocação, os professores têm até 30 dias para tomar posse.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - NATAL

Candidata comprova erro no Sisu e Justiça garante vaga em Medicina na UFRN

A Justiça Federal no Rio Grande do Norte garantiu a matrícula no curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) a uma candidata que comprovou que teve nota maior do que três candidatos que foram aprovados no mesmo curso. A decisão é do juiz Magnus Delgado, da 1ª Vara Federal do Rio Grande do Norte.

Reitoria da UFRN será ponto de coleta de material da campanha

No pedido, a candidata, que tentou seis vezes o ingresso no curso de Medicina da UFRN, comprovou que teve nota superior a de três candidatos que ficaram entre os aprovados. Ela alcançou 769,21, enquanto o último aprovado teve nota de 768,12.

A nota final do candidato é obtida por média ponderada entre as notas adquiridas no Enem e pelo peso de cada disciplina atribuído pela UFRN e pelo SISU. A candidata, realizando o referido cálculo, chegou à conclusão de que sua nota, na verdade, deveria ser definida em 768,79, "o que, por si só, já evidencia um equívoco do sistema ao realizar os cálculos para aferição e ter conferido à autora a nota de 769,21". Mesmo com essa nota, ela deveria estar entre os aprovados, já que a nota seria maior que o ponto de corte.

No entendimento do magistrado, "é patente, portanto, a probabilidade do direito da autora". O juiz entende que o perigo de dano, caso não fosse concedida a liminar, também estava comprovado e por isso seria necessária considerar a urgência na decisão, já que o início das aulas está previsto para o dia 17 de fevereiro.

"Isto posto, considerando que o desempenho da autora no ENEM/2019 foi superior ao do último candidato aprovado pelo SISU/2020 para ingresso no curso de Medicina da UFRN, dentre as vagas destinadas à ampla concorrência, DEFIRO a liminar requerida para determinar que a UFRN se abstenha de impedir o direito da autora de apresentar a documentação necessária e exigida para ingresso no curso de Medicina/2020, assegurando a sua matrícula no referido curso e, conseqüentemente, o acesso da autora às aulas de Medicina/2020, até ulterior deliberação deste juízo", decidiu o magistrado, determinando, inclusive, que seja disponibilizada vaga adicional, caso necessário.

Falhas

O Sisu foi alvo de uma série de questionamentos neste ano. A divulgação dos aprovados na primeira lista do sistema só foi liberada na noite do dia 28 de janeiro, após uma decisão favorável ao governo que reverteu liminar que questionava a correção de falhas nas notas de cerca de 6 mil candidatos. No dia seguinte, os participantes voltaram a apontar erros no Sisu, que estaria com problemas na lista de espera.

O procurador Felipe Fritz Braga diz na representação que detectou indícios de falhas após receber denúncias de estudantes. Ele diz que, em uma análise preliminar da oferta de vagas para candidatos com deficiência, encontrou "expressivo número de cursos em todo o País que tiveram vagas reservadas em número inferior ao percentual de sua

população com deficiência aplicado ao número de vagas destinadas à reserva pela Lei nº 12.711 ou mesmo não tiveram nenhuma vaga reservada para esses candidatos", diz o despacho.

Todas as universidades federais do País têm, por lei, que oferecer uma cota para pessoas com deficiência física. Por lei, todas as instituições de ensino federal têm reservar 50% das vagas para cotas raciais e sociais - parte dessas vagas tem que ser destinada a deficientes. A legislação não estabelece uma cota fixa, mas diz que as vagas devem ser preenchidas em respeito à proporção da população de pessoas com deficiência da unidade da federação em que está a instituição de ensino.

Para o procurador, a falha na reserva de vagas deste ano "possivelmente" ocorreu pelo "método de cálculo utilizado no Sisu 2020", que aplica o percentual de deficientes a uma cota referente a 50% das vagas ofertadas e não ao total de vagas. "Caso se confirme essa hipótese, cumpre aprofundar a análise para deliberar sobre a ocorrência de possível discriminação indevida dos candidatos com deficiência em razão de falta de isonomia no critério utilizado pela Portaria Normativa MEC nº 18/2012 para se proceder ao cálculo das cotas para candidatos com deficiência de um lado, e candidatos negros e indígenas de outro lado".

A análise foi feita na oferta de vagas de três instituições, as universidades federais do Mato Grosso do Sul (UFMT), Rural da Amazônia (UFRA) e de Alfenas (Unifal). Na primeira, das 2.045 vagas ofertadas no Sisu, só duas, do curso de Medicina, foram reservadas para candidatos com deficiência física.

Nas outras duas instituições, o procurador aponta que a reserva de vagas está muito abaixo da proporção da população deficiente dos Estados. Na Unifal, das 1.077 vagas ofertadas em todos os cursos apenas 49 estão reservadas para esse grupo de candidatos - a população com deficiência física em Minas Gerais é de 8,43%. Além disso, há cursos em que não há nenhuma vaga reservada, como é o caso do Curso de Ciências Sociais, com 30 vagas, mas nenhuma com cota para esse grupo.

[topo](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN - GERAL

Resultado do ProUni está disponível para consulta

O resultado da primeira chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni), assim como a lista de selecionados, já está disponível na página do programa na internet. Até a próxima terça-feira, 11, os participantes aprovados devem comprovar, junto às instituições, as informações prestadas no momento da inscrição. A lista com os documentos está disponível no portal do Ministério da Educação.

Durante o processo de comprovação das informações prestadas no ato da inscrição, a instituição poderá solicitar ao estudante outros documentos que julgue necessários. Nesse caso, deverá explicar formalmente o motivo do pedido, em até 24 horas a partir da divulgação dos resultados.

Haverá uma segunda chamada do processo seletivo, com resultado previsto para ser divulgado em 18 de fevereiro. Nesse caso, os selecionados deverão apresentar os documentos para comprovar as informações até o dia 28. Ao final das duas chamadas, as bolsas eventualmente não preenchidas poderão ser ocupadas por participantes da lista de espera.

O ProUni é o programa que oferece bolsas integrais e parciais em instituições particulares de educação superior. A oferta de 252.534 bolsas neste ano é recorde para um primeiro semestre. O sistema registrou mais de 1,5 milhão de inscrições.

Inscrições para o Fies

As inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e para o Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) para o primeiro semestre de 2020 começam nesta quarta-feira, dia 5, e vão até o próximo dia 12 de fevereiro. De acordo com o Ministério da Educação (MEC), serão ofertados 70 mil contratos na primeira modalidade e para a segunda não há limite de vagas.

Com os erros que afetaram cerca de 6 mil alunos na correção do Enem deste ano, o Ministério Público Federal havia pedido o adiamento das inscrições do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do ProUni e do Fies. Ainda assim, a lista de aprovados no Sisu foi divulgada no dia 28 de janeiro e o calendário relativo ao Fies não sofreu alterações.

Os estudantes podem se inscrever para o Fies por meio do site oficial onde devem seguir à sessão “Minha inscrição” e “Primeiro acesso”.

Podem se inscrever no fundo todos os alunos que fizeram Enem desde 2010 e obtiveram nota acima de 0 na redação e uma média aritmética igual ou superior a 450 pontos.

O resultado de alunos selecionados para o Fies e para o P-Fies no primeiro semestre de 2020 será divulgado em 26 de fevereiro. Para o primeiro, haverá uma lista de espera; já o segundo terá apenas uma chamada única.

Cronograma

4 a 11 de fevereiro - comprovação das informações e eventual processo seletivo próprio das instituições (primeira chamada);

4 a 14 de fevereiro - registro no SisProuni e emissão dos termos pelas instituições (primeira chamada);

18 de fevereiro - divulgação dos resultados da segunda chamada;

18 a 28 de fevereiro - comprovação das informações e eventual processo seletivo próprio das instituições (segunda chamada);

18 de fevereiro a 3 de março - registro no SisProuni e emissão dos termos pelas instituições (segunda chamada).

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

A educação oprimida

Perspectivas de privatização e teocratização ameaçam setor

Em 2019, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, propôs o programa Future-se, que induz as universidades públicas a se abrirem à iniciativa privada. O Future-se promete não cobrar mensalidade dos alunos e alunas. No entanto, ao permitir o investimento privado, vincula as universidades públicas aos interesses das instituições

que injetam seu dinheiro ali.

No futuro de Future-se, os temas das pesquisas, as contratações de docentes, as decisões administrativas, tudo dentro das universidades “públicas” estará submetido ao interesse de quem paga. Não demorará para cobrarem mensalidade. E o público, em alguns anos, se tornará privado.

Nem só economicamente atua a privatização da educação no governo Jair Bolsonaro. No âmbito das pautas morais, a privatização também assume protagonismo. A ministra Damara Alves, em uma de suas primeiras iniciativas no cargo, propôs a regulamentação da educação domiciliar.

A pauta do homeschooling tem como principal reivindicação trazer a tarefa educacional para o núcleo privado da família. Trata-se de um movimento de buscar refúgio no mundo privativo, em uma tentativa de garantir a prática e disseminação de valores de determinados grupos, fechando-se, assim, à pluralidade do debate público e democrático.

A educação domiciliar vem à tona em um momento em que movimentos sociais despontam na América Latina, como o "Con mis hijos no te metas", que reivindica a retirada do debate de gênero e sexualidade das escolas. Novamente, vemos o tema da educação sendo trazido para o âmbito privado e familiar, alijando o Estado de tal debate.

Esse movimento encontra similaridade no Brasil. Vale lembrar que o Escola Sem Partido —que segue incutido na mentalidade— foi proposto inicialmente nas esferas municipal e estadual do Rio de Janeiro por Carlos e Flávio, filhos de Bolsonaro. Jair já fez vários acenos para a retirada do debate de gênero dos planos curriculares, mesmo com dados explícitos de que a maioria das violências sexuais ocorre dentro do núcleo familiar, o que por si só já seria suficiente para evitar que o tema ficasse somente na esfera da família.

A privatização moral aqui está alicerçada em outro valor: a perspectiva de teocratização. A visão plural de gênero proposta no debate público desagradou grupos religiosos tradicionais. Não é segredo que a religiosidade cristã tem sustentado políticas educacionais neste governo.

Recentemente, Bolsonaro nomeou para presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** o então reitor da Universidade Mackenzie, Benedito Guimarães Aguiar Neto.

A nomeação de Aguiar Neto comprova a perspectiva de privatização, já que ele está ligado a uma instituição de ensino superior privada. Além disso, reforça a perspectiva religiosa, pois o ex-reitor defende abertamente que a teoria do design inteligente —uma roupagem aparentemente científica para o criacionismo religioso— possa ser uma alternativa à teoria da evolução.

Não sou partidária de fecharmos o debate e só apresentamos aos alunos e alunas “até aqui, porque ali não é ciência”. Não. No entanto, é preciso reconhecer, saber identificar e informar adequadamente o que parte de uma lógica científica ou de uma lógica

religiosa. O problema está na sobreposição de narrativas e papéis. A privatização e a teocratização na educação têm mostrado recursos para quem entende a democracia e a pluralidade como ameaças.

Clarissa De Franco

Psicóloga e doutora em ciência das religiões com pós-doutorado em estudos de gênero

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Matemática e indústria precisam conversar no Brasil

Atividades econômicas com alto conteúdo matemático geram cerca de 15% do PIB

Contam que Henry Ford, pioneiro da indústria automobilística, encomendou um dínamo para seus carros, mas o aparelho não funcionava, e o fornecedor não conseguia resolver o problema. Ford então chamou “o homem mais inteligente da América”, o matemático de origem húngara John von Neumann, do Instituto de Estudos Avançados de Princeton.

Von Neumann olhou os diagramas, caminhou em volta do dínamo, tirou um lápis do bolso e marcou uma linha no invólucro: “Se cortar aqui, funciona”. Cortaram, e o dínamo funcionou.

Quando Ford pediu a conta, von Neumann mandou nota no valor de 5 mil dólares, uma soma enorme para a época. Surpreso, Ford pediu o detalhamento. Von Neumann respondeu: marcar a linha com o lápis, 1 dólar; saber onde marcar a linha, 4.999 dólares. Ford pagou.

Que conhecimento é dinheiro (e poder) é lição antiga. A 2ª Guerra Mundial foi ganha pelo poderio industrial norte-americano, baseado no conhecimento científico e tecnológico. E os EUA nunca mais pararam de importar os melhores cérebros do mundo de países menos capazes ou menos cuidadosos em preservar sua relevância e independência.

O Brasil da época percebeu e fez o dever de casa, construindo um sistema científico nacional (CNPq, **Capes**, a que se seguiriam Finep, Ministério da Ciência e Tecnologia, as fundações estaduais), ao mesmo tempo em que desencadeava sua industrialização.

O valor material da ciência está amplamente comprovado e mensurado. Peguemos o caso da matemática: estudos técnicos realizados nos últimos anos em diversos países (Reino Unido, França, Austrália, Holanda e Espanha) comprovam que as atividades econômicas com alto conteúdo matemático geram grande parte da riqueza nacional: cerca de 15% do PIB.

Produzir conhecimento é fundamental, mas é igualmente necessário incorporá-lo aos processos produtivos. Dados divulgados pelo diretor científico da Fapesp, professor Carlos Brito Cruz, apontam que a colaboração entre academia e indústria vem crescendo no Brasil, mas ainda há enorme potencial a explorar. Especialmente no que tange à matemática, parece claro que o diálogo entre os dois setores ainda está muito atrás dos países mencionados.

Esse diálogo não surge espontaneamente, precisa ser construído, e com urgência. É com

esse objetivo que o Impa vai realizar, em 13 e 14 de fevereiro, o primeiro Workshop Matemática e Indústria, em parceria com o Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria da USP. Trata-se de trazer empresas para interagir com pesquisadores, identificar domínios de colaboração e construir parcerias que beneficiem os dois setores e o país.

O que está em jogo não é pouco: 15% do PIB do Brasil é R\$ 1 trilhão. Por ano.
Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France.

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Matemática e indústria precisam conversar no Brasil

Contam que Henry Ford, pioneiro da indústria automobilística, encomendou um dínamo para seus carros, mas o aparelho não funcionava, e o fornecedor não conseguia resolver o problema. Ford então chamou “o homem mais inteligente da América”, o matemático de origem húngara John von Neumann, do Instituto de Estudos Avançados de Princeton.

Von Neumann olhou os diagramas, caminhou em volta do dínamo, tirou um lápis do bolso e marcou uma linha no invólucro: “Se cortar aqui, funciona”. Cortaram, e o dínamo funcionou.

Quando Ford pediu a conta, von Neumann mandou nota no valor de 5 mil dólares, uma soma enorme para a época. Surpreso, Ford pediu o detalhamento. Von Neumann respondeu: marcar a linha com o lápis, 1 dólar; saber onde marcar a linha, 4.999 dólares. Ford pagou.

Que conhecimento é dinheiro (e poder) é lição antiga. A 2ª Guerra Mundial foi ganha pelo poderio industrial norte-americano, baseado no conhecimento científico e tecnológico. E os EUA nunca mais pararam de importar os melhores cérebros do mundo de países menos capazes ou menos cuidadosos em preservar sua relevância e independência.

O Brasil da época percebeu e fez o dever de casa, construindo um sistema científico nacional (CNPq, **Capes**, a que se seguiriam Finep, Ministério da Ciência e Tecnologia, as fundações estaduais), ao mesmo tempo em que desencadeava sua industrialização.

O valor material da ciência está amplamente comprovado e mensurado. Peguemos o caso da matemática: estudos técnicos realizados nos últimos anos em diversos países (Reino Unido, França, Austrália, Holanda e Espanha) comprovam que as atividades econômicas com alto conteúdo matemático geram grande parte da riqueza nacional: cerca de 15% do PIB.

Produzir conhecimento é fundamental, mas é igualmente necessário incorporá-lo aos processos produtivos. Dados divulgados pelo diretor científico da Fapesp, professor Carlos Brito Cruz, apontam que a colaboração entre academia e indústria vem crescendo no Brasil, mas ainda há enorme potencial a explorar. Especialmente no que tange à matemática, parece claro que o diálogo entre os dois setores ainda está muito

atrás dos países mencionados.

Esse diálogo não surge espontaneamente, precisa ser construído, e com urgência. É com esse objetivo que o Impa vai realizar, em 13 e 14 de fevereiro, o primeiro Workshop Matemática e Indústria, em parceria com o Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria da USP. Trata-se de trazer empresas para interagir com pesquisadores, identificar domínios de colaboração e construir parcerias que beneficiem os dois setores e o país.

O que está em jogo não é pouco: 15% do PIB do Brasil é R\$ 1 trilhão. Por ano.

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

A educação oprimida

Em 2019, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, propôs o programa Future-se, que induz as universidades públicas a se abrirem à iniciativa privada. O Future-se promete não cobrar mensalidade dos alunos e alunas. No entanto, ao permitir o investimento privado, vincula as universidades públicas aos interesses das instituições que injetam seu dinheiro ali.

No futuro de Future-se, os temas das pesquisas, as contratações de docentes, as decisões administrativas, tudo dentro das universidades “públicas” estará submetido ao interesse de quem paga. Não demorará para cobrarem mensalidade. E o público, em alguns anos, se tornará privado.

Nem só economicamente atua a privatização da educação no governo Jair Bolsonaro. No âmbito das pautas morais, a privatização também assume protagonismo. A ministra Damares Alves, em uma de suas primeiras iniciativas no cargo, propôs a regulamentação da educação domiciliar.

A pauta do homeschooling tem como principal reivindicação trazer a tarefa educacional para o núcleo privado da família. Trata-se de um movimento de buscar refúgio no mundo privativo, em uma tentativa de garantir a prática e disseminação de valores de determinados grupos, fechando-se, assim, à pluralidade do debate público e democrático.

A educação domiciliar vem à tona em um momento em que movimentos sociais despontam na América Latina, como o "Con mis hijos no te metas", que reivindica a retirada do debate de gênero e sexualidade das escolas. Novamente, vemos o tema da educação sendo trazido para o âmbito privado e familiar, alijando o Estado de tal debate.

Esse movimento encontra similaridade no Brasil. Vale lembrar que o Escola Sem Partido —que segue incutido na mentalidade— foi proposto inicialmente nas esferas municipal e estadual do Rio de Janeiro por Carlos e Flávio, filhos de Bolsonaro. Jair já fez vários acenos para a retirada do debate de gênero dos planos curriculares, mesmo com dados explícitos de que a maioria das violências sexuais ocorre dentro do núcleo familiar, o que por si só já seria suficiente para evitar que o tema ficasse somente na esfera da família.

A privatização moral aqui está alicerçada em outro valor: a perspectiva de teocratização.

A visão plural de gênero proposta no debate público desagradou grupos religiosos tradicionais. Não é segredo que a religiosidade cristã tem sustentado políticas educacionais neste governo.

Recentemente, Bolsonaro nomeou para presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** o então reitor da Universidade Mackenzie, Benedito Guimarães Aguiar Neto.

A nomeação de Aguiar Neto comprova a perspectiva de privatização, já que ele está ligado a uma instituição de ensino superior privada. Além disso, reforça a perspectiva religiosa, pois o ex-reitor defende abertamente que a teoria do design inteligente —uma roupagem aparentemente científica para o criacionismo religioso— possa ser uma alternativa à teoria da evolução.

Não sou partidária de fecharmos o debate e só apresentamos aos alunos e alunas “até aqui, porque ali não é ciência”. Não. No entanto, é preciso reconhecer, saber identificar e informar adequadamente o que parte de uma lógica científica ou de uma lógica religiosa. O problema está na sobreposição de narrativas e papéis. A privatização e a teocratização na educação têm mostrado recursos para quem entende a democracia e a pluralidade como ameaças.

topo ↕

O TEMPO - MG - TEMPO REAL

Cabo Verde inspira trabalhos dos grupos Kriol e Coladera e de Marco Scarassatti País africano também foi paisagem para a gravação do videoclipe do rapper Rincon Sapiência

Pelas ondas curtas das rádios brasileiras, os habitantes de um arquipélago composto por dez ilhas vulcânicas se sintonizam com a voz grave e firme de um homem que, com o auxílio de seu violão, canta sobre o mar da Bahia, Estado por onde os portugueses entraram no Brasil em 1500. A história que se conta é que, nas décadas de 40 e 50, era desse jeito que as canções de Dorival Caymmi chegavam a Cabo Verde, país africano que também foi colônia de Portugal.

“Foi uma influência fundamental que permite que, a uma primeira escuta da música cabo-verdiana, o brasileiro se sinta em casa. Como na nossa música, o violão de nylon é muito presente, eles adaptaram o cavaquinho, que chegou até lá através do Brasil. Ao mesmo tempo, existe uma proximidade rítmica e percussiva com a matriz africana”, afirma Paulim Sartori, 29.

Essa conexão pode ser sentida em três iniciativas na cidade que têm em comum a música de Cabo Verde. São elas os duos Kriol e Coladera e o trabalho do músico Marco Scarassatti. Sartori, do Kriol, dá como exemplo de um instrumento típico do país o ferrinho, que a pessoa toca raspando um pedaço de ferro, e também formações apoiadas na sanfona, lá conhecida como “gaita”, que, segundo Sartori, lembram os trios nordestinos. O músico belo-horizontino começou a estreitar os laços com a música de Cabo Verde em 2014, quando teve “o primeiro contato consciente” com o trabalho da cantora Mayra Andrade.

“Aquilo me fascinou por apresentar uma beleza, até então, inaudita para mim. Era uma síntese muito sedutora da tradição cultural do país com elementos contemporâneos”, recorda Sartori. Foi o ponto de partida para que, no mesmo ano, ao conhecer a cantora

Jhê, eles formassem o Kriol. “Quando tocamos pela primeira vez uma música da Mayra Andrade, soou tão diferente que começamos a desenvolver, meio ingenuamente, um projeto de pesquisa musical”, conta Sartori.

Ele, no entanto, faz questão de salientar que a intenção “nunca foi tocar da maneira tradicional”. “Tocamos como brasileiros que reverenciam essa música”, explica o instrumentista, que cita ritmos tradicionais como a morna – cuja principal representante foi Cesária Évora – o batuque e o funaná. Com um conjunto de canções autorais, o duo planeja lançar o primeiro álbum ainda neste primeiro semestre.

As composições foram escritas no idioma crioulo cabo-verdiano, que, a despeito do português ser a língua oficial, prevalece na comunicação local. “Eles compõem em crioulo, o que revela que não há uma identificação total com o português”, diz Sartori. O nome Kriol foi escolhido para batizar o duo justamente por ser a forma como se escreve o idioma mais utilizado no país. Mas Jhê e Sartori não são os únicos que adentraram esse universo.

Há dez anos, o músico português João Pires, 38, se encontrou com o violonista mineiro Vitor Santana na Espanha. A partir daí, eles criaram o Coladera que, em 2019, viu músicas de seu disco “Lá Dôtu Lado” receberem arranjos orquestrais. Inspirado em um gênero cabo-verdiano, o nome do grupo “simboliza o meio que nos une, assim como na geografia, em que, entre Brasil e Portugal, existe Cabo Verde”, explica Pires. Como referências, ele enumera Paulino Vieira, Bau, Ildo Lobo, Manuel Novas e Orlando Pantera.

Travessia

Três mulheres trituram milho em um grande pilão. A cena cotidiana era, aos olhos de Marco Scarassatti, 48, “um espetáculo de sincronia e ritmo”. Ele estava em Cabo Verde, na ilha de Santo Antão, com “o objetivo de pesquisar a sonoridade da ilha, a musicalidade das variantes do cabo-verdiano, o quanto isso se desdobrava e a mistura entre matrizes africanas e europeias”, conta.

Tudo isso foi em 2015, quando o professor de educação musical da UFMG viajou para o país africano por conta de um projeto de cooperação acadêmica financiado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp). O resultado foi o álbum “Crônicas Sonoras de Cabo Verde”, que chegou à praça no ano passado.

“Eu conhecia um pouco sobre as músicas de Cabo Verde, as mornas cantadas pela Cesária Évora, assim como o violino típico da ilha do Fogo, presente no filme ‘Casa de Lava’, do Pedro Costa”, informa. Ao chegar a São Vicente, em pleno Carnaval, Scarassatti sentiu que “a música estava no ar e no mar que nos circunda”, diz. Nesse caminho, ele se deparou com “a prosa tranquila dos trabalhadores contrastando com os sons de faca”. Quem também esteve em Cabo Verde foi o rapper Rincon Sapiência, que gravou o videoclipe de “Onda, Sabor e Cor” por lá. (com Patrícia Cassese)

topo ↕

TÉCNICO DE AGRONEGÓCIO - TEMPO REAL

Senadores estudam criação de rede integrada de pesquisas agropecuárias

Fonte: Agência Senado

O Senado deve estudar a criação de um amplo sistema de informações sobre pesquisa agropecuária. Essa rede digital seria abastecida por universidades (públicas ou privadas), instituições públicas e empresas privadas de pesquisa agropecuária, além de organizações de trabalhadores rurais.

O projeto (PL 6.417/2019) que cria a rede — batizada de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Agropecuária (SNPA) — espera atualmente a escolha do relator na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). De lá, seguirá para decisão terminativa da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

De acordo com os senadores Styvenson Valentim (Podemos-RN), Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Soraya Thronicke (PSL-MS), autores da proposta, a ideia é integrar a produção de instituições, processos e instrumentos necessários para inovar a agropecuária brasileira. Podem participar de forma voluntária, colaborativa e cooperativa, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, públicas e privadas, que desenvolvam pesquisa agropecuária.

Patentes

Os senadores ressaltam que caberá ao governo gerenciar o SNPA. Um dos atributos do sistema vai ser concentrar informações sobre invenções patenteadas no Brasil e no mundo.

“Em 2017 foram registradas mais de 3 milhões de patentes no mundo, e o SNPA, assim como o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, não poderá prescindir do acesso a essas informações, sob o risco de desperdiçar recursos no desenvolvimento de tecnologias já existentes”, destacam os autores.

Na justificativa do projeto, os parlamentares classificam o SNPA como “extremamente importante e estratégico para o desenvolvimento do setor agropecuário”, além de poder provocar uma influência positiva no agronegócio brasileiro “face aos desafios presentes e futuros de sustentabilidade e competitividade”.

A proposta altera parte da Lei Agrícola (Lei 8171, de 1991). Para chegar ao texto, os senadores fizeram uma série de debates com entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Embrapa, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi), a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Fonte: Agência Senado (www12.senado.leg.br)

topo ↕

ZERO HORA - RS - TEMPO REAL

Deus e Darwin podem conviver harmoniosamente na escola

Contanto que seus discípulos sejam menos radicais e mais tolerantes

Sempre que volta à pauta o conflito entre criacionismo e evolucionismo, reaceso com a recente indicação de um defensor do design inteligente para a presidência da **Capes**, eu me lembro da história da dama inglesa escandalizada com as primeiras notícias sobre a

teoria de Darwin, de que seríamos todos descendentes de macacos:

– Tomara que não seja verdade! – disse ela, horrorizada, e complementou: "Se for, tomara que ninguém fique sabendo!".

Saber ou não saber, eis a questão. A árvore do conhecimento, também identificada bíblicamente como Árvore da Ciência do Bem e do Mal, parece mesmo estar na origem desse debate interminável que de vez em quando desemboca no sistema educacional brasileiro. Afinal, as escolas devem ensinar a teoria da evolução biológica das espécies, o relato do Gênesis cristão ou ambos?

Ensinar já é um verbo pra lá de pretensioso. Tem gente que ainda confunde orientação e facilitação ao conhecimento com lavagem cerebral, ignorando que os estudantes têm acesso a múltiplas informações, dentro e fora da escola. Além disso – acho que ateus e crentes concordam nesse ponto –, existe o tal livre-arbítrio. Socorro-me de uma antiga anedota de Verissimo para lembrar que cada cabeça pode ser mesmo uma sentença. A mãe, conta o escritor, obrigava os três filhos a rezar diariamente diante do mesmo santo: um ficou devoto de São Jorge, outro do cavalo e o terceiro do dragão.

A piada é boa, mas seria ingenuidade demais acreditar que o que os professores dizem não influencia crianças e adolescentes em formação. Porém, como nossa Constituição assegura liberdade de crença (e, por extensão, de descrença), além de definir o Estado brasileiro como laico, isto é, neutro em relação à diversidade de credos presentes na sociedade, me parece que a regra é clara: na aula de ciências, evolucionismo; na aula de religião, que não pode ser obrigatória, suprimentos para a alma.

Na minha agnóstica opinião, Deus e Darwin podem conviver harmoniosamente nas nossas escolas se os seus discípulos forem menos radicais e mais tolerantes. Aliás, li outro dia uma historinha saborosa sobre esse hipotético encontro. Darwin morre e, para sua surpresa, vai parar na porta do céu. Mas é barrado por Deus, que condiciona sua entrada ao reconhecimento de que Ele foi o responsável pela Criação.

Se você viajou comigo até aqui, imagine uma resposta para o cientista e mande para o meu e-mail. Com a neutralidade que meu ofício impõe, prometo selecionar as duas mais criativas, civilizadas e curtas – de um lado e de outro, evidentemente – para publicar na próxima vez em que voltar ao tema.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Eduardo Bolsonaro: Weintraub é o melhor ministro da Educação de todos os tempos

Para deputado, conflito entre Maia e o titular da pasta está relacionado com a indicação de cargo

BRASÍLIA — O líder do PSL na Câmara, Eduardo Bolsonaro (SP), defendeu nesta terça-feira a gestão do ministro da Educação, Abraham Weintraub. Após elogiar a atuação de Weintraub, o deputado relacionou o conflito entre o ministro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a uma disputa por indicação de cargo.

Weintraub é criticado por parlamentares pela "agressividade" em postagens nas redes sociais e pelas falhas na correção de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

— Para mim, é o melhor ministro da Educação de todos os tempos — disse Eduardo Bolsonaro a jornalistas, após discursar em plenário.

Na segunda-feira, Maia criticou o ministro da Educação pela sua atuação à frente da pasta e nas redes sociais. O presidente da Câmara disse que não possível negociar com que levanta a bandeira do ódio.

Eduardo Bolsonaro sugeriu que o conflito é fruto da indicação de um aliado de Maia para presidir o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Rodrigo Sergio Dias, aliado de Maia, ficou apenas quatro meses no cargo.

— O ministro Weintraub e o presidente Rodrigo Maia têm um atrito por conta do FNDE. É isso que está acontecendo. Isso daí é desdobramento normal desse atrito — avaliou o deputado.

Eduardo Bolsonaro disse ainda que o ministro não estimula o ódio.

— Não, eu conheço o ministro, não acho que o ministro tenha (levantado a bandeira do ódio)... o ministro é extremamente educado, muitas pessoas acabam por criticar ele (sic) por conta da liturgia do cargo, mas no passado, enquanto estavam roubando bilhões dos cofres públicos, o pessoal não reclamava tanto com relação à liturgia do cargo.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Doria acusa Eduardo Bolsonaro de publicar fake news sobre escolas cívico-militares em SP

Governador de São Paulo criticou deputado por afirmar que questões partidárias teriam feito com que ele não aderisse ao programa educacional

RIO - O governador de São Paulo, João Doria (PSBD), acusou o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), de propagar notícias falsas em sua conta no Twitter. Em uma publicação realizada na noite desta terça-feira, o tucano classificou como "fake news" uma mensagem publicada anteriormente pelo filho do presidente Jair Bolsonaro acerca da adesão da administração paulista ao projeto de escolas cívico-militares elaborado pelo Ministério da Educação (MEC).

No conteúdo original, Eduardo Bolsonaro afirmou que recebeu "demanda para criação de uma escola cívico-militar" em Registro, no interior de São Paulo. O parlamentar prosseguiu dizendo que "como o governador João Doria não aderiu ao programa ao programa, a execução torna-se inviável". Por fim, emendou que é "lamentável pautas partidárias fiquem acima de pautas pedidas pela população".

Ao rebater a informação, Doria disse que a publicação de Eduardo se tratava de "mais uma fake news". São Paulo realmente não consta na lista de 15 estados que aderiram ao projeto, mas as razões, segundo o governador, não são políticas:

"Nossa gestão solicitou detalhes do projeto para avaliar adesão. Não é possível aderirmos a um programa sem sabermos todas as suas diretrizes. Apesar da nossa manifestação de interesse, o MEC não retornou e soubemos via imprensa que SP não teria essas escolas", escreveu o governador.

A discordância entre Doria e Eduardo é reflexo do distanciamento do governador em relação ao presidente Jair Bolsonaro e seu entorno, processo em curso desde o ano passado. O afastamento começou após alguns desentendimentos pontuais e a desconfiança mútua cresceu em relação às aspirações eleitorais de cada um. Na segunda-feira, enquanto o presidente visitava São Paulo, Doria teve uma agenda oficial cancelada e, mesmo assim, não se encontrou com Bolsonaro.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Partidos disputam comissões da Câmara: CCJ e Educação estão entre as mais visadas

Educação é cobiçada, e PSL deve perder comando da CCJ; demora na escolha de presidentes atrasa tramitação de projetos

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados terá, nas próximas semanas, uma negociação acirrada dos partidos pelas comissões da Casa, colegiados onde geralmente são iniciados os debates dos projetos e que também atuam na fiscalização do Executivo, com medidas como a convocação de ministros. Além da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Câmara, que deixa de ser do PSL e é alvo de cobiça pelo centrão, deve haver disputa acirrada pelo comando do colegiado que trata de Educação, especialmente pelas sucessivas crises envolvendo o ministro da área, Abraham Weintraub.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Comissões da Câmara são alvo de disputa entre partidos

Educação é cobiçada, e PSL deve perder comando da CCJ; demora na escolha de presidentes atrasa tramitação de projetos

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados terá, nas próximas semanas, uma negociação acirrada dos partidos pelas comissões da Casa, colegiados onde geralmente são iniciados os debates dos projetos e que também atuam na fiscalização do Executivo, com medidas como a convocação de ministros. Além da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Câmara, que deixa de ser do PSL e é alvo de cobiça pelo centrão, deve haver disputa acirrada pelo comando do colegiado que trata de Educação, especialmente pelas sucessivas crises envolvendo o ministro da área, Abraham Weintraub.

Por ter a maior bancada e ter apoiado a eleição de Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, o PSL teve o direito de indicar o presidente da CCJ no ano passado. Neste ano, porém, a comissão deve ficar com um parlamentar do Republicanos, MDB ou PDT, conforme um acordo firmado por Maia no ano passado.

Para complicar a equação, porém, o PP também tem a pretensão de ficar com a CCJ. O partido não foi citado por Maia entre os que tinham negociado um “revezamento”, mas é o primeiro na fila para escolher a comissão depois do PSL, na ordem definida no ano passado. Por isso, vai tentar exercer essa preferência.

Todos os presidentes das comissões serão trocados com o início do ano legislativo. Só após a definição de quem vai ficar com a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) os demais partidos conseguirão negociar os outros colegiados, alguns deles também cobiçados por diversas siglas. Eduardo Bolsonaro, atual líder do PSL na Câmara, diz que a legenda ficará com a comissão de Finanças e Tributação.

— A princípio, a CFT (Comissão de Finanças e Tributação) ficará com indicação do PSL. Isso é o que está pintando. A CCJ, até onde eu sei, existe um acordo em que o presidente muito provavelmente virá do Republicanos.

No Republicanos, o principal nome para assumir o colegiado é o deputado Lafayette de Andrada (MG). João Campos (GO), no entanto, tenta convencer seus colegas a indicá-lo para a vaga.

O DEM, oitavo partido na fila para escolher sua presidência de comissão, quer ficar com Agricultura ou Seguridade Social e Família, hoje respectivamente com PP e PSD. O PSD, porém, está em segundo lugar na fila e quer manter controle sobre a comissão de Seguridade, que discute assuntos previdenciários e de Saúde. Já o PL quer tomar Minas e Energia do Republicanos.

Liderança do PSL

Pedro Cunha Lima (PSDB-PB), atual presidente da Comissão de Educação, prevê que o PSDB terá dificuldades para manter o colegiado, já que é o nono partido na fila para escolher sua indicação. A comissão tem sido ainda mais cobiçada por ser uma vitrine política diante da atuação do governo na área.

O PSL, ainda comandado por Eduardo Bolsonaro na Câmara, deseja ficar com o colegiado para tentar blindar o governo. No entanto, o partido enfrenta sua própria disputa interna. Caso a Justiça confirme as suspensões partidárias decididas pela sigla, Joice Hasselmann pode assumir a vaga de líder. Essa indefinição tem impedido a escolha de indicados do partido.

Com esse imbróglio, os trabalhos nestes colegiados só devem começar depois do Carnaval, na previsão de líderes. Rodrigo Maia já avisou a interlocutores de que a estimativa é de definir os postos apenas no dia 17 de março, tornando ainda mais curto um ano legislativo que será interrompido pelas eleições municipais no segundo semestre. Sem comissões instaladas, alguns projetos de lei que tramitam por elas não irão adiante.

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

Ministro da Educação pode errar português, diz Eduardo Bolsonaro

Eduardo Bolsonaro defendeu nesta terça-feira (4) a permanência do ministro da Educação, Abraham Weintraub, no governo. O ministro tem sido alvo de constantes críticas de membros da oposição pelos problemas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019. Weintraub também segue sendo criticado por erros de português que comete com frequência nas redes sociais.

O ministro já escreveu "imprecionante" ao invés de impressionante, "antecessores" ao invés de antecessores, "paralização" no lugar de paralisação. No início do ano, ainda chamou o escritor Franz Kafka de "kafta" em uma audiência no Senado.

Porém, o filho do presidente da República acredita que Weintraub, mesmo com os erros, é um ótimo ministro. "Para mim é o melhor ministro da Educação de todos os tempos", disse Eduardo.

Quando questionado se um ministro responsável pela pasta da Educação pode escrever

errado, o deputado disse que não é o ideal. "Mas às vezes acontece. Vamos combinar que vocês da imprensa também, quando eu leio lá, eu vejo lá um erro, erro de digitação. Acontece", defendeu o deputado.

"Quem é aqui que às vezes não tem uma dúvida com uma palavra e recorre ao dicionário ou ao Google?", questionou.

A reportagem insistiu e perguntou se tais falhas, que a imprensa às vezes também comete, caberiam para um ministro da Educação e Eduardo perguntou o nome do veículo e seguiu: "eu vou ficar olhando lá o Congresso em Foco e quando tiver um erro eu vou falar, mas da imprensa?", brincou em tom humorado.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Inscritos no Enceja com pendências relacionadas a área de conhecimento devem comparecer à Seduc

Candidatos devem apresentar documentos para solicitar aplicação de prova.

Por G1 SE

Os inscritos no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) em 2019, que possuem alguma pendência relacionada a qualquer área do conhecimento deverão ir até a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (Seduc) para solicitar a aplicação de prova.

Segundo a Seduc, o candidato deve comparecer na sede da secretaria e apresentar o RG, CPF e o boletim impresso do Enceja 2019.

O coordenador da divisão de exames e certificação, Edson Aragão Melo, disse que, em caso de aprovação, é feito o aproveitamento de estudos de acordo com o que o aluno foi aprovado e é feita a emissão do certificado. "Reforço que os alunos que se inscreveram e não foram fazer a prova do Enceja em 2019 não têm direito a solicitar a aplicação de prova para as disciplinas pendentes".

Para os alunos que, na prova de 2019, indicaram o Instituto Federal de Sergipe (IFS) como instituição certificadora, é necessário ir à instituição solicitar a certificação ou a declaração de proficiência e depois ir até a Seduc. Esses alunos também têm direito de fazer as pendências.

O Enceja

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) tem como principal objetivo construir uma referência nacional de educação para jovens e adultos por meio da avaliação de competências e saberes adquiridos no processo.

A participação no Enceja é voluntária e gratuita, destinada aos jovens e adultos residentes no Brasil e no exterior, inclusive às pessoas privadas de liberdade, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada para o ensino fundamental e para o ensino médio.

Números em Sergipe

Em 2019, 8.645 alunos indicaram a Seduc como instituição certificadora para o Ensino

Fundamental e 15.681 para a certificação no nível médio.

Desse total, 728 alunos foram aprovados integralmente pelo Enceja no Ensino Fundamental e 1.650, aprovados no Ensino Médio.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escola de SP atingida por árvore em dezembro segue sem telhado; aulas começam nesta quarta

Laudo da Defesa Civil de dezembro diz que há risco no uso do imóvel e ameaça à integridade física dos ocupantes; Prefeitura diz que alunos serão atendidos em outras salas e que obras terminam no máximo em 120 dias.

G1 SP — São Paulo

As aulas de 275 alunos de 4 a 6 anos da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Tenente Paulo Alves começam nesta quarta-feira (5), mas as obras para reparo do telhado de três salas que foram atingidas pela queda de uma árvore em dezembro do ano passado não terminaram. Pais e funcionários temem pela segurança dos alunos e dizem que não há condições de voltar às aulas com as salas nas condições atuais.

No dia 10 de dezembro do ano passado, um temporal causou a queda de uma árvore de grande porte que fica na praça ao lado da escola, na Vila Mariana, na Zona Sul de São Paulo. A árvore foi podada, mas não retirada. Pais de alunos temem que ela volte a cair com as chuvas de verão.

Um laudo da Defesa Civil de 11 de dezembro interditou o imóvel e determinou a desocupação “em virtude do risco existente na continuidade do uso do imóvel, nas atuais condições, importando grave ameaça à integridade física de seus ocupantes, de seus vizinhos ou dos transeuntes” (veja abaixo).

A escola está em reforma desde o dia 28 de janeiro, mas o telhado ainda não foi reparado porque as telhas foram compradas, mas só devem chegar na próxima segunda (10), de acordo com a mãe de aluno e membro do conselho escolar Flávia Lago, 37 anos.

“A situação é muito revoltante, é um descaso total o que está acontecendo. Estamos há poucas horas de começar as aulas e a escola não tem a menor condição de receber as crianças. É um mal-estar muito grande. A gente sabe que árvore cai, mas tem de ter manutenção. A segurança das crianças e dos funcionários fica em risco. Estou de fato preocupada e falando em nome de todas as famílias, está todo mundo incomodado com essa história”, desabafa.

Sala da EMEI Tenente Paulo Alves em foto desta terça-feira (4); aulas iniciam nesta quarta-feira (5) — Foto: Flávia Lago/Arquivo pessoal Sala da EMEI Tenente Paulo Alves em foto desta terça-feira (4); aulas iniciam nesta quarta-feira (5) — Foto: Flávia Lago/Arquivo pessoal

Sala da EMEI Tenente Paulo Alves em foto desta terça-feira (4); aulas iniciam nesta quarta-feira (5) — Foto: Flávia Lago/Arquivo pessoal

Em nota, a Diretoria Regional de Educação do Ipiranga disse que as aulas não estão comprometidas e os 275 alunos serão devidamente atendidos em outras 6 salas, no período da manhã e tarde. Flávia disse, porém, que a escola possui 6 salas no total.

Ainda de acordo com a diretoria, "a reforma dos banheiros terminou nesta terça-feira (4), e as salas comprometidas seguem isoladas até a conclusão das obras, que de acordo com a Divisão de Obra – DIOB da Secretaria Municipal de Educação, serão finalizadas no prazo máximo de 120 dias."

Na manhã desta terça-feira (4), porém, homens ainda trabalhava na reforma dos banheiros (veja foto abaixo):

Risco continua

De acordo com Flávia, pais e professores concordam que a árvore deveria ser retirada porque ela já caiu outra vez do lado de fora da escola. O medo é que outro acidente volte a acontecer.

“A árvore foi podada, mas ela continua lá. É uma barreira enorme, burocrática e financeira. Essa vai ser a nossa maior luta. Nós não somos contra árvores, mas é a segunda vez que ela cai. Poderia ter acontecido uma tragédia porque ela caiu dentro de uma escola com criança dentro. Esse trauma, esse mal-estar da situação continua, as famílias estão com medo de mandar as crianças para a escola e os funcionários também estão com medo de ir trabalhar”, afirma Flávia.

De acordo com ela, ao contrário do que foi divulgado na ocasião da queda da árvore, havia duas crianças dentro de uma das salas quando a árvore caiu.

“No dia seguinte do ocorrido, o subprefeito e a diretora regional de ensino foram lá e se comprometeram a fazer todas as obras em caráter emergencial, mas a escola continuou funcionando mesmo naquela situação. Mentiram que não tinha criança nenhuma na escola quando aconteceu, mas tinha dois alunos que se esconderam debaixo de uma carteira e não se machucaram.”

topo 

G1 - TEMPO REAL

Inscrições do Fies e do P-Fies do 1º semestre de 2020 serão abertas nesta quarta 70 mil contratos a juro zero serão ofertados neste primeiro semestre. Estudantes que fizeram o Enem a partir de 2010 podem se candidatar ao financiamento.

As inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e para o Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies) do primeiro semestre de 2020 vão começar nesta quarta-feira (5). Eles oferecem financiamento para pagamento de cursos de graduação em universidades privadas. Os candidatos devem se inscrever até 12 de fevereiro.

As inscrições são feitas pela internet no endereço: <http://fies.mec.gov.br/>. Basta inserir CPF, data de nascimento, o código de verificação que aparece na tela e, se o candidato tiver tirado uma nota suficiente no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – não ter zerado a redação e ter obtido uma média acima de 450 pontos nas provas – pode dar continuidade à inscrição.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), serão oferecidos 70 mil contratos para o Fies, enquanto para o P-Fies não há limite pré-estabelecido de vagas.

Cronograma do primeiro semestre do Fies 2020:

Inscrições: 5 a 12 de fevereiro

Pré-seleção: 26 de fevereiro

Chamada da lista de espera: 26 de fevereiro a 31 de março

Diferença entre Fies e P-fies

Na modalidade Fies, são oferecidas vagas com juro zero para os estudantes com uma renda per capita mensal familiar de até três salários mínimos (R\$ 3.135 – pelo salário mínimo nacional).

Já a modalidade P-Fies se destina a estudantes com renda per capita mensal familiar de até cinco salários mínimos (R\$ 5.225 – pelo salário mínimo nacional). Eles podem receber um empréstimo a juros relativamente baixos, variando de acordo com o banco que atua como agente financeiro.

Vale lembrar que, em dezembro de 2019, o governo anunciou mudanças nos dois programas, mas elas só serão válidas no segundo semestre deste ano para o P-Fies e a partir de 2021 para o Fies.

Confira as principais mudanças abaixo:

Fies

A principal mudança está nas notas de corte para o financiamento. Atualmente, é preciso ter média mínima de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e não ter zerado a redação. A partir do primeiro semestre de 2021, a nota média mínima permanece de 450 pontos, mas a nota de corte da redação sobe para 400 pontos.

A nota do Enem também vai servir para limitar as transferências de cursos em instituições de ensino superior para alunos que possuem financiamento do Fies. Agora, será necessário um resultado igual ou superior à nota de corte do curso de interesse para a transferência.

O que muda no Fies?

As mudanças passam a valer a partir do primeiro semestre de 2021

Os candidatos precisarão ter nota mínima de 400 pontos na redação do Enem

A média das cinco provas do Enem deverá ser igual ou superior a 450 pontos

O candidato deve ter uma renda de até 3 salários mínimos

Para pedir transferência de faculdade, o candidato deverá ter tirado, na prova do Enem, a nota de corte do curso ao qual pretende ir

P-Fies

O P-Fies foi criado para o financiamento de estudantes com renda mensal familiar de até cinco salários mínimos. Com a mudança anunciada, que começa a valer no segundo semestre de 2020, o programa passa a não ter limite de renda.

O programa foi desvinculado do Fies, o que implica que não será mais necessário fazer

a prova do Enem para concorrer ao financiamento nesta categoria. O MEC anunciou também que o candidato poderá entrar com solicitação de financiamento durante todo o ano.

O que muda no P-Fies?

As mudanças passam a valer a partir do segundo semestre de 2020

O programa passar a ser independente do Fies

Não será necessário fazer o Enem para tentar o financiamento

Não será exigido um limite máximo de renda

Possibilidade de contratação durante todo o ano

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Reitor e vice eleitos da Uesc tomam posse dos cargo

Solenidade de transmissão do cargo ocorreu em Ilhéus, nesta terça-feira (4). Eles vão comandar a universidade entre 2020-2024.

Por G1 BA

O novo reitor e a novo vice-reitor da Universidade Estadual De Santa Cruz (Uesc) assumiram oficialmente os cargos nesta terça-feira (4), durante cerimônia realizada no auditório da universidade, em Ilhéus, no sul da Bahia.

Os professores Alessandro Fernandes e Maurício Moreau foram indicados em votação direta realizada pela Comunidade Universitária, em 26 de novembro de 2019. A dupla ficará a ficará nos cargos no período entre 2020 e 2024.

O professor Alessandro Fernandes de Santana é graduado em Ciências Econômicas e em Administração de Empresas, Especialista em Economia de Empresas, pela UESC, Mestre em Cultura e Turismo, pela UESC/UFBA e Doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Está lotado no Departamento de Ciências Econômicas - DCEC como Professor Adjunto B e estava pró-reitor de Extensão.

Já o professor Maurício Santana Moreau é graduado em Agronomia pela Universidade Federal da Bahia, com Mestrado em Agronomia pela Universidade Federal da Bahia e Doutorado em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela Universidade Federal de Viçosa. Em 2009, retornou à Universidade Federal de Viçosa para o estágio de Pós-Doutorado em Planejamento, Gestão e Uso dos Recursos Naturais, como Engenheiro Agrônomo e Mestre em Agronomia.

De acordo com a Uesc, a comunidade acadêmica da instituição é formada por cerca de oito mil alunos em 33 cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado. O corpo docente é formado por 784 professores e o administrativo por 400 servidores técnicos administrativos atendem às diversas áreas da Universidade.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escola municipal será construída em Londrina com dinheiro repassado por empresa processada por fraudar licitação, diz prefeitura

Empresa foi processada por fraudar licitação de merenda escolar em 2011. Acordo aprovado prevê repasse de R\$ 4 milhões para prefeitura.

Por RPC Londrina

A Prefeitura de Londrina, no norte do Paraná, vai construir uma escola no Conjunto Habitacional Vista Bela com dinheiro recebido de empresa que foi processada por fraudar uma licitação de merenda escolar em 2011.

O acordo foi feito por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público do Paraná e a empresa. A empresa pagou cerca R\$ 4 milhões para a prefeitura no acordo aprovado pela Justiça.

A nova sede da Escola América Sabino Coimbra terá mais dez salas e capacidade para atender 500 crianças. Atualmente, o colégio funciona, de forma improvisada, em uma escola estadual que existe no bairro. O anúncio da construção é um alívio para a comunidade escolar.

"É tudo o que a gente está esperando", diz a mãe de um aluno.

A nova escola será construída no mesmo quarteirão do colégio estadual e a previsão é de que a obra custe R\$ 4,9 milhões.

"Essa empresa depositou o valor de aproximadamente R\$ 4 milhões ao município. A prefeitura vai usar esse recurso para a construção da escola. O Ministério Público conseguiu, com o acordo, fazer um ressarcimento ao município que permite essa construção", explicou o secretário municipal de Gestão Pública, Fábio Cavazotti.

A construção do novo prédio melhora a situação da escola, mas não resolve o problema do Conjunto Vista Bela. Cerca de 500 crianças aqui do bairro precisam ir para outras regiões da cidade para estudar.

"Espero que comece a construção e o número de salas sejam ampliadas, para que a escola passe a ter 20 salas, em um total de 40 turmas. Com isso, conseguimos atender a demanda do bairro", disse a diretora Marli Sander.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Governo do RN anuncia convocação de 600 professores

Chamada será publicada no Diário Oficial desta quarta (5) e profissionais devem iniciar atividades no 1º bimestre do ano letivo estadual, que começa em 17 de fevereiro.

Por G1 RN

A governadora Fátima Bezerra (PT) anunciou nesta terça-feira (04) a convocação de 600 professores que irão compor o quadro efetivo da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (Seec) do Rio Grande do Norte. De acordo com o governo, a chamada será publicada no Diário Oficial desta quarta-feira (5) e os profissionais devem iniciar suas atividades no 1º bimestre do ano letivo estadual, que começa em 17 de fevereiro.

O governo do Estado afirma que o número de convocados atende às necessidades das Direcs (Diretorias Regionais de Educação e Cultura) e vem se somar aos 14.098 professores ativos.

Esta é a segunda convocação anunciada pela chefe do Executivo estadual, que em 2019

autorizou a contratação de 510 professores efetivos. Segundo o governo, no ano passado foram convocados 600 professores em caráter temporário, a fim de suprir o déficit causado por aposentadorias, licenças-prêmios e afastamentos por problemas de saúde.

Os educadores convocados vão atuar em unidades de ensino espalhadas pelo Rio Grande do Norte, em diferentes áreas de conhecimento, tais como pedagogia (anos iniciais e educação especial), matemática, física, química, ciências biológicas, sociologia, geografia, filosofia, história, artes e línguas (portuguesa, espanhola e inglesa). Após a convocação, os professores têm até 30 dias para tomar posse.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Educação básica registra queda de 1,2% nas matrículas, aponta censo do Inep Dados revelam aumento de matrículas em creches públicas e redução de alunos na EJA.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou na sexta-feira (31) os dados do Censo Escolar da Educação Básica 2019, que tem informações sobre o ensino infantil, fundamental e médio no Brasil.

Os principais destaques são a queda de matrículas no ensino médio e o aumento na procura por creches públicas.

Em uma década, Brasil perde um terço das escolas para adultos com aula de ensino fundamental

Brasil cai em ranking mundial de educação em matemática e ciências; e fica estagnado em leitura

Segundo o Censo, houve queda de 1,2% no total de matrículas na educação básica. Em 2019 eram 47.874.246 alunos, cerca de 582 mil a menos do que em 2018.

O Censo mostra que estes alunos estão em 180.610 escolas, sendo que a rede municipal é a responsável por 60% delas, somando 48% dos alunos. Os dados mostram que 88,9% dos alunos se encontram em áreas urbanas.

A especialista Catarina de Almeida Santos, integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), ressalta que os dados oficiais são importantes, mas precisam ser analisados dentro de um contexto.

"Para entendermos a educação como um todo, não basta que o Inep me diga que nós temos tantos milhões de estudantes matriculados. Temos que saber, também, quantos estão fora da escola. Temos que entender para quantos estamos negando o direito à educação. Isso é muito importante para pensar políticas pública e tentar sanar os problemas." - Catarina de Almeida Santos, coordenadora do Comitê do Distrito Federal da CNDE

Educação infantil

O número de matrículas na educação infantil cresceu 12,6% de 2015 a 2019, atingindo 8,9 milhões em 2019. Esse crescimento ocorreu, principalmente, por causa do acréscimo de 706 mil matrículas em creches no período.

A educação infantil possui o maior número de escolas do ensino básico: são 114.851 (63,6%). Destas, 71,4 mil são creches, que atendem 3.755.092 alunos. Entre os atendidos nas creches, 34,6% estão matriculados na rede privada e, 45,3%, em instituições conveniadas com o poder público.

As matrículas em creches públicas cresceram e, em 2019, atingiram 2.456.583 crianças de 0 a 3 anos. O número é 4,4% maior do que no ano anterior, quando 2.352.032 crianças foram matriculadas nessas unidades escolares.

Um dos pontos do Censo destacados pela especialista Catarina de Almeida Santos é o fato das escolas municipais receberem a maior quantidade de alunos. Ela avalia que este dado é bastante contraditório, já que esses os municípios são os que recebem menos verbas de educação.

Santos destaca que os municípios acabam sendo os principais responsáveis pela educação infantil - fase escolar que tem o custo por alunos mais alto.

"Quando a gente coloca maior responsabilidade no sistema que menos arrecada e não garante políticas federais ou maior repasse de verba, você entende porque que os municípios não estão aumentando a quantidade de matrícula", explica Catarina Santos.

Ensino médio e fundamental

No ensino médio há 7,5 milhões de matrículas, número que confirma a tendência de queda dos anos anteriores. Em 2018, foram 7,7 milhões de matrículas. O Inep afirma que a queda "se deve tanto à redução da entrada do ensino fundamental (a matrícula do 9º ano caiu 8,3% de 2014 a 2018) quanto à melhoria do fluxo no ensino médio (a taxa de aprovação do ensino médio subiu 3,1% de 2014 a 2018). Nos últimos cinco anos, o número total de matrículas do ensino médio reduziu 7,6%".

Segundo Santos, a queda na matrícula do ensino fundamental não significa falta de demanda por educação, mas pode ocorrer por falta de oferta de vagas, o que, segundo ela, também acontece no ensino médio.

"É importante cruzar esses dados do Censo, com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) da Educação que mostram que existem muitas pessoas que não concluíram nem o ensino fundamental nem o ensino médio. Isso mostra que há demanda. Temos que lembrar que a nossa Constituição estabelece que todos no país tem direito a educação", pontua Santos.

Os dados da Pnad, pesquisa que a professora cita, mostram que 53% da população brasileira com 25 anos ou mais de idade não havia completado a educação escolar básica e obrigatória em 2018.

EJA

Um das alternativas para esses alunos que não puderam concluir o ensino básico é recorrer à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mas, segundo os dados do Censo, o número de matrículas também vem caindo.

Segundo o Censo Escolar 2019, o número de matrículas na EJA diminuiu 7,7%, chegando a 3,2 milhões em 2019. O Inep reconhece que o EJA virou saída para estudantes que "repetiram" no ciclo regular.

"Essa modalidade vem recebendo alunos do ensino regular. De 2018 para 2019, aproximadamente 300 mil alunos dos anos finais do ensino fundamental e 200 mil do ensino médio migraram para a EJA. São alunos com histórico de retenção em busca de meios para conclusão da educação básica" - nota do Inep

Santos analisa que um dos principais problemas nos dados do Censo é essa queda das matrículas no EJA. Isso, segundo ela, aponta para uma redução da oferta de ensino para um perfil social que tem uma grande demanda. Os dados da Pnad apontam que mais da metade da população brasileira acima dos 25 anos não concluiu o ensino básico.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

GDF divulga resultado das vagas remanescentes em escolas públicas

Matrículas devem ser efetivadas entre 5 e 7 de fevereiro. Confira.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) divulgou, na tarde desta terça-feira (4), o resultado das vagas remanescentes para estudantes que desejam em escolas públicas da capital. A lista pode ser consultada no link.

Essas vagas são destinadas a alunos que, por algum motivo, não conseguiram se inscrever no processo regular. Com a divulgação dos resultados, os contemplados já vão saber em que unidade vão estudar em 2020.

Para garantir a vaga, os estudantes ou responsáveis precisam efetivar a matrícula entre 5 e 7 de fevereiro, na escola onde conseguiram vaga. Quem não realizar a etapa, perde a colocação. As aulas começam em 10 de fevereiro.

Para efetivar a matrícula, é preciso apresentar original e cópia dos seguintes documentos dos estudantes:

- certidão de nascimento
- CPF do estudante
- duas fotos 3X4
- comprovante de residência
- comprovante de tipagem sanguínea e fator RH nos termos da lei distrital nº 4.379/2009
- carteira de vacinação, conforme lei nº 6.345/2019
- declaração provisória de matrícula ou histórico escolar

O responsável pelo aluno menor de idade também precisa apresentar, no ato da matrícula, os seguintes documentos pessoais:

- RG
- CPF

As inscrições para as vagas remanescentes ocorreram entre 21 e 23 de janeiro. Para essa etapa, só foram oferecidas vagas não preenchidas no período de inscrição regular.

No caso de estudantes já matriculados que desejam mudar de escola, é necessário

solicitar a transferência na unidade em que estudam. Segundo a Secretaria de Educação, no entanto, a mudança só será efetivada caso haja vagas na escola de destino.

topo ↕

O DIA - RJ - TEMPO REAL

Inscrições para o próximo vestibular terão início em abril

Administrado pela Fundação Cecierj, o Consórcio Cederj é pioneiro na oferta de ensino a distância no Estado do Rio. Participam do projeto as seguintes universidades: Cefet/RJ, Uenf, Uerj, UFF, UFRJ, UFRRJ e Unirio. As inscrições para o próximo vestibular estão previstas para abril.

Além do polo de ensino em Mesquita, que teve a primeira aula no sábado, a Fundação Cecierj pretende inaugurar nova base de apoio em Teresópolis, na Região Serrana, no segundo semestre. No momento, há 34 polos de ensino em diferentes regiões do estado.

Segundo Gilson Rodrigues, presidente da Fundação Cecierj, o ano que marca duas décadas de atividades do consórcio terá ainda nova oferta de cursos, como Engenharia Meteorológica. A graduação passou a ser oferecida neste semestre na Uenf, com acompanhamento no polo de Macaé.

"A ideia é revigorarmos todo o processo pedagógico e de gestão, com ações que vão desde a oferta de novos cursos, que estão sendo pensados de acordo com as demandas locais, até a criação de novos polos de ensino em cidades ainda não contempladas", diz Gilson Rodrigues.

No polo de Mesquita serão oferecidas duas graduações: Administração (UFRRJ) e Geografia (Uerj). A unidade, a primeira da cidade a oferecer graduação superior, fica na Avenida Getúlio de Moura 1.282, Edson Passos. A fundação Cecierj é vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Salles muda de postura para não acabar no time de Onyx e Weintraub

Aconselhado por colegas da economia, ministro do Meio Ambiente moderou falas para parar de afugentar investidores

Chefe do Meio Ambiente, o ministro Ricardo Salles passou distante das últimas confusões que quase levaram para fila do facão o chefe do MEC, Abraham Weintraub, e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

O motivo do sumiço de Salles, segundo um graduado integrante do governo, é de origem econômica. Depois de passar vergonha internacional na Conferência do Clima, ele ouviu de algumas figuras de proa da equipe de Paulo Guedes que, com o serviço de casa sendo feito pela equipe econômica, o seu discurso ambiental representaria uma ameaça ao crescimento do país criando uma espécie de teto para os avanços.

Como nenhum investidor internacional decidiria enterrar dinheiro num país que queima suas florestas e alimenta pragas como garimpo ilegal e grilagem de terras, Salles percebeu que a brincadeira poderia custar caro. De uma hora para outra, sua área poderia ser a causa das dificuldades e limitações econômicas do governo.

Ao entender que suas ações têm consequências na parte mais sensível do governo, Salles decidiu mudar. A guinada de discurso e de postura está em formatação e é esse

movimento que acabou tirando o ministro, ainda que momentaneamente, dos holofotes. Sorte dele, que ouviu o amigo da economia.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Aluno-xerife, beijo punido, hino de cor: um dia em uma escola militar

Colaboração para o UOL, em Maceió

O ginásio do Colégio Tiradentes, da PM (Polícia Militar) de Alagoas, em Maceió, estava cheio na tarde de ontem para receber os novos alunos que vão iniciar o ensino fundamental 2. Em forma e alinhados na quadra, eles são avisados das regras. "Quem não aprendeu o hino tem até sexta-feira para aprender. É obrigação de todo brasileiro saber o hino da sua Pátria", alerta uma militar, diretora da escola, às crianças do 6º ano.

Para os alunos do 7º e 8º anos, o hino está de na ponta da língua: todas as terças-feiras, eles hasteiam bandeiras, cantam hinos e ouvem os recados coletivos da direção.

A rotina do colégio lembra um pouco a de um quartel. As turmas são comandadas por alunos-xerifes, que vão ascendendo em patentes por boas notas. Além disso, é preciso fazer forma e marchar para entrar e sair das salas de aula.

A presença militar não é a única diferença do colégio. No currículo, uma disciplina difere das demais instituições: a CSR (continência e sinais de respeito). "Ela abrange os cânticos e hinos e a ordem unida —que é aprendido da marcha, dos comandos de pé firme, desfiles etc.", explica o tenente-coronel Carlos Azevedo, diretor do colégio.

Para o militar, apesar da inclusão da matéria no currículo, o colégio é como outra qualquer no ensino. "O único ponto que diferencia da rede estadual é a hierarquia e disciplina, que são cumpridas. Aqui 90% dos nossos professores são da rede pública, poucos são militares. Então vejo apenas essa diferença", conta.

Alagoas foi um dos dez estados que não aderiram ao projeto das escolas cívico-militares. Na segunda-feira (3), o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) criticou os governadores que não aderiram.

Comportamento é foco

No Colégio Tiradentes, há um limite de 27 alunos por turma —na rede estadual, esse número chega a 50. Todo aluno passa por análise de comportamento, o que pode resultar em uma saída compulsória da escola. "Não chamamos de expulsão: eles são convidados a deixar a escola. Ano passado, foram sete que tiveram análise ao fim do ano do conselho de disciplina —o qual não participo", diz Azevedo.

Entre os alunos, há pontuação decrescente e promoções por mérito. Todo aluno começa recebendo dez pontos, que podem ser descontados em caso de advertências ou mau desempenho com notas. Se ao fim do ano ele não permanecer com ao menos cinco deles, vai ao conselho escolar, que pode decidir por sua retirada do colégio.

Mas, à medida que os alunos tiram boas notas, eles passam a disputar ascensões de patentes. O "cargo" máximo de coronel é ocupado hoje por uma menina do 3º ano do ensino médio, que tem as melhores notas da instituição. Mas, para chegar lá, é preciso ir passando por patentes menores, como na hierarquia militar.

"Eu sou sargento", conta o jovem Heitor Crespo, 15, aluno do 3º ano. Em 2019, ele chegou a ser punido após ser flagrado beijando a namorada dentro da escola. "Fui suspenso dois dias e perdi 1,6 ponto —é o,8 por dia. Mas tenho notas muito boas", defende-se o aluno que está na instituição desde o 6º ano.

A pontualidade também é exigida à risca. O aluno tem de chegar com até 30 minutos após o início da aula, senão fica fora. Namoro entre alunos e celulares dentro da escola não são permitidos. Os livros, ao fim do ano letivo, devem ser devolvidos, sob pena de não ter a matrícula renovada.

O resultado, diz o diretor, vem nos resultados. "Na Olimpíada Brasileira de Física, entre as escolas públicas, ficamos com o melhor resultado de Alagoas e o quinto do Brasil. Das 29 medalhas de alunos do estado, 19 foram nossas. Todas as sete de ouro saíram daqui."

Além disso, o tenente-coronel Carlos Azevedo relata que há um enorme rigor com a questão do bullying. "Aqui trabalhamos de forma respeito. Aqui, se há uma brincadeira que seja ofensiva, ele só faz uma vez, porque chamamos e resolvemos. Qualquer coisa, chamamos os pais, mas tentamos sempre resolver aqui", afirma.

O diretor defende que mais escolas militares deveriam ser criadas no estado. "Eu sou suspeito para falar, mas acredito que deveria ser expandido. Temos professores que ensinam aqui e em outra escola civil. Será que a aula dele é diferente daqui? Não acredito. O objetivo do aluno é estudar, e aqui cobramos a obrigação dele. Ele pode até não gostar de estudar, mas se o pai o coloca, ele termine ensino médio conquiste o espaço dele", diz.

Xerife na turma

Cada turma tem um xerife, que fica responsável pela sala por uma semana. "Ele é o chefe da turma, faz a conferência de quem está presente, é responsável pela limpeza da sala e pela condução da turma", conta Azevedo. Por exemplo: terminou a aula, ele põe em forma, vai marchando até a porta, se apresenta e é liberado".

A escola é toda monitorada, e as imagens ficam disponíveis em tempo real na sala do diretor colégio. "Só quando tem uma ocorrência que a gente vai olhar. Às vezes, claro, viro e olho como estão as salas, mas o professor é quem tem o controle das salas, não é pelas câmeras", garante.

O professor de educação física Lucas Barbosa de Moura está na escola desde 2018 e conta que o diferencial do colégio é o apoio dado pelos militares, que mantêm os alunos sempre em disciplina exemplar. "A gente aqui não perde tempo com uma indisciplina, e a gente ganha tempo de aula", diz.

"Na rede pública, a gente perde muito tempo dando lição de moral, corrigindo erros. Aqui, não. Se há algum caso, passo um relatório, e é um militar que chama o pai e resolve direto. Há um respeito maior", conta.

Concorrência alta

Existe uma grande disputa para entrar no colégio. Tanto na unidade de Maceió quanto

para entrar na unidade Arapiraca —a cerca de 130 quilômetros da capital—, a concorrência é grande: 1.210 inscritos para 210 vagas nas duas unidades em 2020.

A escola em Maceió tem algumas das melhores notas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) entre as escolas da rede estadual.

Criada há 23 anos, o colégio inicialmente tinha vagas para filhos de militares. Hoje não é mais assim: 70% das novas vagas são para alunos de escola pública. "Nosso critério é a meritocracia, abrimos o colégio para a comunidade. Militar não tem vantagem nenhuma, embora defenda que, já que há cotas, um terço das vagas fosse para filhos de profissionais da segurança", diz Azevedo.

O bom ensino do colégio faz com que pais que morem no interior façam seus filhos viajarem todos os dias. Na unidade de Arapiraca, há alunos de 18 cidades diferentes do agreste e sertão alagoano.

A pequena Marylia, 11, passou no concurso no ano passado e começou ontem a caminhada na escola, no 6º ano. Ela vem diariamente de Atalaia (a 43 quilômetros do colégio de Maceió). "Pago R\$ 550 por mês pelo transporte. Se for colocar na ponta do lápis, preço de mensalidade, material, daria a mesma coisa se estudasse lá. E aqui o ensino é melhor, é educação diferenciada", conta o analista de planejamento Genival Aureliano Filho, 38, pai da menina.

O filho da recepcionista Rafaela dos Santos começou o 7º ano e se diz satisfeita com o desempenho de João Victor, 12. "Aqui é excelente, o regime [militar] é ótimo, educa muito, não só as disciplinas, mas para ser um adulto melhor. Meu filho aprendeu muito no ano passado", diz.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL **Weintraub tornou-se fusível que queima o dono** Colunista do UOL

Em junho de 2019, ao esvaziar o Gabinete Civil de Onyx Lorenzoni, transferindo a coordenação política para o general Luiz Eduardo Ramos, alojado na Secretaria de Governo da Presidência, Jair Bolsonaro comparou os ministros a fusíveis. Disse que, "para evitar queimar o presidente, eles os ministros se queimam." Hoje, acumulam-se ao redor do presidente fusíveis queimados. Quando se abstém de substituí-los, Bolsonaro entra num processo de autocombustão.

De todos os fusíveis pifados do governo, o mais queimado no momento é Abram Weintraub, da Educação. A crise do Enem piorou um quadro que já era muito ruim. Ao manter o ministro no cargo, Bolsonaro subverte até o brocardo. Mostra que é errando que se aprende... a errar. Quem observa a conjuntura de longe se convence de que o maior erro que poderia ser cometido no momento é o de atribuir as panes gerenciais que proliferam na Esplanada aos ministros.

Na Educação, o nome do problema não é Weintraub, mas Bolsonaro. A decisão de manter o ministro revela um descaso que desgasta mais o chefe do que o auxiliar. Questionado sobre o Enem, o presidente disse que não quis ouvir um relato sobre os

problemas ocorridos no exame. Alegou que estava saturado, com a cabeça cheia.

Quando Bolsonaro admite que decidiu manter um fusível queimado na estratégica pasta da Educação sem nem ao menos se informar sobre aquilo que transformou o que seria o maior Enem da história num transtorno para milhares de estudantes, aí o descaso vira desrespeito com a clientela do Estado. Os parlamentares arrastarão Weintraub para prestar esclarecimentos no Congresso. Mantido o comportamento habitual, o ministro dará novo vexame diante das câmeras. Mas é o dono do fusível quem sairá queimado.

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Comissão de Educação quer ouvir Weintraub sobre erros no Enem

Senadores da Comissão de Educação (CE) decidiram convidar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para que ele explique o que aconteceu na correção das últimas provas do Enem, uma vez que foram registrados erros em mais de 6 mil provas. O convite é para a próxima terça-feira (11).

Na reunião deliberativa desta terça (4), o senador Humberto Costa (PT-PE) criticou a escolha dos ministros da Educação do governo Bolsonaro e chamou de “lambança internacional” o fato de as provas do Enem apresentarem erros de correção.

— É uma demonstração de incompetência, irresponsabilidade, falta de compromisso público e prepotência.

Já o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) reclamou do corte, no Orçamento de 2020, de R\$ 10 bilhões que seriam destinados a centros de pesquisa científica e universidades federais, além da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ao mesmo tempo em que o orçamento da Defesa aumentou.

Agenda

Ao abrir a reunião, o presidente do colegiado, senador Dário Berger (MDB-SC) afirmou que a educação é a área com os maiores desafios para os senadores da CE, especialmente na definição do papel de cada ente federado — União, estados e municípios.

Dário disse que trabalhará para aprovar, em caráter permanente, o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que expira em dezembro.

— Essa é a maior política educacional brasileira, responsável por cerca de 63% de todos os recursos aplicados em educação.

O senador também destacou a importância de o Congresso pensar em um plano nacional do esporte, assunto que, para ele, estará em evidência por ser este um ano de Olimpíadas.

— No Brasil, 70% das escolas públicas não têm uma quadra de esportes. Precisamos fomentar os talentos na escola, na base — destacou.

topo ↕

FUNDACRED - TEMPO REAL

Bom sinal na pesquisa

Mostra-se como bastante promissora a postura do novo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (**Capes**), Benedito Guimarães Aguiar Neto, no sentido de realizar um armistício e estabelecer um diálogo com o conjunto das universidades brasileiras. Ele afirmou que defende a liberdade de pesquisa e que valoriza a pluralidade de ideias. Guimarães é engenheiro e tem doutorado pela Technische Universität Berlin e pós-doutorado pela University of Washington, nos Estados Unidos. Ele acenou para que o mundo acadêmico seja parceiro na busca de soluções para os graves problemas que o país enfrenta e que não poderão ser solucionados sem a participação da comunidade científica.

O Brasil tem uma população com muitas demandas em áreas estratégicas como educação, saúde, saneamento, transporte, segurança pública, infraestrutura, geração de emprego e renda e no item qualificação profissional. E isso não poderá ser equacionado sem que haja um aporte de investimentos para que novas soluções sejam encontradas, inclusive com incentivo para a manutenção de pesquisadores no país, uma vez que muitos deles estão se evadindo para outras nações em busca de novas oportunidades. Pacificar essa relação com as instituições universitárias é algo que se faz urgente para o desenvolvimento nacional e o novo diretor da **Capes** demonstra estar ciente disso.

Fonte: Correio do Povo

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Capex lança edital para doutorado pleno nos Estados Unidos

Os interessados podem se candidatar até o dia 11 de março

A **Capex** lançou o Edital nº 8/2020, referente ao Programa **CAPES/Fulbright** de doutorado pleno nos Estados Unidos, em parceria com a Comissão Fulbright. Os interessados podem se candidatar até o dia 11 de março, preenchendo o formulário eletrônico disponível na página do Programa, conforme documento publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 03.

Com a concessão de até 20 bolsas em oito áreas do conhecimento – Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, Biológicas, da Saúde, Agrárias, Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística (Letras e Artes), o Programa forma recursos humanos de alto nível nos EUA. Assim, pretende aumentar a visibilidade internacional sobre a produção científica, tecnológica e cultural brasileira. As bolsas terão duração de até seis anos e o início das atividades está previsto para agosto de 2021.

O resultado final será divulgado após processo seletivo dividido em análises técnica e de mérito, entrevista com os candidatos, seleção da parte americana e identificação da universidade. Cada bolsista do Programa será apoiado pela **CAPES** com até US\$ 165 mil por ano. A Comissão Fulbright cobrirá os custos administrativos referentes à alocação acadêmica e acompanhamento dos selecionados durante a vigência da bolsa.

Capex

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Capex seleciona 15 projetos de estudo e combate ao derramamento de óleo nas praias

Resultado final do programa foi divulgado nesta quinta-feira, 30, no Diário Oficial da União

Preservar o meio ambiente com o apoio de pesquisas científicas. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** divulgou nesta semana o resultado final do programa Entre Mares. A iniciativa vai destinar R\$ 1,3 milhão a 15 projetos selecionados de docentes de pós-graduação com linhas de pesquisa relacionadas ao derramamento de óleo das praias brasileiras.

Com 278 projetos recebidos, o objetivo do programa é apoiar, com recursos de custeio e bolsas de formação de recursos humanos, projetos de pesquisa que possam contribuir para o monitoramento, a contenção, o processamento e a minimização do desastre ambiental.

A linha de pesquisa dos projetos deveria seguir uma das seis áreas temáticas: avaliação dos impactos ambientais e socioeconômicos, biorremediadores, dispersão do óleo, processamento de resíduos, tecnologia aplicada à contenção do óleo e saúde coletiva. As propostas escolhidas serão financiadas em até R\$ 100 mil e uma cota de bolsa de mestrado, a ser implementada até junho.

O programa foi desenvolvido para atender o pedido feito pelo Grupo de Acompanhamento e Avaliação formado pela Marinha do Brasil, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis, criado no âmbito do Plano Nacional de Contingência

topo 

THE INTERCEPT BRASIL - REPORTAGEM

Quem são os evangélicos calvinistas que avançam silenciosamente no governo Bolsonaro

Em 24 de janeiro, o governo Bolsonaro passou a presidência da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, a **Capes**, para as mãos de Benedito Guimarães Aguiar Neto, até então reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tão logo Neto foi anunciado, parte da comunidade acadêmica e da imprensa repercutiu os posicionamentos anticiência do que agora é o chefe da maior agência de fomento à pesquisa no país. Neto é opositor do evolucionismo e adepto do chamado “Design Inteligente” – um outro nome ao criacionismo que sua turma tenta impor como teoria reconhecida que deve ser ensinada nas escolas e universidades. Este é um risco real, mas não é o único.

A nomeação do ex-reitor da Mackenzie marca a presença cada vez maior e influente no núcleo do governo de um grupo evangélico tão reacionário quanto discreto: os calvinistas. Neto se junta aos pastores Sergio Queiroz e Guilherme de Carvalho, que já integram o time de Bolsonaro. Fora do governo, o apoio dos calvinistas ao governo é maciço, como vimos com a Presbiteriana Central de Londrina – em que o pastor pediu explicitamente aos membros para assinarem o apoio a criação do novo partido de Bolsonaro, Aliança pelo Brasil.

Assine nossa newsletter

Conteúdo exclusivo. Direto na sua caixa de entrada.

Eu topo

Os calvinistas são os evangélicos e igrejas que se orientam pelo legado do reformador francês João Calvino. Comumente, são mais associados com o calvinismo os membros das igrejas Presbiteriana. No entanto, a teologia de Calvino está presente em diferentes

denominações, espalhadas em várias igrejas batistas e pentecostais no Brasil.

A diferença principal dos evangélicos calvinistas dos demais é sua compreensão de que o cristianismo deve reivindicar sua hegemonia sobre a cultura. Na prática, isso significa uma concepção que tolera – e até promove – a ideia de superioridade cultural e moral do cristianismo e prega como missão influenciar a cultura. Em outras palavras, a “cosmovisão cristã”, um outro conceito utilizado, deve estar em tudo, orientando e dominando o mundo.

Esta definição vale, indistintamente, para qualquer evangélico calvinista? Sim e não. Sim, porque isso faz parte do legado de João Calvino, embora seja passível de interpretação. Por ser passível de uma outra compreensão, a resposta também é não. Porque não são poucos os evangélicos e as evangélicas de fé reformada calvinista que preferem dar ênfase ao compromisso de Calvino com a liberdade (inclusive religiosa) e a vigilância aos governos para que ele sejam justos. Mas não parece ser essa a interpretação presente no grupo que está junto ao governo Bolsonaro. Trata-se de um grupo que parece, inclusive, ter abandonado a solidariedade pública com os grupos sociais que se consideram (e efetivamente são) ameaçados por Bolsonaro.

Avanço discreto

Outra característica desse calvinismo é a postura discreta de suas principais figuras. São bem diferentes das lideranças histriônicas, principalmente pentecostais e neopentecostais como Silas Malafaia, Edir Macedo, Valdemiro Santiago, Estevam Hernandes, Marco Feliciano, R.R. Soares, Magno Malta entre outros, cujo projeto de poder é claro e definido, querem a influência política a todo custo, atacam e enfrentam adversários com mais exposição, fizeram campanha para Bolsonaro abertamente, subiram em palanque e o tornaram convidado de honra nas diversas “Marchas para Jesus”. O grupo calvinista, por sua vez, chegou devagar e quase não foi notado. Não subiram em palanque ou levaram Bolsonaro em suas igrejas. Alguns inclusive mostravam desconfiança com Bolsonaro, embora sempre deixassem claro que votariam nele para evitar uma vitória do PT.

Mas é um grupo que manifesta, de maneira quase unânime, seu interesse no campo da cultura, dos direitos humanos e da educação. Não disputaram ministérios mais cobiçados como economia, saúde, justiça, e tampouco órgãos e autarquias como BNDES, Caixa Econômica, Petrobras ou Correios. O alvo deles é onde os valores morais são disputados. E é assim que eles estão pautando a esfera pública do país – muitas vezes sem nenhum constrangimento – ferindo a laicidade do estado, sendo raramente percebidos, enquanto os olhos estão voltados para a força dos pentecostais.

Antes mesmo das eleições, em abril de 2017, Bolsonaro recebeu de presente o livro “Contra a idolatria do estado”, de autoria do pastor calvinista Franklin Ferreira. O pastor e teólogo, assumidamente conservador, é figura atuante nas redes sociais, com uma forte militância contra a esquerda e os evangélicos progressistas. Ao receber o livro, Bolsonaro fez questão de gravar um agradecimento ao pastor, referindo-se ao livro como uma “obra magnífica” que juntava “fatos históricos e a nossa bíblia sagrada”. A partir de abril daquele ano Franklin, o “anti-idolatria do estado”, e Bolsonaro, o “Messias”, passaram a ficar cada vez mais próximos. Em agosto de 2018, Bolsonaro convidou o pastor para uma conversa.

Formado em teologia na Mackenzie, Franklin, que passou quase toda a última década repudiando a proximidade de evangélicos progressistas com o governo petista, passou da admiração a Bolsonaro à defesa, política e teológica de sua campanha e, posteriormente, de sua gestão. Implacável na sua denúncia do “esquerdismo”, do “liberalismo teológico” e do “comunismo”, Franklin foi um árduo defensor da Lava Jato, chegando a fazer uma convocação pública pela indicação do procurador Deltan Dallagnol para a Procuradoria Geral da República, soltando com hashtags como “#NojoDoSTF” e “#STFVergonhaNacional” na ocasião da derrubada da prisão em segunda instância, que liberou ex-presidente Lula da prisão.

Franklin também é um dos fundadores e presidente da Coalizão pelo Evangelho, uma associação evangélica conservadora, majoritariamente calvinista, que funciona como a versão brasileira da estadunidense The Gospel Coalition. Além disso, o pastor também integra a diretoria do Instituto Brasileiro de Direito e Religião, o IBDR. Vale destacar que, em julho de 2019, o IBDR, com Franklin Ferreira à frente, esteve com Bolsonaro para reivindicar, entre outras pautas, a imunidade tributária nas doações que as igrejas fazem para suas obras missionárias no exterior.

Logo após ganhar a eleição, cercado de assessores que disputavam sobre ele a maior influência possível na formação de seu quadro, Bolsonaro atendeu ao pedido do deputado paraibano Julian Lemos, do PSL, que foi um de seus principais cabos eleitorais na Paraíba, e levou para a sua equipe de transição o pastor Sérgio Queiroz. Procurador da Fazenda na Paraíba, além de pastor e teólogo, Sergio também é presidente da Fundação Cidade Viva, um dos maiores projetos evangélicos do estado da Paraíba. Sérgio tornou-se uma figura cada vez mais próxima de Bolsonaro e Damares e, diferentemente de Franklin e seus ataques, bem mais discreta. Sua influência passou a ser decisiva para fortalecer a presença e contribuição dos conservadores calvinistas dentro do governo.

Sérgio Queiroz foi anunciado por Damares Alves como secretário Nacional de Proteção Global. Foto: Divulgação

Sérgio Queiroz havia colocado o seu nome, juntamente com o de outras lideranças do movimento calvinista, em uma lista de apoio ao projeto político bolsonarista, sendo ele um dos articuladores da chamada “Carta Aberta à Igreja Brasileira”. A carta, publicada como um conselho pastoral, pedia claramente apoio para candidaturas conservadoras ou para uma candidatura conservadora em especial. Interessante é notar o item “c” das recomendações da carta, que diz: “Rejeite candidatos com ênfases intervencionistas na esfera familiar, educacional, eclesial e artística”, uma alusão óbvia ao que partidários da campanha bolsonarista acusavam a candidatura de Haddad, embora nada diferente pareça estar sendo feito agora.

No dia 10 de janeiro do ano passado, Sérgio Queiroz foi anunciado por Damares Alves como secretário Nacional de Proteção Global. Curiosamente, um ano depois, continua forte no governo, enquanto o deputado federal paraibano Julian Lemos se afastou de Bolsonaro e perdeu poder, após embates com Carlos Bolsonaro, filho do presidente, a quem chamou de “lixo”.

Sérgio Queiroz fez questão de ressaltar que o compromisso do governo Bolsonaro era de “lutar contra a discriminação e a violência”. No entanto, foi dele a indicação do procurador Ailton Benedito para assumir uma cadeira na Comissão Especial de Mortos

e Desaparecidos Políticos. A indicação causou indignação e foi rejeitada por 6 votos a 4 pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal. Ailton é reconhecido por sua admiração ao período militar, com diversas postagens nas redes sociais que fazem alusão ao período chamado por ele de “regime” ou “Revolução de 64”.

Em agosto de 2019, Sérgio foi um dos articuladores do encontro com secretário de estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo, para a estruturação de uma Aliança Internacional para a Liberdade Religiosa. O projeto teria tudo para ser interessante, mas mostra uma perspectiva que pode ser preocupante para as políticas públicas referentes à intolerância religiosa no Brasil: Sérgio e Damares estão comprometidos com uma agenda que considera os cristãos o grupo religioso mais perseguido no mundo.

Embora esta seja uma verdade em números, ela é usada de maneira capciosa porque reúne dados de perseguição a cristãos em parte da Ásia e do Oriente Médio, mas a realidade é outra no Ocidente, em geral, e no Brasil, em particular, onde as religiões de matriz africana e tradições indígenas seguem sendo as mais perseguidas e atacadas.

Visto por este ângulo, uma aliança com os Estados Unidos de Trump, tomado por um núcleo evangélico, branco e reacionário, confunde as prioridades quanto ao combate à liberdade religiosa no Brasil, onde cristãos gozam de maioria e maior “segurança”. Sérgio, por exemplo, não fez qualquer declaração pública de repúdio quanto à fala de alusão nazista do ex-secretário Especial de Cultura Roberto Alvim, que atravessa simultaneamente raça e religião.

Sérgio aproveitou sua entrada no governo para levar junto o teólogo e pastor Guilherme de Carvalho, que assumiu, no mesmo ministério, o posto de diretor de Promoção de Educação em Direitos Humanos. Carvalho é pastor da Igreja Esperança, em Belo Horizonte, membro do L’Abri Brasil e um dos fundadores da Associação Brasileira Cristãos na Ciência com formação teológica pela Mackenzie. Outrora ativo nas redes sociais, desde que assumiu posição no governo tem buscado um tom mais discreto. No passado, suas postagens com frequência atacavam e desqualificavam iniciativas e lideranças progressistas evangélicas.

Guilherme de Carvalho, pastor de Belo Horizonte, foi nomeado diretor de Promoção de Educação em Direitos Humanos. Foto: Reprodução
Em uma de suas postagens, de outubro de 2018, Carvalho chegou a dizer que “a história não trata bem teólogos que colocam seus nomes em lista de projetos políticos”. Isso não o impediu, meses depois, de integrar um projeto político numa área estratégica do projeto bolsonarista, onde ele tem a responsabilidade de orientar a formação e a produção de conteúdo sobre direitos humanos.

Não há nada de errado em pastores e pastoras participarem de qualquer governo como uma postura cidadã, por alinhamento ideológico ou de acordo com suas qualificações, desde que resguardada a laicidade do estado. Estranho é usarem duas medidas, considerando a participação em governos da esquerda como “idolatria” ou “aparelhamento” da fé e ficarem quietos quando integram governos.

Crítico do campo evangélico progressista, Carvalho costumava reagir fortemente quando se questionava a falta de representatividade de diversidade étnico-racial, de gênero e regional em eventos teológicos-calvinistas. Na divulgação desses eventos, é

comum as artes dos cartazes figurarem sempre preletores homens e brancos, quando sabemos que mesmo entre as igrejas presbiterianas há pessoas negras, mulheres e presença em outras partes do Brasil. Em uma de suas respostas, defendia tais eventos alegando que “o critério precisa ser a própria qualidade teológica”, o que é uma outra forma de dizer que não há, ou quase não há (ou se há, eles desconhecem), qualidade teológica em mulheres teólogas ou negros e negras teólogas, ou menos ainda em teólogos e teólogas LGBTIs. Aliás, vale ressaltar que dos mais de 30 nomes que assinam a tal “Carta Aberta à Igreja Brasileira” para as eleições de 2018, não há absolutamente nenhuma mulher, pastora, diaconisa ou missionária. Todos os signatários são homens.

Mackenzie, a universidade calvinista de Bolsonaro Carvalho tem formação na Universidade Presbiteriana Mackenzie, que se tornou uma espécie de quartel general e do núcleo de força calvinista atuante no Brasil hoje. Não por acaso, a Mackenzie também acolhe a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure), que cada vez mais tem assumido a frente de batalha nas sustentações junto ao STF em causas consideradas pela instituição como ameaças à liberdade religiosa e violação dos valores cristãos. Neste momento, a Anajure está pleiteando sua acolhida como organização consultora especial da ONU, credenciamento cobiçado por organizações no mundo inteiro. Com o governo Bolsonaro, o processo tomou força. Até o momento, Cuba e China travam a aceitação da Anajure, duvidando de seus interesses. Não esqueçamos do desejo de Bolsonaro de indicar para o STF um ministro “terrivelmente evangélico”.

No início de novembro, a Mackenzie realizou a terceira edição do Fórum Mackenzie de Liberdade Econômica. Curioso que, enquanto o Foro de São Paulo segue como uma espécie de espantalho para a direita no Brasil, o Fórum de Liberdade Econômica da Mackenzie age silenciosamente e quase sem chamar atenção. O Fórum segue, ao longo dos anos, ajudando a construir as bases econômicas e – o que o torna mais interessante – teológicas para o pensamento neoliberal, o encolhimento do estado e o enfraquecimento de políticas sociais afirmativas.

Não por acaso, um dos livros de maior repercussão endossado por esse núcleo calvinista é “A máfia dos mendigos: como a caridade aumenta a miséria” do pastor e teólogo-youtuber Yago Martins. Afinado com o tom do Fórum na Mackenzie, o livro de Yago é, curiosamente, o livro de um pastor que se finge de mendigo ao longo de um ano para dar “comprovação empírica” a sua crítica àquilo que parece ser uma das mais caras ações do cristianismo: a prática da solidariedade na caridade. Um livro que ao invés de mirar na estrutura que gera miseráveis, mira nas experiências individuais dos que “recorrem” à caridade sem talvez precisar delas.

É compreensível que, entre o público presente no Fórum, duas figuras se destaquem: os teólogos e pastores Guilherme de Carvalho e Sérgio Queiroz. Isto dá algum sentido para que Jair Bolsonaro fosse convidado para visitar a Mackenzie, em março deste ano, para um evento de inauguração de um centro de pesquisa. Na ocasião, a reitoria causou polêmica ao convocar os alunos a irem de verde e amarelo, como demonstração de apoio ao presidente. A visita acabou sendo cancelada pela pressão dos protestos dos alunos e a repercussão negativa da visita.

Vale destacar a presença e a forte influência que o reverendo Augustus Nicodemus tem

sobre a Universidade Mackenzie. Principal nome entre os teólogos do campo calvinista conservador, Nicodemus, que é da Primeira Igreja Presbiteriana de Recife, se expõe pouco em controvérsias públicas e é referência reconhecida neste universo. Nicodemus integra, juntamente com Franklin Ferreira, a diretoria da Coalizão pelo Evangelho, e foi chanceler da Mackenzie por uma década.

Enquanto chanceler, seu poder era tão forte e influente quanto o do próprio reitor, sendo responsável por zelar pela religiosidade da instituição. Na função de chanceler, se envolveu em uma polêmica ao emitir uma carta se posicionando, em nome da instituição, contra o projeto de lei que combatia a homofobia, em 2010. A atitude do chanceler gerou revolta de alunos e professores.

Conhecido defensor da pena de morte, Nicodemus já defendeu publicamente, citando a Bíblia, o porte de armas, alegando inclusive que “se for para defender a minha própria integridade eu atiro para matar mesmo, e não é na perna não”.

Fica claro, portanto, que a influência evangélica no governo não se restringe apenas ou majoritariamente aos segmentos pentecostal e neopentecostal. Efetivamente, a única figura declaradamente do campo pentecostal que integra o primeiro time do governo Bolsonaro é a pastora Damares Alves, que confia profundamente nas orientações do calvinista Sérgio Queiroz. Isso também revela que a indicação de Benedito Neto para a **Capes** não é casualidade, mas um avanço reacionário muito mais organizado do que pensávamos.

Correção em 4 de fevereiro, 12h08

Uma versão anterior do texto indicava que Sergio Queiroz estava ente os formados pela Mackenzie. Guilherme de Carvalho, Franklin Ferreira e Augustus Nicodemus graduaram-se na instituição, o que não é o caso de Queiroz.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Comissão do Senado convida Weintraub para explicar erro na correção do Enem

Na primeira reunião de 2020, a Comissão de Educação do Senado aprovou hoje convite para que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, compareça à reunião do colegiado na próxima terça-feira (11) para falar sobre problemas na correção de provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) 2019.

Inicialmente, a ideia do senador Randolfe Rodrigues (Rede- AP), autor do requerimento, era convocar o ministro, mas a comissão preferiu o convite. Caso ele não compareça, os senadores do colegiado não descartam a possibilidade de convocá-lo.

Na reunião de hoje, o senador Humberto Costa (PT-PE) criticou o ministro e classificou como "lambança internacional" o fato de as provas do Enem apresentar erros de correção.

"É uma demonstração de incompetência, irresponsabilidade, falta de compromisso público e petipetia", afirmou o petista.

Já o senador Fabiano Contarato (Rede-ES) reclamou do corte, no Orçamento de 2020, de R\$ 10 bilhões que seriam destinados a centros de pesquisa científica e universidades

federais, além da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, ao mesmo tempo em que o Orçamento da Defesa aumentou.

Erro em correção afetou quase 6.000 provas
Depois de reclamações de estudantes, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), responsável pela realização do Enem, reconheceu que foram encontrados casos de inconsistências na correção de provas do Enem.

O erro, segundo o Inep, afetou exatamente 5.974 de candidatos, 0,15% dos 3,9 milhões de inscritos que fizeram as provas em 3 e 10 de novembro, e foi provocado pela gráfica responsável pela impressão da prova. O resultado foi divulgado após reparação das notas.

(*Com informações da Agência Brasil e da Agência Senado)

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Comissão aprova convite para ministro falar sobre problemas no Enem

Na primeira reunião de 2020, a Comissão de Educação (CE) do Senado aprovou hoje (4) convite para que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, compareça à reunião do colegiado na próxima terça-feira (11). Weintraub deve falar sobre problemas na correção de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. Inicialmente, a ideia do senador Randolfe Rodrigues (Rede- AP), autor do requerimento, era convocar o ministro, mas a comissão preferiu o convite. Caso ele não compareça, os senadores do colegiado não descartam a possibilidade de convocá-lo.

Histórico

Depois de reclamações de estudantes, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela realização do Enem, reconheceu que foram encontrados casos de inconsistências na correção de provas do exame. O erro, segundo o Inep, afetou exatamente 5.974 de candidatos, 0,15% dos 3,9 milhões de inscritos que fizeram as provas em 3 e 10 de novembro, e foi provocado pela gráfica responsável pela impressão da prova. O resultado foi divulgado após reparação das notas.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Senado convida ministro da Educação a esclarecer erros no Enem

Requerimento originalmente pedia convocação de Abraham Weintraub, mas foi alterado

A Comissão de Educação do Senado aprovou nesta terça-feira (4) requerimento do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que solicita explicações do ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre os problemas com a correção e atribuição de notas do Enem.

O requerimento originalmente pedia por uma convocação, mas durante debate na Comissão foi transformado em convite para a próxima semana, no dia 11. Caso o ministro não compareça, a Comissão poderá votar novo requerimento de convocação.

O número de ações na Justiça tem aumentado desde que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, admitiu no dia 18 de janeiro erros na divulgação das notas dos participantes do exame. Até a sexta-feira (31), a AGU (Advocacia-Geral da União)

atuava em 50 processos com pedidos para a revisão dos resultados.

Responsável pela prova, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) afirma que 5.974 participantes receberam notas com erros. Segundo o órgão, a pontuação desses candidatos já foi corrigida.

O desempenho no Enem é usado pelo Sisu para selecionar estudantes para universidades de todo o país. Há ações em 17 estados. Do total, quatro delas foram indeferidas e sete, individuais, concedidas.

Mônica Bergamo
Jornalista e colunista.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC quer lançar novo teste para estudantes, mas pareceres técnicos alertam que não há recursos

Avaliação custaria R\$ 50 milhões em 2020 e não estava prevista no Orçamento

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) quer implantar neste ano um novo teste para estudantes em fase de alfabetização, a Avaliação Nacional de Fluência em Leitura, orçada em R\$ 50 milhões, mas a pasta recebeu alerta de suas áreas técnicas de que "não há previsão orçamentária para a realização dessa avaliação" em 2020. Somente com um crédito adicional, segundo documentos obtidos pelo GLOBO, será possível aplicar o exame.

O impacto orçamentário calculado pelo MEC prevê ainda que a nova prova consumirá R\$ 53 milhões em 2021 e R\$ 55 milhões em 2022. A avaliação está prevista em portaria que a pasta prepara para instituir o programa "Tempo de Aprender", capitaneado pelo titular da Secretaria de Alfabetização (Sealf) o ministério, Carlos Nadalim.

Em nota técnica, a Sealf aponta que o teste será feito com suporte tecnológico e considerará a fluência em leitura oral como o principal parâmetro para medir as habilidades, incluindo a velocidade em falar as palavras. O documento indica, por exemplo, que ao fim do 1º ano os estudantes devem ser capazes de ler 60 palavras por minuto.

Os custos da nova avaliação ficariam por conta do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela aplicação de exames federais. No entanto, pareceres internos do instituto já apontam a falta de verba alocada no Orçamento para "aplicação de uma avaliação não prevista em 2020".

A intenção do governo de realizar o novo teste foi revelada pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

Questionados pelo Inep e MEC se soluções já foram encontradas para garantir a disponibilidade orçamentária para o teste, o ministério se limitou a dizer que "o programa de alfabetização será lançado e divulgado, em breve, conforme cronograma já previsto desde o ano passado". O Inep não respondeu.

Técnicos ouvidos pelo GLOBO afirmam que a preparação para aplicar um novo exame em escala nacional deve começar no ano anterior, o que não foi feito. Servidores

reclamam que o MEC tenta implantar a iniciativa na base do improviso, o que pode levar a uma pressão para se fazer contratações necessárias à execução do teste com dispensa de licitação.

A ideia é que o exame seja aplicado de forma censitária. A portaria que instituirá o programa "Tempo de Aprender" prevê que o MEC elabore materiais pedagógicos e premie educadores por bom desempenho.

Dificuldades para execução

O novo programa de alfabetização será executado por meio de adesão voluntária das redes escolares. A iniciativa vai custar, ao todo, R\$ 239 milhões em 2020, R\$ 651 milhões em 2021 e R\$ 1,2 bilhão em 2022 - os valores já incluem a nova avaliação. Englobam também recursos para formação de professores e de gestores, sistema online para fazer as capacitações, compra de insumos e até pagamento a assistentes de alfabetização, entre outras ações.

A área técnica do próprio MEC vê dificuldades para a execução financeira do novo programa. Parecer da área de Orçamento da pasta aponta que o gasto global previsto para 2020 com a iniciativa é de R\$ 239 milhões, mas a secretaria só tinha previsão orçamentária de R\$ 112 milhões para gastos discricionários, aqueles que não são obrigatórios e o gestor pode escolher como aplicar.

O documento destaca que é preciso "assegurar o equilíbrio entre receitas e despesas" para cumprir a "meta de resultado primário da União". Outro alerta diz que "há também que se considerar o Novo Regime Fiscal", referindo-se ao teto de gastos.

Além disso, a rubrica indicada para pagar os assistentes de alfabetização, com previsão de gastos de R\$ 183 milhões em 2020, não é adequada, segundo o parecer. Isso porque, de acordo com o documento, não é permitida "realização de pagamento à pessoa física" por meio da rubrica.

A equipe da área de orçamento do MEC aconselhou também a pasta a usar uma determinada rubrica (Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada) no lugar da que está prevista (Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica) para custear a formação de profissionais da educação.

topo 

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Depois do "aval" de Maia, Câmara fecha o cerco ao ministro da Educação São muitos os pedidos de convocação e de informação a Weintraub

No embalo das críticas de Rodrigo Maia, a Câmara decidiu bombardear o chefe do MEC, Abraham Weintraub. Já são pelo menos 15 requerimentos de convocação e pedidos de informação sobre trapalhadas relacionadas à gestão do ministro na Educação.

Apenas no segundo dia após abertura dos trabalhos da Câmara, a pressão é grande.

Querem explicação sobre erros cometidos no Enem.

Apresentados pelos deputados Márcio Jerry (PCdoB-MA), Alessandro Molon (PSB-RJ) e pelos dez integrantes da bancada do PSOL, os documentos citam a pressão sobre os

calendários das universidades e as consequências para o Sisu, para o Prouni e o Fies como principais justificativas para exigir a presença do ministro no plenário da Casa.

A bancada do PT irá entrar também com pedido de convocação do ministro.

“O calendário educacional de 2020 já está em plena atividade e o MEC ainda não deu respostas para questões de grande relevância para a área, como a definição de repasses para estados e municípios para viabilizar matrícula e merenda de alunos em todo país. A crise permanece e as ocorrências de erros do Enem se sucedem, enquanto o ministro minimiza falhas, ataca a imprensa e brinca com o futuro de milhares de estudantes”, disse Márcio Jerry (PCdoB-MA), vice-líder do partido.

CORREIO DO POVO - RS - EDITORIAL

Bom sinal na pesquisa

Mostra-se como bastante promissora a postura do novo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (**Capes**), Benedito Guimarães Aguiar Neto, no sentido de realizar um armistício e estabelecer um diálogo com o conjunto das universidades brasileiras. Ele afirmou que defende a liberdade de pesquisa e que valoriza a pluralidade de ideias. Guimarães é engenheiro e tem doutorado pela Technische Universität Berlin e pós-doutorado pela University of Washington, nos Estados Unidos. Ele acenou para que o mundo acadêmico seja parceiro na busca de soluções para os graves problemas que o país enfrenta e que não poderão ser solucionados sem a participação da comunidade científica.

O Brasil tem uma população com muitas demandas em áreas estratégicas como educação, saúde, saneamento, transporte, segurança pública, infraestrutura, geração de emprego e renda e no item qualificação profissional. E isso não poderá ser equacionado sem que haja um aporte de investimentos para que novas soluções sejam encontradas, inclusive com incentivo para a manutenção de pesquisadores no país, uma vez que muitos deles estão se evadindo para outras nações em busca de novas oportunidades. Pacificar essa relação com as instituições universitárias é algo que se faz urgente para o desenvolvimento nacional e o novo diretor da **Capes** demonstra estar ciente disso.

topo 

CORREIO DO POVO - RS - POLÍTICA

Weintraub na mira da Câmara

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, voltou a ser alvo de críticas do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. "Só trabalho com bandeira branca, o problema é que o grupo que o ministro (Wein-traub) representa é a bandeira do ódio", disse Maia ao ser questionado sobre a relação entre os dois. "Eu não posso negociar com quem tem a bandeira do ódio de forma permanente, atacando e agredindo as pessoas nas redes sociais. Com o presidente da República vamos tratar de todos os temas, inclusive de educação", afirmou o deputado.

A relação entre os dois está abalada. Na semana passada, Maia acusou Weintraub de "brincar" com o futuro das crianças do país. Maia ficou contrariado com a demissão do advogado Rodrigo Sérgio Dias, indicado por ele para o comando do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em dezembro, em pleno recesso parlamentar.

Outros parlamentares também colecionam críticas ao ministro que deve ser convocado a prestar explicações no Congresso sobre os erros no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A deputada Tabata Amaral protocolou em 24 de janeiro um requerimento para

que ele seja ouvido pela Comissão de Educação e, ontem, foi a vez do líder da oposição, Alessandro Molon (PSB-RJ), pedir que Weintraub seja levado ao plenário.

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Cientistas brasileiros isolados do mundo?

O Ministério da Educação (MEC) e seu ministro estão, sem a menor dúvida, a merecer as contestações agudamente críticas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Antes de entrar na questão atualmente discutida, é preciso estabelecer dois pontos para situar a legitimidade, acadêmica e política, das críticas. O primeiro ponto deveria ser óbvio para nossos governantes, mas, infelizmente, não é. Tudo aquilo que se refere ao aprimoramento da cultura (em suas múltiplas dimensões), da educação, da ciência e da tecnologia deve ser tratado com a maior seriedade quanto à qualidade, a necessidade e a oportunidade, por estudiosos e especialistas devidamente qualificados, pelas entidades mais respeitadas da comunidade acadêmica, e não por burocratas.

O segundo ponto é mais delicado e certamente polêmico neste governo. E também deveria ser óbvio: o Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e de todos os pactos e convenções que se seguiram. Dentre estes, destaca-se, para indivíduos e povos, "o direito de participar do progresso científico" (art.15 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966). Cumpre lembrar, igualmente, a adesão do Brasil às Declarações da Unesco, agência das Nações Unidas para a ciência e a educação, e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, incluindo o tema do genocídio e dos povos indígenas.

Ora, no último dia de 2019, a portaria 2.227 do MEC nos surpreende ao estabelecer normas absurdas, que restringem o direito de cientistas das universidades federais realizarem viagens nacionais e internacionais, mesmo sem custo para os cofres públicos. Tais viagens, como enfatizam dirigentes da SBPC e da ABC, são absolutamente necessárias para o avanço do conhecimento em várias áreas, assim como para o desenvolvimento de novas tecnologias e para a formação de jovens pesquisadores. A restrição, inexistente em qualquer outro país, é ridiculamente drástica: uma viagem por unidade acadêmica para o exterior e duas para destinos no país.

Não tratamos, aqui, de viagens turísticas ou privilégios "elitistas". São viagens para congressos, simpósios e cursos. Ocasões especiais para o estabelecimento de parcerias e intercâmbio, trocas de conhecimento, sem o quê não podemos falar em "direitos iguais ao progresso científico", nem em "avaliação por pares externos" de nossos próprios resultados. É bom lembrar que um mesmo tema pode ser pesquisado em subáreas distintas; logo, não faz sentido autorizar a viagem de apenas um pesquisador por unidade. A velocidade do conhecimento, das inovações tecnológicas, das discussões sobre inteligência artificial, sobre as mudanças radicais no mundo do trabalho, no direito internacional, na engenharia genética, na astrofísica, entre tantas, são provas suficientes da urgência de tais trocas internacionais.

O intercâmbio é igualmente crucial, neste tempo ambíguo de globalização e de ressurgimento de nacionalismos sombrios, para as discussões científicas sobre aquecimento global e defesa ecológica, sobre a tragédia dos agrotóxicos, sobre o reconhecimento da diversidade de gênero, sobre o direito dos povos indígenas e tradicionais, sobre o racismo e as novas ondas migratórias, sobre a instabilidade

econômica e as crescentes desigualdades, sobre governança global e sobre a volta de governos autoritários no mundo. Outro aspecto importante é reforçar que nossos cientistas no exterior terão sempre melhores meios para defender nossa exuberante diversidade biológica.

Em relação às viagens no solo pátrio, será que precisamos provar por que temos de conhecer este país de dimensão continental? É tudo tão evidente que fica até constrangedor perguntar: como restringir o movimento de nossos pesquisadores? E onde fica o "direito de ir e vir", para acadêmicos liberados por sua unidade?

O ministro da Educação já deu provas concretas de total inadequação para o cargo, para dizer o mínimo. Tem sido alvo de nossa surpresa indignada ao acusar universidades de plantar maconha e do tal "marxismo cultural". É até difícil entender como pode ser professor de uma universidade respeitada como a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). A última nomeação na equipe do MEC nos mata de vergonha: um diretor da **Capes**, órgão da área de pós-graduação, que pretende defender o ensino do criacionismo nas escolas!

Tomo a liberdade de uma nota pessoal: venho da área de humanas e aprendi muito com viagens no Brasil e no exterior. O curso que fiz em Genebra, sob os auspícios da ONU e inteiramente custeado pela entidade anfitriã, me deu conhecimento teórico e de experiências concretas, em vários países, sobre educação em direitos humanos, tema a que me dedico há décadas. Meu marido, Paulo Benevides Soares, professor da Universidade de São Paulo (USP), estabeleceu uma sólida parceria em estudos de astronomia com a França. Vários brasileiros seguiram com pesquisas de ponta nessa área.

Na área de humanas, vale lembrar que duas entidades internacionais, de ciência política e de sociologia, foram presididas por pesquisadoras brasileiras.

Vamos em frente. O ministro demitiu o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de reputação internacional, recentemente premiado. Houve grande reação. Cabe à comunidade acadêmica, aos agentes públicos comprometidos com o desenvolvimento do país, reagir fortemente agora contra portaria tão infeliz. A 72ª Reunião Anual da SBPC será realizada em julho, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Serei otimista: até lá essa portaria já terá caído.

Maria Victória Benevides é integrante da Comissão Arns, socióloga, cientista política, professora titular da Faculdade de Educação da USP.

topo ↕

GESTÃO UNIVERSITÁRIA - NOTÍCIAS

CAPES prorroga prazo para cadastramento de professores

A **CAPES** prorrogou até 07 de fevereiro o prazo para o cadastramento de dados, na Plataforma **CAPES** de Educação Básica, de professores em exercício na rede pública que queiram cursar licenciatura na área em que atuam. A análise e validação dos cadastros dos professores pelas Secretarias de Educação será de 18 de fevereiro a 13 de março.

Além de mapear em todo Brasil os professores que precisam adequar sua formação ao exigido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), esse processo pretende identificar aqueles que têm real interesse em se especializar. As informações

vão nortear o planejamento dos programas de formação inicial de professores da educação básica a serem implementados em 2020.

O cadastramento e a validação dos professores não garantem a oferta dos cursos, mas a intenção é atender, de forma gradativa, as inscrições. Programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) – que fomentam cursos de licenciatura – terão seus próximos editais direcionados por essas informações.

A iniciativa contribui para o alcance da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que aborda as estratégias de aumento e consolidação das plataformas eletrônicas, assim como a execução de cursos e programas especiais. Desse modo, garantem-se estudos superiores aos professores que atuam em sala de aula, mas possuem somente formação de nível médio.

Confira o Manual do usuário e o Tutorial para interesse em formação.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 03.02.2020

topo ↕

GESTÃO UNIVERSITÁRIA - NOTÍCIAS

Lançado edital para doutorado pleno nos Estados Unidos

A CAPES lançou o Edital nº 8/2020, referente ao Programa CAPES/Fulbright de doutorado pleno nos Estados Unidos, em parceria com a Comissão Fulbright. Os interessados podem se candidatar até o dia 11 de março, preenchendo o formulário eletrônico disponível na página do Programa, conforme documento publicado no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 03.

Com a concessão de até 20 bolsas em oito áreas do conhecimento – Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, Biológicas, da Saúde, Agrárias, Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística (Letras e Artes), o Programa forma recursos humanos de alto nível nos EUA. Assim, pretende aumentar a visibilidade internacional sobre a produção científica, tecnológica e cultural brasileira. As bolsas terão duração de até seis anos e o início das atividades está previsto para agosto de 2021.

O resultado final será divulgado após processo seletivo dividido em análises técnica e de mérito, entrevista com os candidatos, seleção da parte americana e identificação da universidade. Cada bolsista do Programa será apoiado pela CAPES com até US\$ 165 mil por ano. A Comissão Fulbright cobrirá os custos administrativos referentes à alocação acadêmica e acompanhamento dos selecionados durante a vigência da bolsa.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 03.02.2020

topo ↕

GR NEWS - TEMPO REAL

Capex promete dialogar com academia e defende liberdade de pesquisa

O novo presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capex), Benedito Guimarães Aguiar Neto, pretende expandir o “apoio à pesquisa voltada à solução dos problemas nacionais”. O novo dirigente da fundação é engenheiro com doutorado pela Technische Universität Berlin e pós-doutorado pela University of Washington, nos Estados Unidos.

Segundo ele, as dificuldades do país são bastante conhecidas pelas universidades brasileiras, com quem pretende manter boa interlocução. “Creio que o diálogo com a academia é fundamental para que possamos todos estar imbuídos no mesmo propósito de valorizar a pesquisa, definir prioridades e estabelecer estratégias que permitam avançar no desenvolvimento científico e tecnológico do país”, disse em entrevista à Agência Brasil.

“Estamos abertos ao debate com a comunidade científica, independente da área do conhecimento”, garantiu. “A discussão interdisciplinar está presente na construção do conhecimento científico, no desenvolvimento tecnológico e nos estudos, que considero fundamentais, da preservação do patrimônio histórico e cultural”.

Na entrevista, Aguiar Neto também declarou que vai resguardar a livre atuação dos pesquisadores. “Defendo a liberdade da pesquisa. Independente da área do conhecimento, há de se ter preocupação em desenvolver pesquisa, primordialmente, para a solução dos graves problemas sociais do nosso país e, ao mesmo tempo, contribuir, quando pertinente, para o seu desenvolvimento econômico”.

O presidente da **Capes** enfatizou que não concorda com discriminações quanto a áreas de conhecimento, linhas de pesquisa ou convicções dos pesquisadores. “Defendo que o pluralismo de ideias e a discussão em torno de assuntos de interesse científico são fundamentais, pois, assim, será incentivada a criatividade intelectual e o trabalho em equipe”.

Aguiar Neto foi coordenador do curso de engenharia elétrica da na Universidade Federal de Campina Grande e diretor do Centro de Ciências e Tecnologia na mesma instituição. “Na minha trajetória como pesquisador e gestor universitário tenho prezado pelo respeito àqueles que pensam diferente, seja por convicções de ordem pessoal, de cunho científico ou de alinhamento profissional”.

Programas

Conforme o dirigente, a **Capes** deverá manter “os atuais programas de apoio à pós-graduação, e de formação de professores e fomento à educação básica”. Em sua opinião, “as licenciaturas precisam ser fortalecidas e estimuladas”. Ele promete “estabelecer programas de fomento induzidos”, apoio à inovação da pesquisa aplicada, mas sem negligenciar a pesquisa básica.

Na entrevista, Aguiar Neto não quis adiantar planos de ampliação de recursos para pesquisa e formação docente e nem tratou do pagamento, até o final do prazo contratado, das 200 mil bolsas mantidas pela **Capes**. Segundo a fundação, estão assegurados para este ano R\$ 3,07 bilhões do Orçamento Geral da União. O Ministério da Educação faz gestões junto ao Ministério da Economia para recompor o orçamento no patamar de R\$ 3,6 bilhões. Com Agência Brasil

topo ↕

RORAIMA HOJE - TEMPO REAL

Inscrições para cursos do IFRR no Bonfim continuam

Moradores do Bonfim e das proximidades podem se inscrever, até dia 6 de fevereiro, em um dos três cursos presenciais de formação inicial e continuada (FIC) do Campus Avançado Bonfim do Instituto Federal de Roraima. São ofertadas gratuitamente 35 vagas em cada um dos seguintes cursos: Auxiliar de Secretaria Escolar, Língua

Brasileira de Sinais (Libras) e Agricultor Familiar, com o mínimo de 160 horas de carga horária.

As inscrições para uma das 105 vagas devem ser feitas presencialmente, até esta quinta-feira, 6, no horário das 8h às 12h e das 14h às 17h, na sede do CAB, que fica na Avenida Tuxaua de Faria, s/n, Bairro 13 de Maio. A escolaridade varia de acordo com o curso pretendido. Para o de Auxiliar em Secretaria Escolar, é exigido ensino médio completo; para o de Libras, ensino fundamental completo; e para o de Agricultor Familiar, o fundamental incompleto.

Conforme o cronograma do edital, a seleção dos inscritos será realizada no dia 13 de fevereiro por meio de sorteio. As matrículas devem ser feitas de 19 a 21 de fevereiro, das 8h às 17h, e no dia 26 de fevereiro, das 14h às 17h. O início das aulas está previsto para o dia 3 de março. É fundamental que os interessados acompanhem o edital e os resultados no link a seguir: <http://bonfim.ifrr.edu.br/processo-seletivo/edital-02-2020-cursos-fic/edital>.

Para se inscrever, além do formulário de inscrição preenchido, o interessado deverá apresentar o original e a cópia dos seguintes documentos: certificado ou declaração de escolaridade, comprovante de residência, Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento, RG, CPF, Título de Eleitor e o último comprovante de votação ou Certidão de Quitação Eleitoral, além de Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação (para os candidatos do sexo masculino). Também é necessário levar duas fotos 3x4 (originais e recentes).

No caso dos estrangeiros, além dos documentos citados, é necessário levar original e cópia dos seguintes documentos: Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) – visto permanente ou de estudante; Histórico Escolar, com tradução juramentada; declaração de equivalência de estudos feitos no exterior, acompanhada do original, emitida por instituição devidamente credenciada; e Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) – nos países em que o teste não é aplicado, a prova é realizada pela **Capes** –, exceto para os cidadãos oriundos de países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Governo estuda criar fundação estatal para flexibilizar gastos de universidades e institutos

Modelo em análise como parte da reforma administrativa que ainda será enviada ao Congresso permitiria que União repassasse recursos para as entidades em troca de prestação de serviço; tratamento seria semelhante ao dados às Organizações Sociais, comuns na área da saúde

BRASÍLIA - O governo estuda propor a criação de uma nova figura na administração pública, a “fundação estatal”, para dar maior flexibilidade de gastos a órgãos que conseguem gerar receitas próprias. A viabilidade da ideia ainda está sendo discutida por técnicos, mas a forma jurídica poderia alcançar universidades e institutos, por exemplo.

Desde a criação do teto de gastos, mecanismo que limita o avanço das despesas à inflação, parlamentares e representantes de setores como o da educação discutem a necessidade de dar mais liberdade aos órgãos para efetuar gastos bancados com receitas próprias. Hoje, há universidades que têm arrecadação com aluguéis e outras fontes de

recursos, mas não podem gastar o dinheiro por causa de bloqueios no Orçamento ou limitação do teto.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a ideia é aproximar o modelo ao tratamento dado às Organizações Sociais, associações privadas sem fins lucrativos que recebem recursos do governo para prestar serviços de relevante interesse. As OSs são muito comuns na área de saúde.

Por esse modelo, o governo federal teria convênios com a “fundação estatal” para repassar recursos do Orçamento da União em troca da prestação de serviço. A entidade, por sua vez, também poderia ter outras fontes de receita e, mais importante, contaria com maior flexibilidade para gerir seus gastos.

A maior autonomia de gestão, por sua vez, viria acompanhada de um compromisso com a qualidade do serviço prestado, firmado por meio de um contrato de desempenho.

A proposta está sendo analisada como parte da reforma administrativa que será enviada pelo governo ao Congresso Nacional. A mudança depende de projeto de lei.

A medida seria uma forma de atacar a necessidade de universidades e institutos em investir em manutenção e equipamentos, despesas que hoje acabam ficando aquém do desejado e muitas vezes são insuficientes para conter a degradação das estruturas. As receitas próprias desses órgãos acabam entrando no caixa único do Tesouro e, sem a possibilidade de gastá-los, acabam apenas contribuindo para um resultado melhor das contas.

Museu Nacional

Museu Nacional em obras, depois do incêndio em setembro de 2018. Foto: Wilton Junior/Estadão

Em 2018, após o incêndio que destruiu parte do acervo do Museu Nacional, o então governo Michel Temer tentou criar a Agência Brasileira de Museus (Abram) para dar maior flexibilidade à gestão dos recursos nessa área, que vinha sofrendo com baixa destinação de verbas no Orçamento. A medida, porém, foi rejeitada pelo Congresso após embates com o Sistema S, que perderia uma fatia de seus recursos para a nova agência.

O próprio governo Jair Bolsonaro elaborou uma proposta, batizada de Future-se, para tentar dar uma alternativa de financiamento externo às universidades, cujos orçamentos estão cada vez mais pressionados. O programa, elaborado pelo Ministério da Educação, está atualmente em consulta pública.

A proposta em discussão no âmbito da reforma administrativa, porém, seria mais abrangente e poderia ser aproveitada por mais órgãos além das universidades. Segundo uma fonte que participa das discussões, o modelo da “fundação estatal” pode simplificar a própria gestão nas instituições de ensino, que não precisariam recorrer à criação de fundos patrimoniais ou sociedades de propósito específico (SPEs), como previsto no Future-se, para atingir maior autonomia gerencial.

Empresas públicas hoje deficitárias e totalmente dependente de recursos do Tesouro

Nacional para sobreviver, como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), também poderiam se tornar “fundações estatais”.

A redação atual do Decreto-Lei n.º 200, de 1967, diz que a administração federal compreende a Presidência e seus ministérios, além de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas. Um projeto de lei seria encaminhado para criar a figura jurídica da “fundação estatal” de forma abstrata. Posteriormente, cada caso específico precisaria de uma nova lei para “migrar” de figura jurídica.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

O orçamento e o Fundeb

O que está faltando na educação é resultado, não recursos

O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) foi criado em 2007 para substituir seu antecessor, o Fundef, que provia financiamento federal apenas ao Ensino Fundamental. O objetivo do fundo é distribuir melhor os recursos da Educação pelo país, tendo como critério-base o número de alunos matriculados por município. O interessante do Fundeb é que ele redistribui na direção correta: municípios pobres recebem mais recursos.

Em 2020, o Fundeb expira e precisa ser reeditado, mas há certo consenso quanto a necessidade de renovação. A discussão, no entanto, é mais ampla e entra na discussão sobre como melhor estruturar o orçamento. As vinculações obrigatórias devem continuar, ou precisamos de um orçamento mais flexível?

A resposta não é óbvia. Os defensores das vinculações argumentam que sem elas, o dinheiro que iria para saúde e educação acabaria indo para gastos menos nobres. Mas será que iria mesmo? Outro ponto: e se dentro dos gastos com educação e saúde houver diversos programas com baixa taxa de retorno social? É anátema falar em cortar programas nessas duas rubricas, mas não deveria ser. E em parte é anátema porque grupos de interesse — tanto os mal como os bem-intencionados — cegamente se opõem a perder recursos. E são ferozes na reposta e na pressão.

Voltemos ao caso em questão. Por motivos demográficos, o Brasil está se tornando um país com menor população em idade escolar e maior número de idosos. Ao engessarmos um certo percentual para ambas as pastas, logo estaremos gastando mais do que deveríamos com educação, provavelmente com retorno mais baixo na margem, e menos do que deveríamos com saúde. E não nos venham com a tolice de que “gastar com educação nunca é gastar muito”. Recursos são limitados, não crescem em árvores. Fossem infinitos ou perto disso, tudo bem. Mas a vida é dura.

Nessa mesma linha de argumentação também entra a história do professor que sempre ganha mal. Pois o piso salarial para o magistério cresceu mais que o dobro da inflação na última década e hoje cerca de 80% dos recursos do Fundeb já se voltam para pagar folhas de salários. Um estudo recente do ex-secretário Marcos Mendes, publicado no Insuper¹, mostra outra evidência interessante: enquanto o brasileiro médio recebe um salário de cerca de 35% do trabalhador de um país da OCDE, nossos professores de escolas públicas recebem salários que equivalem a mais de 50% de seus pares europeus. Sim, gostaríamos que eles recebessem mais, assim como o pedreiro, o padeiro, o lixeiro, o jardineiro e a faxineira...

Por fim, o Brasil está entre os países que, como proporção do PIB, mais gasta recursos públicos com educação: cerca de 6%. Aparentemente, o que está faltando é resultado, não recursos.

E isso nos traz de volta à questão da indexação. Indexar, além de tornar difíceis adaptações a mudanças de parâmetros, é receita certa para complacência. Se o dinheiro vai entrar de todo jeito, por que vou me dar ao trabalho de avaliar quais programas estão funcionando e quais não? Por outro lado, quando você precisa lutar pelos recursos, a coisa muda de figura.

Além disso, há a dimensão óbvia da ausência completa de critérios meritocráticos no desenho da remuneração dos professores das escolas públicas. Ganha mais quem está lá faz mais tempo, independentemente da qualidade da aula dada. Faz sentido isso? Não é somente injusto, mas é muito ineficiente. Com um desenho melhor de incentivos, não teríamos somente uma melhora na margem intensiva da dedicação dos professores, mas também na extensiva, dado que isso ensinaria uma mudança para melhor no pool de profissionais querendo entrar para a profissão (e que hoje se sentem desencorajados pela falta de inclinação na curva desempenho x salário).

Conclusão: dinheiro para a educação é importante, mas não é maná. Não sendo maná, não pode ser intocável e sua eficácia precisa ser medida pelos resultados que gera, não pelo quanto se gasta.

¹ “Novo Fundeb: jogo dos 7 erros”

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Sisu: nota de corte caiu em relação ao resultado final nas universidades federais
Levantamento do GLOBO mostra que diferença ocorreu em 87% de 3.353 cursos analisados, o que confundiu os candidatos

RIO — Um levantamento feito por O GLOBO em 3.353 cursos de universidades federais aponta que, em 87% deles (2.908), a nota de corte caiu na comparação entre o último dia de inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o resultado final. A diferença indica que os dados que basearam a escolha dos alunos não eram confiáveis, o que confundiu os candidatos.

A nota de corte é o resultado do candidato com o menor desempenho que está sendo aprovado em cada curso. Ela é atualizada diariamente no Sisu e funciona como uma base para o aluno saber se está sendo aprovado ou não.

Caso a nota do candidato seja maior que a de corte, ele permanece na lista por estar sendo aprovado. Se for menor, pode trocar de curso, turno ou universidade para uma opção que tenha a nota de corte menor. A outra alternativa é permanecer no mesmo curso e tentar uma vaga na etapa seguinte, a lista de espera.

Neste ano, porém, uma mudança que não havia sido anunciada pelo MEC inviabilizou a utilização da nota de corte como referência.

Em anos anteriores, o sistema apresentava a seguinte mensagem: "Sua posição (na segunda opção) não foi considerada pois você estava temporariamente classificado em

sua primeira opção".

O novo modelo, no entanto, não tirou da segunda opção alunos que já conseguiram uma vaga na primeira escolha. Isso faz com que a nota suba artificialmente — pois os candidatos ficaram só com a primeira vaga.

O GLOBO comparou a nota de corte do último dia — quando os candidatos que, naquele momento, estavam aprovados em duas opções ainda ocupavam ambas as vagas — com o resultado final, momento em que os aprovados em primeira opção deixavam a segunda alternativa. Todos os dados são relativos apenas à modalidade de ampla concorrência.

Essa análise mostrou que a nota de corte do último dia de inscrições era, em média, dez pontos acima do resultado do último aluno que conseguiu o ingresso em cada curso. No caso mais extremo, a diferença chegou a 140 pontos, na lista para História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no campus de Caicó.

A mudança no método de exibição do Sisu — que inaugurou um novo site em 2020 — prejudicou alunos como Gustavo Morais, de 21 anos. Ele sonhava cursar Economia na USP e, com o resultado do Enem 2019, teria a chance de aguardar uma vaga na lista de espera.

No entanto, o jovem preferiu trocar de curso porque a nota de corte estava 40 pontos acima do seu resultado — ele era o 308º de 16 vagas. Porém, após o fechamento do Sisu, a nota de corte real apareceu: apenas dois pontos acima do que ele havia conseguido.

— Eu ficaria na lista de espera. Nesses cursos, em média, rodam quase metade das vagas. Teria muitas chances — conta o rapaz, que acabou aprovado em uma universidade que não estava entre suas favoritas: — Estudei um ano para passar no curso que era meu sonho e, por conta de uma desinformação do MEC, não consegui. Se fosse incompetência minha, tudo bem, mas, como foi um erro externo, o sentimento de frustração é muito mais forte.

Ex-diretora de Educação do Banco Mundial, Claudia Costin avalia que as mudanças no Inep, órgão responsável pelo Enem, atrapalharam o planejamento do Sisu. O instituto teve quatro presidentes em 2019 e o departamento responsável pelo Enem ficou três meses sem um diretor responsável.

— Eles acabaram atropelando tudo para cumprir prazos. Assim, uma sucessão de erros novos foram cometidos — afirma Costin. — Tudo me leva a supor que essa mudança da apresentação da nota de corte foi um erro que eles não admitiram.

O MEC foi procurado na última quarta-feira, mas não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Erro no Enem: Defensoria Pública da União entende que MEC comprovou correções

Durante o Sisu, o ministério alegou que a mudança se deu para dar mais transparência ao processo "auxiliando os participantes em sua decisão". Pelo Twitter, o ministro

Abraham Weintraub também defendeu o modelo.

— O método deste ano é melhor. Ninguém será prejudicado — alegou.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Confusão com nota de corte do Sisu atrapalhou candidatos a universidades federais

Levantamento do GLOBO mostra que em 87% de 3.353 cursos analisados o índice caiu na comparação entre último dia de inscrições e resultado final

RIO — Um levantamento feito por O GLOBO em 3.353 cursos de universidades federais aponta que, em 87% deles (2.908), a nota de corte caiu na comparação entre o último dia de inscrições no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o resultado final. A diferença indica que os dados que basearam a escolha dos alunos não eram confiáveis, o que atrapalhou os candidatos.

A nota de corte é o resultado do candidato com o menor desempenho que está sendo aprovado em cada curso. Ela é atualizada diariamente no Sisu e funciona como uma base para o aluno saber se está sendo aprovado ou não.

Neste ano, porém, uma mudança que não havia sido anunciada pelo MEC inviabilizou a utilização da nota de corte como referência.

Em anos anteriores, o sistema apresentava a seguinte mensagem: "Sua posição (na segunda opção) não foi considerada pois você estava temporariamente classificado em sua primeira opção".

O novo modelo, no entanto, não tirou da segunda opção alunos que já conseguiram uma vaga na primeira escolha. Isso faz com que a nota suba artificialmente — pois os candidatos ficaram só com a primeira vaga.

Os candidatos só perceberam a mudança durante o período de inscrições do Sisu e chegaram a pensar que fosse um novo problema do processo. Por isso, criaram a #erronosisu.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Maia diz que Weintraub representa a bandeira do ódio

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a criticar o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e disse que o auxiliar do presidente Jair Bolsonaro representa a “bandeira do ódio”. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, estaria tentando pacificar a relação entre Maia e Weintraub após o parlamentar do DEM fazer críticas ao titular do MEC na semana passada.

“Só trabalho com bandeira branca. O problema é que o grupo que o ministro [Weintraub] representa é a bandeira do ódio”, afirmou Maia. “Eu não posso negociar com quem tem a bandeira do ódio de forma permanente, atacando e agredindo as pessoas nas redes sociais”, completou.

Além de descartar que a relação ruim com Weintraub prejudicará a agenda de educação na Câmara, Maia disse que seu papel é articular “com o presidente da República e não com ministros”.

Maia afirmou ainda que votará até quarta-feira o afastamento do deputado Wilson Santiago (PTB-PB). Em dezembro, o ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou as buscas no gabinete e o afastamento de Santiago do mandato.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFSCar recebe inscrições para Master in Business Sustainability em Sorocaba Curso é voltado para profissionais que querem aliar inovação e sustentabilidade nos negócios.

Estão abertas as inscrições para o processo seletivo da nova turma do "Master in Business Sustainability (MBS)", oferecido pelo câmpus de Sorocaba (SP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com previsão de início no mês de março.

O processo é para profissionais e lideranças que atuam nas mais diversas áreas e objetivam inovar por meio da sustentabilidade.

A partir das competências desenvolvidas no curso, eles poderão empreender novos modelos de negócios amparados na sustentabilidade como proposta de valor, seja em empresas, nos governos, na gestão de organizações do terceiro setor ou em negócios sociais.

Com carga horária de 460 horas, sendo 360 presenciais e 100 para desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, a formação é organizada em cinco módulos.

O curso tem coordenação geral do professor André Coimbra Felix Cardoso, do Departamento de Administração (DAdm-So), e coordenação pedagógica do professor Diogo Aparecido Lopes da Silva, do Departamento de Engenharia de Produção (DEP-So), ambos do câmpus Sorocaba da universidade.

Inscrições e seleção

As pré-inscrições devem ser feitas no formulário online disponível no site. Na sequência, a equipe responsável analisará o currículo do candidato e entrará em contato para sanar possíveis dúvidas, alinhar as expectativas e agendar uma entrevista a ser realizada pela coordenação pedagógica.

Com a aprovação na entrevista, o candidato receberá um link de matrícula, garantindo a vaga para a turma de 2020. As vagas são limitadas.

Mais informações estão no site, que apresenta as disciplinas e seus respectivos professores, competências a serem desenvolvidas e etc. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail contato@mbsufscar.com ou pelo telefone (11) 98267-7763.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Matrículas para candidatos aprovados na Unemat pelo Sisu encerram nesta terça-feira (4)

Aulas devem ter início no dia 10 de fevereiro, com exceção do curso de medicina, que inicia o período letivo no dia 16 de março.

As matrículas para os candidatos aprovados na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat) por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação encerram nesta terça-feira (4).

Segundo a Unemat, as aulas devem ter início no dia 10 de fevereiro, com exceção do curso de medicina, que inicia o período letivo no dia 16 de março.

A universidade abriu mais de 2,4 vagas para ingresso no primeiro semestre de 2020 para os candidatos que realizaram o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) em 2019. São 60 cursos de graduação presencial.

O procedimento de verificação para estudantes negros e estudantes com deficiência também se encerra nesta terça-feira, com divulgação do resultado do procedimento já nesta quarta-feira (5).

A Unemat informou ainda que quem desejar participar da lista de espera deve manifestar interesse pelo site do Sisu até esta terça-feira.

Já a segunda chamada deve ocorrer no dia 7 de fevereiro. Para o curso de medicina, a segunda chamada ocorrerá no dia 4 de março.

Para os interessados em participar da lista de espera para a terceira chamada e chamadas subsequentes devem manifestar interesse pessoalmente no dia 18 de fevereiro na universidade.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFRN tem 2 mil vagas abertas para segunda chamada no Sisu

Candidatos têm até esta terça-feira (4) para demonstrar interesse e entrar na lista de espera. 4,9 mil alunos ocuparam 71% das vagas da instituição na primeira chamada.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) finalizou, nesta segunda-feira (3) o cadastramento dos aprovados na primeira chamada do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). No fim do processo, 4.922 alunos novos foram cadastrados, ocupando 71% das vagas ofertadas em 2020. A instituição ainda tem mais de 2 mil vagas abertas, que podem ser ocupadas nas próximas chamadas.

Para aproveitar as oportunidades, os candidatos precisam demonstrar interesse em integrar a lista de espera do Sisu. O procedimento pode ser realizado até esta terça-feira (4) no portal do Ministério da Educação (MEC).

Em 2020, a UFRN ofereceu 6.933 vagas para 107 cursos de graduação nos campi de Natal, Macaíba, Currais Novos, Caicó e Santa Cruz - do total, 4.649 vagas são para o primeiro semestre e 2.284 para o segundo período letivo.

A convocação da segunda chamada na UFRN está prevista para a próxima segunda-feira (10). O cadastramento será realizado entre os dias 12 e 15, na Escola de Ciências e Tecnologia (ECT) do campus central, para os aprovados e suplentes de cursos dos campi de Natal e Macaíba.

Os convocados para o campus Caicó serão recebidos de 12 a 14 de fevereiro no Centro

Regional de Ensino Superior de Caicó (CERES-Caicó).

Já os novos alunos dos campi de Currais Novos e Santa Cruz serão atendidos entre os dias 12 e 13 no CERES-Currais Novos e na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (Facisa), respectivamente.

O atendimento acontecerá das 8h às 11h30 e das 13h30 às 17h, dividido de acordo com os cursos, conforme calendário definido no edital. O documento está disponível no Portal do Candidato, no qual os interessados têm acesso ao cronograma de convocações, quadro de vagas, entre outras informações do Sisu na UFRN.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Inscrições são abertas para seleção de 340 professores bolsistas do programa Paraibatec

Edital foi publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba desta terça-feira (4). Valor da hora-aula varia entre R\$ 12 e R\$ 30.

Começa nesta terça-feira (4) as inscrições para o processo seletivo simplificado para 340 professores bolsistas do programa Paraibatec, que oferece cursos gratuitos de profissionalização. O edital do processo seletivo foi publicado nesta terça-feira e pode ser conferido na íntegra no Diário Oficial do Estado (DOE) da Paraíba, a partir da página 7.

O edital prevê 340 vagas para professores em 62 municípios da Paraíba, sendo 140 para vagas diretas e 200 vagas para cadastro de reserva. O valor da hora-aula varia de R\$ 12 para os candidatos com notório saber até R\$ 30 para candidatos que tem doutorado. As inscrições só podem ser feitos pela internet.

As inscrições podem ser feitas até o dia 9 de fevereiro. No dia 11 de fevereiro acontece a divulgação da lista dos candidatos inscritos e o resultado preliminar é publicado no dia 15 do mesmo mês. O resultado final da seleção está previsto para ser divulgado no dia 19 de fevereiro

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Termina hoje prazo para matrícula e lista de espera do Sisu

Termina hoje (4) o prazo para que os estudantes classificados no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020 se matriculem nas instituições de ensino escolhidas.

Para evitar problemas de última hora, é importante que os estudantes estejam atentos com relação à documentação solicitada pelas instituições de ensino na qual foram aprovados.

Foram classificados os estudantes mais bem posicionados, de acordo com as notas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e eventuais ponderações, como pesos atribuídos às notas ou bônus.

As vagas são distribuídas de acordo com a Lei de Cotas (Lei 12.711/2012) e de políticas de ações afirmativas, que podem variar de instituição de ensino para instituição.

Lista de Espera

Também termina nesta terça-feira o prazo para participar da lista de espera do Sisu. Só

pode participar quem não foi selecionado em nenhuma das duas opções escolhidas no momento da inscrição.

Para participar dessa segunda chance, o candidato deve acessar o seu boletim Sisu e manifestar o interesse no prazo especificado no cronograma. É importante que o candidato acompanhe junto à instituição da vaga escolhida a lista de espera e as convocações para matrícula.

A convocação dos candidatos em lista de espera pelas instituições tem início a partir do dia 7 de fevereiro e vai até o dia 30 de abril.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC exige cabelo preso em escola cívico-militar

São Paulo

Uma das principais bandeiras educacionais da gestão Jair Bolsonaro, as escolas cívico-militares terão uma série de regras sobre vestuário e comportamento dos alunos. Embora não tenha fechado a lista de colégios que receberão o programa nem contratado os militares que atuarão nas unidades, o Ministério da Educação (MEC) definiu um manual de regras que os alunos deverão seguir - de como cortar o cabelo aos tipos de roupa proibidos. O governo prevê adotar o programa em 54 colégios de ensino fundamental e médio neste ano.

Escolas cívico-militares têm gestão compartilhada entre militares e civis. A ação do MEC prevê que militares da reserva atuem em tutorias e na área administrativa - e não como professores. Participam do programa colégios municipais ou estaduais, onde já havia alunos matriculados no modelo convencional. São diferentes das escolas mantidas pelo Exército, que costumam fazer seleção para ingresso e têm custo bem maior do que unidades da rede pública regular. Era pré-requisito haver consulta pública com a comunidade escolar para aderir ao programa, mas houve queixas sobre esse processo.

O manual foi obtido pela agência de dados Fiquem Sabendo e publicado nesta segunda-feira, 3. O documento, além de estabelecer quais são as funções e obrigações dos servidores dentro das escolas, também lista as regras que devem ser seguidas pelos alunos, por exemplo como devem se vestir e cortar o cabelo.

Para os meninos, o cabelo deve ser cortado de modo a "manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço". Eles também devem estar "bem barbeados, com cabelos e sobrancelhas na tonalidade natural e sem adereços, quando uniformizados". O documento não cita quais são os adereços vetados. O uniforme obrigatório exige que usem, em dias letivos normais, camisa meia-manga com ombreiras, calça comprida, cinto, meia e sapatos sociais. Eles só podem usar bermuda para atividades físicas.

Para as meninas, o cabelo deve estar "cuidadosamente arrumado" para o uso correto da boina. Em caso de alunas com cabelos médios ou longos, eles devem estar presos, mantidos "penteados e bem apresentados". O uniforme estabelecido para as meninas prevê que elas usem saia-calça, camisa com ombreira e sapato social.

Apesar de definir qual deve ser o vestuário a ser usado pelos alunos dessas escolas, o MEC não informou quem será responsável pela compra e distribuição do uniforme.

Também não informou se eles já foram adquiridos.

As regras de vestimenta do manual vão na contramão de determinação já feita pelo Ministério Público Federal (MPF) da Bahia em 2019. Ao analisar o modelo de colégios cívico-militares já existentes no Estado, o órgão afirmou entender que a interferência no corte de cabelo, maquiagem e outras do tipo como sendo "autoritária" e restrição à liberdade de expressão das crianças e adolescentes.

Régua de comportamento

O manual também estabelece um cálculo para avaliar o comportamento dos alunos. Com o cálculo, eles terão o comportamento classificado em uma escala com seis faixas, que vai de: "mau" a "excepcional". A nota será composta com o reconhecimento de boas atitudes (por exemplo, o aluno ganhará 0,3 ponto a cada elogio que receber) e a subtração no caso de punição (perde 0,3 ponto se for repreendido). O jovem classificado com comportamento "mau" será "transferido compulsoriamente", segundo o manual.

Procurados, os ministérios da Educação e da Defesa não comentaram o manual e a implementação do programa. O orçamento do programa neste ano é de R\$ 54 milhões. A meta do governo é chegar a 216 unidades do tipo até 2023.

O modelo cívico-militar tem crescido em alguns Estados, como Bahia e Goiás, e é alvo de frequentes elogios de Bolsonaro e do ministro Abraham Weintraub. Segundo eles, o formato pode alavancar os índices educacionais, além de trazer mais disciplina e segurança. Educadores questionam a falta de estudos que comprovem a eficácia do modelo e criticam o alcance limitado, em um universo de 141 mil escolas públicas no País.

As regras

- Meninos: O cabelo dos garotos deve ser cortado de modo a "manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço". Eles devem estar "bem barbeados, com cabelos e sobrancelhas na tonalidade natural e sem adereços, quando uniformizados". O uniforme obrigatório exige que os meninos usem, em dias letivos normais, camisa meia-manga com ombreiras, calça comprida, cinto, meia e sapatos sociais. Eles só podem usar bermuda para as atividades físicas.

- Meninas: O cabelo deve estar "cuidadosamente arrumado" para o uso correto da boina que integra o uniforme. Em caso de alunas que tenham cabelos médios ou longos, eles devem estar presos, mantidos "penteados e bem apresentados". O uniforme estabelecido para as meninas no manual de regras prevê que elas usem saia-calça, camisa com ombreira e sapato social.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.